

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Socioeconômico
Departamento de Economia e Relações Internacionais

PELO “DIREITO À CIDADE”: ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA DO BAIRRO DOM
ALMIR (UBERLÂNDIA, MG)

JULIANA PENA FERRARI

Florianópolis, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**PELO “DIREITO À CIDADE”: ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA DO BAIRRO DOM ALMIR
(UBERLÂNDIA, MG)**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção da carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia, como requisito obrigatório para a aquisição do grau de Bacharelado.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 à aluna Juliana Pena Ferrari na disciplina CNM 5420 – Monografia, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins
Orientador

Prof. Dr. Pedro Antônio Vieira
Membro

Ms. Israel Montesuma Oliveira
Membro

À todos os moradores do bairro Dom Almir
da cidade mineira Uberlândia, verdadeiros
reivindicadores do “direito à cidade”.

AGRADECIMENTOS

A realização desta monografia, desde seu princípio, representou para mim além de um desafio acadêmico, um desafio de vida. Sua conclusão somente foi possível por meio do estímulo e ajuda de muitas pessoas, pelas quais cultivo infinita gratidão.

A primeira delas é o professor Hoyêdo Nunes Lins. Ele foi mais do que um orientador. Foi um amigo compreensivo e solidário diante dos inesperados obstáculos que apareceram em minha trajetória monográfica. Sou infinitamente grata por seus ensinamentos acadêmicos, acompanhamento criterioso, não obstante agradeço aos créditos dados a mim para a conclusão deste trabalho.

Para a realização do “coração da pesquisa”, ou seja, quando a pesquisa entrou à campo, agradeço à Dra. Ivana Rocha de Almeida, médica voluntária há 20 anos no bairro Dom Almir, que propiciou meu primeiro contato com a realidade do local estudado. Agradeço também ao advogado da Pastoral da Terra, Sr. Igino Marcos, que cedeu informações muito importantes sobre a evolução da constituição jurídica do bairro. Aos moradores e reivindicadores pelo direito à cidade do bairro Dom Almir: Dona Fátima (funcionária da ONG Arte e Consciência), Dona Marli Bernardes (moradora do bairro), e o líder comunitário Marquinho que dividiram comigo sua história de vida que se confunde com a própria história do bairro.

Aos profissionais da Prefeitura Municipal de Uberlândia, em especial agradeço à Coordenadora do Núcleo de Uso e Ocupação do Solo da Secretaria de Planejamento Urbano, Sra. Maria Angélica de Almeida e ao Sr. Daniel Ângelo Soldi, colaborador da Secretaria de Habitação Social, pela solicitude dada nas entrevistas e coleta de dados oficiais. Agradeço também às assistentes sociais da Secretaria de Planejamento Urbano Sra. Marilene Genari e Sra. Regina Marques Miranda. Às colaboradoras do Arquivo público Municipal: Marlene e Jô.

Aos meus amigos queridos que me ajudaram na execução deste trabalho oriundos de diversas localidades brasileiras: Alice, Ariane, Caio, Cairo, Celma, Gabriel, Jack Will, Israel, Karolyne, Luiz Eduardo, Lycurgo, Maico, Marcelo, Maria Cristina, Marina, Marino, Nathaly, Paulo Henrique, Thadeu, Vandressa e Vanessa.

Por fim, este trabalho somente foi possível com a força tarefa incondicional de minha família materna mineira e família paterna gaúcha, presentes em todos os meus passos. Aos meus avôs Paulo e Carlos (*in memoriam*) e avós Dora e Mary, minhas referências de vida, o seu apoio foi primordial para me conduzir aonde cheguei. Ofereço um agradecimento especial

à minha saudosa mãe Eucia (*in memoriam*), que pelo de seu amor deixou um legado de determinação e retidão de caráter os quais guiam toda minha história. Ao meu pai Fernando, o qual a distância nunca impediu que me ajudasse e me orientasse aonde quer que eu esteja. Às minhas irmãs quase filhas Daniela e Fernanda, meu esteio de vida.

Este trabalho pertence a cada um de vocês. Muito obrigada.

“Nunca duvide que um pequeno grupo de pessoas conscientes e engajadas possa mudar o mundo. De fato, sempre foi assim que o mundo mudou.” (Margaret Mead)

RESUMO

FERRARI, Juliana Pena. **Pelo “Direito à Cidade”: Estudo Sobre a Trajetória do Bairro Dom Almir (Uberlândia, MG)**. 166 f. Monografia – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

Esta pesquisa consiste na análise da formação do bairro Dom Almir localizado na periferia da cidade de Uberlândia (MG). Para tanto, por meio de um estudo de caso, levantou-se e analisou-se as diferentes iniciativas concebidas e executadas com vistas a melhorar as condições de vida dos moradores. Voltado, portanto, à temática da socioeconomia urbana, o trabalho procura desvendar os principais processos subjacentes à trajetória exibida, identificando seus resultados que contribuem para a modelagem do espaço urbano. Desta forma, numa palavra, a pesquisa radiografa a luta de um contingente de desafortunados na busca desenfreada pelo seu “direito à cidade”, ou seja, a defesa de uma vida digna no meio urbano.

Palavras-chave: pobreza urbana; direito à cidade; bairro Dom Almir; liderança comunitária.

RESUMÉ

FERRARI, Juliana Pena. **Pour “Droit à la Ville” : Étude de la trajectoire du quartier Dom Almir (Uberlândia, MG)**. 116 f. Monographie – Cours d'Économie, Université Fédérale de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

Cette recherche a été faite pour évaluer les progrès du quartier Don Almir situé à la périphérie de la ville de Uberlândia (MG). À cette fin, à travers une étude de cas, est analysée les diverses initiatives conçues et réalisées afin d'améliorer les conditions de vie des résidents. En rapport du thème de la socio-économie urbaine l'article essaye d'éclairer les processus derrière la trajectoire réalisée, en identifiant les résultats qui contribuent à l'élaboration de l'espace urbain. Ainsi, en un mot, la recherche montre la lutte d'un contingent de défavorisés à la recherche effrénée de son "droit à la ville", c'est-à-dire la défense d'une vie digne dans l'environnement urbain.

Mots-clés: pauvreté urbaine, droit à la ville, quartier Dom Almir, liderance sociale.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Tema e Problema	12
1.2	Objetivos.....	14
1.2.1	Objetivo Geral.....	14
1.2.2	Objetivos Específicos	14
1.3	Justificativa.....	15
1.4	Metodologia.....	17
1.5	Estrutura do Trabalho	19
2.	A BUSCA PELO DIREITO À CIDADE: CONTORNOS DO DEBATE	20
2.1	A Problemática da Produção Social do Espaço.....	20
2.2	O Espaço Urbano.....	22
2.2.1	Da cidade à Sociedade Urbana: capitalismo, industrialização e pauperização.....	22
2.2.2	O <i>ponto crítico</i> lefebvriano nos países externos ao centro do capitalismo.....	27
2.3	O espaço urbano como escultura social e o papel do Estado	29
2.4	O Espaço Urbano como Arena de Lutas: Movimentos Sociais Urbanos em Defesa do Direito à Cidade.....	33
3	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO RECENTE	38
4	O TRIÂNGULO MINEIRO E UBERLÂNDIA: CENTRALIDADE REGIONAL E EXPANSÃO ECONÔMICA.....	46
4.1	Aspectos da centralidade regional de Uberlândia/MG.....	46
4.1.1	Formação histórica e os aspectos geradores da dinâmica econômica de 1950 a 1970 50	
4.1.2	Expansão do capital industrial nas décadas de 1960 a 1970.....	52
4.2	Evolução da economia uberlandense nas últimas décadas.....	56
4.2.1	Perfil da estrutura produtiva	56
4.2.2	Análise setorial do emprego.....	58
4.3	Uberlândia como principal “cidade-destino” dos fluxos migratórios no Triângulo Mineiro e alguns elementos do processo de urbanização da cidade.....	61
5	EM BUSCA DO DIREITO À CIDADE	65
5.1	O Bairro Dom Almir: Um Reflexo das Mudanças em Uberlândia e no Triângulo Mineiro	65
5.2	Caracterização Demográfica e Econômica do Bairro Dom Almir: Um olhar no passado e no presente	66
5.2.1	Aspectos demográficos	66
5.2.2	Aspectos econômicos.....	69

5.3	Condições do habitat urbano	73
5.4	A Luta Pelo Direito à Cidade: A busca pela regularização fundiária no centro da análise	81
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
	REFERÊNCIAS	93
	ANEXOS	98

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema e Problema

No Brasil, a partir da segunda metade do século XX exibiu um intenso processo de urbanização, tornando-se um país predominantemente urbano a partir de 1970. A ocorrência de fortes movimentos migratórios em direção às grandes e médias cidades do país foi tônica deste período, tendo o crescimento dos espaços urbanos simultâneo ao aumento das áreas carentes nas cidades. (IBGE, 2012) Autores como Faria (1991) vinculam o fenômeno do urbano no território brasileiro como resposta à expansão da economia no país, principalmente alavancado pelo aquecimento do setor industrial.

Dentro desta perspectiva, esse mesmo autor caracteriza como contraditório o modelo de crescimento econômico adotado no país ao relacionar os efeitos no sistema urbano brasileiro e suas cidades, pois “acentuou-se a segregação espacial e generalizou-se a existência de periferias urbanas, antes triste privilégio dos grandes centros” (p. 105). Logo, ainda em consonância com Faria (1991, p.106) “o processo de urbanização e de diferenciação ocupacional – verificado no Brasil a partir da segunda metade do século XX – não poderia ter ocorrido sem que grandes deslocamentos espaciais de população tivessem ocorrido e sem que houvesse importante mobilidade estrutural”.

Esse duradouro movimento fez crescer as periferias urbanas, com a proliferação de processos de favelização. Inicialmente mais vinculada às grandes cidades do país, sobretudo às estruturas metropolitanas, essa dinâmica alcançou, nas últimas décadas do século passado, até as cidades de porte médio, inclusive algumas situadas distante do litoral. Isso resultou em situações socioespaciais problemáticas, com a proliferação de áreas nas franjas das cidades, ou em ambientes degradados nos centros urbanos, caracterizadas pela predominância de más condições de vida. Por conta disso, iniciativas em nível comunitário se multiplicaram, organizadas por lideranças locais e apoiadas por agentes externos traduzidos em diferentes formas institucionais, voltadas à melhoria dessas condições.

No marco da solidariedade no plano local, e com auxílio externo, situações urbanas dramáticas puderam, assim, acusar alguma transformação, com o alcance de padrões de vida mais dignos. Trata-se de exemplos nos quais marca presença a reciprocidade entre moradores castigados pelo infortúnio, numa sociabilidade que, vale assinalar, destoa de formas de comportamento em que a competição e a rivalidade dão a tônica. Unidos pela condição de

pobreza, essas pessoas contribuem, assim, para modelar o espaço urbano, no sentido empregado por Roberto Lobato Corrêa (1993):

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, *agentes modeladores*, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independente e a despeito de outros agentes. A produção deste espaço, é antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade. (p. 30)

Uma ilustração desse processo é o bairro Dom Almir, em Uberlândia/MG. De acordo com informações levantadas na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano de Uberlândia durante entrevista de campo em 2011 realizada pela autora desta monografia, a referida localidade foi o resultado de um processo de ocupação urbana nos anos 90, o qual a comunidade participou ativamente, inclusive na escolha do nome do bairro.

Ainda em 2013, a Prefeitura Municipal de Uberlândia não reconhece o Residencial Dom Almir como um bairro. Este local é caracterizado até os dias atuais como um loteamento irregular. Isto se deve a problemas burocráticos ligados às origens das terras deste local. Sobre as origens da irregularidade a Coordenação do Núcleo de Uso do Solo e Ocupação do solo da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano de Uberlândia, explica que o loteamento Residencial Dom Almir, em entrevista realizada em 2011:

É parte integrante de uma gleba maior, de propriedade de João Costa de Azevedo, que faleceu em 1962, sem deixar testamento. Houve uma partilha desse imóvel, da qual resultaram algumas glebas, estando incluída a área do loteamento Residencial Dom Almir, porém alguns herdeiros contestaram essa partilha, sendo posteriormente anulada a divisão. Através do projeto nº 2013, de 03/04/1991 é aprovado o loteamento Residencial Dom Almir, entretanto em 1993, devido a anulação da partilha o loteamento é cancelado. Em decorrência da anulação da partilha, ficou sem validade a aprovação do loteamento Residencial Dom Almir, e até a presente data, não se conhece o desfecho do processo judicial, referente à nova divisão do imóvel do Sr. João Costa Azevedo. (s/p)

No início, quando o bairro Dom Almir ainda era um acampamento, campeou a precariedade, com carências em tudo, como “falta de água, transporte, assistência médica, escola, saneamento básico” (PETUBA, 2001, p. 75). Passado cerca de vinte anos, o bairro apresenta-se com importantes melhorias infraestruturais, como a instalação de redes de esgoto e água, energia elétrica, coleta de lixo e transporte público. Com efeito, salienta-se a atuação da organização comunitária como fator fundamental na reivindicação de tais benfeitorias urbanas ao poder municipal.

Desta forma, esta pesquisa consiste, precipuamente, num estudo desse percurso do bairro Dom Almir em Uberlândia/MG. Para tanto, levantam-se e analisam-se as diferentes iniciativas concebidas e executadas com vistas a melhorar as condições de vida dos moradores. Voltado, portanto, à temática da socioeconomia urbana, o trabalho procura desvendar os principais processos subjacentes à trajetória exibida, apontando as lideranças e analisando as suas ações, identificando e avaliando as atividades relevantes protagonizadas, com seus resultados, assim como indicando e fazendo um balanço da busca de apoio externo e de seus resultados.

Numa palavra, a pesquisa radiografa a luta de um contingente de desafortunados na busca desenfreada pelo seu “direito à cidade”. Essa expressão, estampada no título da monografia, corresponde ao nome de um famoso livro do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (2011), cujo assunto central tem numerosos pontos de contato com o tema desta monografia: a defesa de uma vida digna no meio urbano, e os resultados desse processo em termos de modelagem do espaço urbano.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Abordar, por meio de um estudo de caso – sobre o bairro Dom Almir (Uberlândia, MG) – um aspecto central das transformações de espaços urbanos no Brasil contemporâneo, relativamente à ocupação e, por conta de iniciativas locais, à urbanização/transformação de áreas periféricas em cidades de distintos portes.

1.2.2 Objetivos Específicos

- A. Revisar a literatura acerca da problemática da produção social do espaço no contexto do sistema capitalista, e identificar o papel dos movimentos em escala comunitária nas transformações urbanas que visam o “direito à cidade”;
- B. Resgatar os principais aspectos do fenômeno da urbanização no Brasil, tendo como recorte histórico a segunda metade do século XX até os dias atuais;

- C. Estudar os fatores socioeconômicos responsáveis pela centralidade regional de Uberlândia/MG em relação aos demais municípios da região do Triângulo Mineiro; e, vinculado a isso, identificar os reflexos em termos de atração de fluxos migratórios;
- D. Contextualizar e descrever o surgimento do bairro Dom Almir (Uberlândia, MG), colocando-o na ótica da trajetória econômica de Uberlândia e do Triângulo Mineiro, e focar as iniciativas principais, junto com os respectivos agentes implicados, protagonizadas no bairro Dom Almir com vistas ao alcance do “direito à cidade”, apontando e descrevendo as transformações urbanas resultantes.

1.3 Justificativa

“Uberlândia, terra gentil que seduz¹”. Como canta o hino da cidade, Uberlândia provou historicamente que possuiu um poderoso poder de atração. Tal fato deve-se a uma gama de fatores, que juntos fazem da cidade de Uberlândia uma referência econômica no Triângulo Mineiro, Minas Gerais, bem como no Brasil.

Esses fatores de atração estão ligados à sua localização estratégica no país, pelo forte setor comercial e industrial de destaque regional e nacional, e pela infraestrutura adequada disponível que permite a distribuição do escoamento da produção. (GUIMARÃES, 2010); (SANTOS e RAMIRES, 2004). Assim, Uberlândia, por todos estes motivos, além de ter atraído investimentos produtivos e financeiros para a cidade, seduziu, não obstante, uma considerável massa populacional, que se moveu para a cidade em busca de melhores condições de vida. (RODRIGUES, 2011).

O desenvolvimento econômico da cidade triangulina foi acompanhado pelo crescimento da pobreza urbana na região periférica leste de Uberlândia. (RODRIGUES, 2011). Dentro desta conjuntura entra em cena a constituição do bairro Dom Almir (PETUBA, 2001), cujos moradores, em sua maioria, pertencem ao movimento migratório advindo do destaque econômico uberlandense no cenário regional.

A questão da pobreza no município de Uberlândia-MG representa tema instigante, visto que propõe ao pesquisador uma reflexão sobre como a formação histórica do bairro Dom Almir se configura como uma resposta de sobrevivência dos agentes econômicos² no sistema de produção capitalista. Essa resposta encontra-se perpassada por políticas por parte

¹ Trecho do Hino da cidade de Uberlândia. Letra de Moacir Lopes de Carvalho e Remi França. Música de Alério França.

² Principalmente aqueles com a vida precarizada, devido a ausência de recursos financeiros.

da comunidade do bairro, a qual promoveu, desde o surgimento deste bairro movimentos reivindicatórios, tanto para legitimar as terras ocupadas e, conseqüentemente, para a construção de sua moradia, como para solicitar ao poder público municipal infraestrutura urbana adequada para o Dom Almir.

Atualmente, muitas famílias que residem no bairro Dom Almir são beneficiadas por programas sociais de natureza federal³ e municipal⁴, que representam complementação na receita domiciliar e amenizam a precarização da vida urbana em Uberlândia/MG. Não obstante, verifica-se também a participação de movimentos solidários de caráter religioso⁵ que auxiliam no setor de saúde do bairro, o que muitas vezes supre a carência de um serviço que o poder municipal não é capaz de atender por completo.

Desta forma, o exercício de analisar o processo de construção da pobreza no espaço urbano em Uberlândia, especialmente no que diz respeito ao bairro Dom Almir, representa ao mesmo tempo, iniciativa objetivando entender como ocorreu o correspondente processo. Significa igualmente tentativa de compreender, com respeito aos dias atuais, a rotina dos moradores do bairro e sua relação com medidas que objetivam amenizar a sua situação de pobreza.

Assim, estudar a pobreza urbana no bairro Dom Almir evoca tanto contribuições no âmbito acadêmico, quanto no campo da prática. No âmbito acadêmico, a contribuição surge, desde o momento em que é proposta a compreensão das principais implicações que revestem a problemática da intensificação da pobreza no espaço urbano uberlandense, referência regional de sucesso econômico. Esta relação de caráter contraditório desafia o pesquisador, fazendo-o buscar o entendimento da questão da pobreza urbana no bairro do Dom Almir e a busca dos agentes econômicos residentes desta localidade à medidas de sobrevivência. Além disso, a reflexão acerca dos aspectos que provocaram o alastramento da pobreza, não obstante a análise dos impactos deste processo no tecido urbano em Uberlândia/MG, especialmente na região periférica do município, parece ter grande valia para a descoberta de novos caminhos de pesquisa na área.

No campo da prática, os benefícios em se estudar a pobreza urbana no bairro Dom Almir são inúmeros. Dentre eles, merece destaque o estímulo pela busca de ações concretas e alternativas, a fim de minimizar as péssimas condições infraestruturais sobre as quais residentes desta comunidade são obrigadas a conviver. Tais ações alternativas podem trazer

³ Como o programa “Bolsa Família” criado durante a gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva

⁴ Como o programa “Pró-pão”, que fornece mensalmente uma cesta básica de alimentação composta por: 15 kg arroz, 5kg de açúcar, 3 litros de óleo, 3 kg de feijão, 1 kg de sal, farinha/fubá, café e macarrão.

⁵ No caso do Dom Almir, é notável a ação da organização “Pastoral da Criança” ligada a igreja católica.

esperança para população que compõem o bairro, à medida que são desenvolvidos projetos como a ONG “Arte e Consciência”, e também ações solidárias promovidas por grupos religiosos, objetivando a melhoria nas condições de vida dos cidadãos que ali residem.

1.4 Metodologia

Teixeira (2005) teorizou que a seleção da opção metodológica constitui o segundo momento da pesquisa, depois da seleção do tópico-problema. Desta forma, a fim de esclarecer o problema de pesquisa proposto neste trabalho, foi adotada a pesquisa qualitativa. Este mesmo autor esclarece a relação do pesquisador e seu objeto de pesquisa na pesquisa qualitativa:

Na pesquisa qualitativa o pesquisador procura reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, usando a lógica da análise fenomenológica, isto é, da compreensão dos fenômenos pela sua descrição e interpretação. As experiências pessoais do pesquisador são elementos importantes na análise e compreensão dos fenômenos estudados. (TEIXEIRA, 2005, p.136)

Esse autor ainda destaca que, na pesquisa qualitativa, “o social é visto como um mundo de significados passível de investigação e a linguagem dos atores sociais e suas práticas as matérias primas dessa abordagem.” (p.140). Dentro desta perspectiva, para identificar “o mundo de significados” que Teixeira (2005, p.140) cita, foi selecionado como categoria de pesquisa qualitativa o método “estudo de caso”, caracterizado por “[r]etratar a realidade de forma completa e profunda: o pesquisador enfatiza a complexidade da situação procurando revelar a multiplicidade de fatos que a envolvem e a determinam.” (RODRIGO, 2008, p.03) O referido método, mostrou-se adequado para a compreensão da problemática urbana presente no bairro Dom Almir em Uberlândia/MG, ao colocar a pesquisadora em contato constante e direto com seu objeto de estudo.

Foram utilizados diversos métodos para coletar dados. Merece destaque para o desenvolvimento deste trabalho a entrevista como importante instrumento para coleta de dados durante a ida à campo, demonstrando-se fundamental no desvelamento das perguntas de pesquisa do estudo de caso.

As entrevistas foram realizadas segundo o método proposto por Gaskell (2003), o qual a considera uma ferramenta de interação, cooperação e permuta de significados, em que são exploradas diferentes apreensões da realidade, objetivando desenvolver e produzir o conhecimento. Para esta monografia, com o intuito de investigar a dinâmica da produção do espaço urbano no município de Uberlândia e no bairro Dom Almir, foi selecionada o tipo de entrevista “semiestruturada” (DA SILVA et al, 2009). Assim, foi elaborado previamente um

roteiro de perguntas, mas a pesquisadora também levantou outros questionamentos relevantes durante o contato com a realidade local. Neste sentido, foram abordadas questões fundamentais referentes à problemática urbana do bairro Dom Almir – como o local de origem dos moradores, ocupação na socioeconomia urbana, origem fundiária das terras da localidade, dentre outros. Para tanto, primou-se pela entrevista à diferentes interlocutores, todos pertencentes à dinâmica socioespacial do bairro Dom Almir, a citar: Secretaria Municipal de Habitação de Uberlândia, Secretaria Municipal de Secretaria de Planejamento Urbano de Uberlândia, ONG's, entidades religiosas, moradores do bairro, lideranças comunitárias, bem como escritório jurídico que cuida das ações reivindicatórias dos moradores. Todas as entrevistas foram essenciais para promover uma visão fidedigna para pesquisadora à respeito da realidade do objeto de estudo.

Não sem menos importância, como fonte de coleta de dados, foram realizadas pesquisas documentais no Arquivo Municipal de Uberlândia e na Prefeitura Municipal de Uberlândia em busca de documentos oficiais que legitimassem a existência do bairro Dom Almir. Foram também utilizadas pesquisas bibliográficas, à *sites* da internet e pesquisas estatísticas em órgãos como o IBGE.(GIL, 2002)

Sobre as pesquisas estatísticas, Santos (2009) destaca ser necessário ao pesquisar atentar-se para as “armadilhas” da metodologia, especialmente quando trata-se da abordagem da pobreza em países subdesenvolvidos, isto é: “As dificuldades são encobertas pelos deficientes instrumentos de pesquisa, tais como estatísticas e classificações duvidosas, enquanto a confusão a respeito dos objetivos e as formulações teóricas falsas ou incompletas representam verdadeiras arapucas”. (p.13)

Em que pese as ressalvas colocadas por Santos (2009), foi utilizado o aparato estatístico, uma vez que:

É evidente que não se pode dispensar informações estatísticas, mas é preciso recusar a essas informações um valor próprio e suficiente. As estatísticas só expressam a realidade quando recolhidas através de uma teoria válida; estatísticas e teoria se completam [...] Há necessidade, portanto, de categorias analíticas que permitam a obtenção de dados e também a correção dos não confiáveis, o que ajudará na escolha das pesquisas complementares necessárias (p. 14)

Tais métodos de coleta de dados supracitados mostraram-se de suma relevância no processo de investigação da trajetória histórica do bairro Dom Almir, na identificação do papel dos *agentes modeladores* do espaço urbano, e no reconhecimento de ações alternativas para a reprodução social dos habitantes desta região e na busca pelo “direito à cidade”.

1.5 Estrutura do Trabalho

A presente monografia subdivide-se em seis capítulos, incluindo este primeiro, que diz respeito à introdução do referido tema, delimitação dos objetivos gerais e específicos, justificativa e metodologia.

O segundo capítulo diz respeito ao marco teórico que tratará os contornos do debate acerca do "direito à cidade", tendo o estudo da produção social do espaço como chave de leitura para o entendimento da problemática urbana, especificamente a problemática comum nos países externos ao centro do capitalismo.

O terceiro capítulo descreve a trajetória da urbanização do Brasil, sob o ponto de vista das transformações experimentadas no seu espaço, a partir da segunda metade do século XX até os anos 2000.

O quarto capítulo refere-se a discussão dos fatores que tornam o Município de Uberlândia o núcleo principal de seu aglomerado urbano e quais as relações com os fluxos migratórios dentro da região do Triângulo Mineiro.

O quinto capítulo corresponde ao coração da pesquisa. É neste capítulo que será descrito de fato o conhecimento sobre a realidade estudada e mostrará o bairro Dom Almir como um caso ilustrativo de como a organização comunitária é eficaz na defesa do "direito à cidade". Além disso, será analisado como a formação da referida localidade corresponde ao processo de centralidade regional do município de Uberlândia/MG.

O último capítulo tecerá os aspectos conclusivos acerca do debate do "direito à cidade". Sobre o referido, serão expostas as principais considerações sobre a relação da teoria com os principais resultados da pesquisa de campo. Também serão indicados possíveis trabalhos que podem ser desenvolvidos nesta área de estudos regionais e urbanos.

2. A BUSCA PELO DIREITO À CIDADE: CONTORNOS DO DEBATE

De acordo com Lins (2009), “[n]o século XX o processo de urbanização ganhou velocidade, e formas urbanas com escala metropolitana passaram a marcar o cenário, no mundo mais rico e nos países da periferia e da semiperiferia da economia mundial” (p.76). No Brasil, tal processo foi verificado especialmente a partir dos anos 1950, tendo o território brasileiro vivenciado profundas transformações em seu espaço devido ao intenso processo de urbanização. Uma tônica nesse período foi a ocorrência de fortes movimentos migratórios também em direção às cidades médias do país. Verificando-se que o crescimento dos espaços urbanos foi simultâneo ao aumento das áreas carentes nas cidades.

Tal situação exprime uma dupla condição presente nas cidades que experimentaram a urbanização de maneira acelerada: um quadro de dinamização econômica concomitante ao crescimento de locais repletos de mazelas urbanas, apresentando-se especialmente afetados os contingentes mais pauperizados. Harvey (1980) avalia esse processo como sendo “um dos paradoxos centrais da sociedade moderna – o de que uma sociedade crescentemente afluyente, com uma tecnologia mudando muito rápido, está gerando problemas estruturais absurdos e aprofundando tensões no processo de urbanização” (p.43).

Nesse contexto, ganha impulso em diferentes realidades urbanas carentes a organização comunitária em prol do direito de pertencer à cidade de fato, criando alternativas de sobrevivência às tensões inerentes ao desenvolvimento do sistema capitalista. Lefebvre (2011) teorizou tal problemática urbana como a busca desenfreada pelo “direito à cidade”. Desse modo, aflora na consciência das comunidades o anseio pelo direito ao habitat, especialmente ao habitat urbano.

Este capítulo procura sistematizar alguns termos do debate sobre o problema do “direito à cidade”. Começa-se encarando a visão lefebvriana sobre a “produção” do espaço em geral.

2.1 A Problemática da Produção Social do Espaço

Lefebvre (1991) – precursor do método analítico da produção social do espaço – referencia o estudo do espaço como chave de leitura eficaz no entendimento da problemática urbana. De acordo com Gottdiener (1997), tal método lefebvriano “[e]leva o elemento espaço a um foco principal de análise junto com as atividades da economia e do Estado.” (p.27) Observa-se que a linha de análise relativa à produção social do espaço foi inovadora no

campo teórico, pois sublinhou a necessidade de acoplar na análise dos problemas urbanos o enfoque interdisciplinar.

Segundo Lefebvre (1991) o ponto de partida desse método implica compreender o espaço como uma relação social,

O espaço é uma relação social? Certamente - mas uma que é inerente às relações de propriedade [...], e também intimamente ligado com as forças de produção [...]; aqui vemos a polivalência do espaço social, é a realidade ao mesmo tempo formal e material. Além de um *produto* a ser utilizado, consumido, - o espaço - constitui também um *meio de produção*; rede de troca e de fluxos de matérias-primas [...]. Assim, esses meios de produção, produzidos como são, não podem separar as forças produtivas, incluindo tecnologia e conhecimento, da divisão social do trabalho que isso formata, ou do Estado e as superestruturas da sociedade. (p.85; tradução da autora)⁶

Dentro desta perspectiva, segundo Gottdiener (1997), a grande contribuição de Lefebvre, ao elaborar o método da produção social do espaço, foi identificar o caráter multifacetado do espaço:

O espaço não pode ser reduzido apenas a uma localização ou às relações sociais da posse de propriedade – ele representa uma multiplicidade de preocupações sociomateriais. O espaço é uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo uma liberdade existencial e uma expressão mental. O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação. Isto é, num plano individual, por exemplo, ele não só representa o local onde ocorrem os eventos (a função de receptáculo), mas também significa a permissão social de engajar-se nesses eventos (a função de ordem social).(GOTTDIENER, 1997, p.127)

É importante, pois, destacar, dentro da presente análise, que, somente a partir da dialética é possível compreender como a dinâmica do espaço se sucede, visto que este “recria continuamente as relações sociais ou ajuda a reproduzi-las, além disso, elas podem ser as mesmas relações que ajudaram a produzi-lo no primeiro local” (GOTTDIENER, 1997, p.133). Paralelamente, elucida-se que o elemento dialético, intrínseco na dinâmica socioespacial, representa um dos fatores que possibilitaram a sobrevivência do capitalismo

⁶ Is space a social relationship? Certainly - but one which is inherent to property relationships [...] and also closely bound up with the forces of production [...]; here we see the polyvalence of social space, its reality is also formal and material. Though a product to be used, to be consumed, it is also means of production; networks of exchange and flows of raw materials [...]. Thus this means of production, produced as such, cannot be separated either from the productive forces, including technology and knowledge, or from the social division of labour which shapes it, or from the state and superstructures of society. (LEFEBVRE, 1991, p.85).

enquanto modo de produção. Isto porque tal sistema apropriou-se do espaço em prol de seus interesses antagônicos, e o espaço por sua vez, os reproduziu. (GOTTDIENER, 1997)

Esses aspectos ligados à produção social do espaço representam inspiração para o estudo que se trata na presente monografia, que se focaliza a questão geral da urbanização do espaço, especialmente a questão da busca pelo direito à cidade na comunidade do bairro Dom Almir, em Uberlândia/MG. Com efeito, “os atuais problemas da sociedade parecem ser cada vez mais articulados como problemas de natureza espacial.” (GOTTDIENER, 1997, p.28), uma postulação que cabe para a referida realidade socioespacial.

2.2 O Espaço Urbano

Feitas algumas considerações sobre o espaço no tópico anterior, tendo procurado destacar a importância do enfoque lefebvriano da produção social do espaço como chave de leitura sobre a problemática urbana, cabe alinhar alguns comentários sobre o próprio processo que, historicamente, resultou na urbanização do espaço, de uma maneira geral. Isso favorecerá a posterior referência aos processos inerentes ao desenvolvimento do sistema capitalista que aprofundaram a pobreza urbana, desencadeando movimentos sociais urbanos em defesa do direito à cidade.

2.2.1 Da cidade à Sociedade Urbana: capitalismo, industrialização e pauperização

Segundo Lefebvre (2011), para compreender o processo que urbanizou o espaço é necessário considerar a premissa de que a cidade antecede ao sistema urbano.

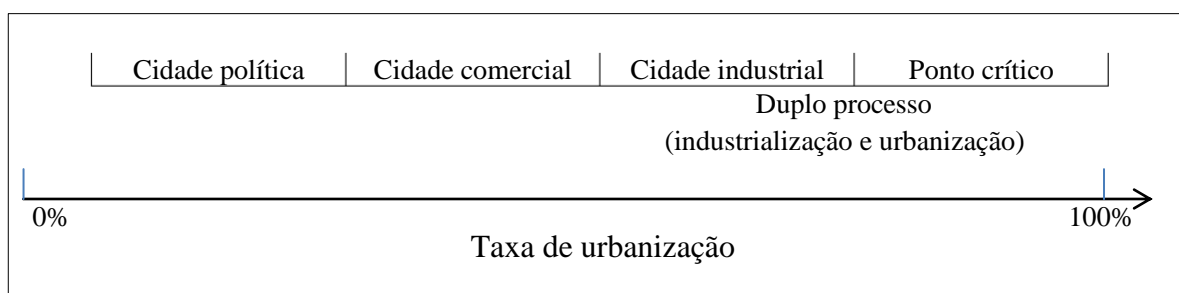
A cidade se transforma não apenas em razão de *processos globais* relativamente contínuos (tais como o crescimento da produção material no decorrer das épocas, com suas consequências nas trocas, ou o desenvolvimento da racionalidade) como também na função de modificações profundas no modo de produção, nas relações “cidade-campo”, nas relações de classe e propriedade. (LEFEBVRE, 2011, p.58)

Na visão desse pensador, a especificidade da cidade, considerada em termos gerais, é ser permeada pela história. Em outras palavras, a cidade é história e é resultado da história. Mais do que produção de objetos, a cidade representa a produção e reprodução de relações sociais, ou seja, “[...] é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos” (LEFEBVRE, 2011, p.55) E para a dinâmica do urbano ser possível, é indispensável a presença de uma base prático-sensível, de uma estrutura morfológica, logo, é necessário o espaço para o urbano vir à tona.

Sendo assim, com o propósito de descrever o movimento da urbanização no espaço, Lefebvre (2011) elaborou a teoria da *descontinuidade*, objetivando explicar a dinâmica da interpenetração do urbano nas cidades, desde a forma cidadina mais primitiva até a mais atual. Esta última é de suma importância, pois ao redor dela ocorre a formação do “ponto crítico”, ou em outras palavras, a constituição da problemática urbana lefebvriana, abordada na sequência deste subtópico.

O Quadro 1 esquematiza o que esse autor teorizou acerca da relação entre a cidade e o urbano. A tese da *descontinuidade* elaborada por Lefebvre (2011) diz que a transformação da cidade não só caminha num movimento contínuo, a *continuidade*, mas também abarca a *descontinuidade* temporal e espacial gerada pela evolução dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais.

FIGURA 01: Evolução da urbanização com base no método da *descontinuidade*



Fonte: Lefebvre (2011), adaptado pela autora.

Para explicar de forma analítica a evolução do urbano no espaço, Lefebvre (2011) propõe traçar um eixo horizontal cujo início corresponde ao nível zero de urbanização. O surgimento das cidades, segundo este autor, está atrelado às transformações no modo de produção da sociedade. À medida que essas mudanças ocorrem na direção rumo ao final do eixo, há o surgimento das cidades, respectivamente: a cidade política⁷, a cidade comercial⁸, e por fim, a cidade industrial. Chama a atenção, nesta etapa de análise a relação entre a cidade comercial e a cidade industrial, isto porque, na concepção de Lefebvre (2011), estas duas últimas cidades culminam na formação do *ponto crítico*, pois a cidade comercial criou o excedente necessário para a estrutura produtiva do capital industrial entrar em cena:

⁷ A cidade política é baseada no modo de produção asiático, o qual organiza e domina uma vizinhança agrária. (LEFEVRE, 2011)

⁸ A cidade comercial refere-se a uma “estrutura social baseada nas trocas, nas comunicações ampliadas, no dinheiro e na riqueza imobiliária” (LEFEVRE, 2011, p.77)

Vem a seguir um ponto crítico decisivo, onde a importância da produção agrícola artesanal e agrícola recua diante da importância da produção artesanal e industrial, do mercado, do valor de troca, do capitalismo nascente. [...] é o advento da cidade industrial com suas implicações. [...] Vem então o período em que a cidade em expansão prolifera, produto das periferias distantes (subúrbios), invade os campos. (LEFEBVRE, 2011, p.77)

Dentro desta perspectiva, o *ponto crítico* lefebvriano nada mais é do que o momento em que a cidade torna-se completamente urbana, ou seja, quando atinge-se o patamar máximo (100%) de urbanização da cidade. Para Lefebvre (2011), isso diz respeito ao momento histórico em que há “[...] absorção do campo pela cidade, predominância completa da produção industrial até mesmo na agricultura” (p.58), ou seja, “[...] a sociedade constituída por esse processo que denomina e absorve a produção agrícola” (LEFEBVRE, 2008, p.13). Logo, no patamar mínimo (0%) de urbanização observa-se “[...] a inexistência da cidade, a predominância completa da vida agrária da produção agrícola, a do campo”. (LEFEBVRE, 2011, p.77)

O autor analisa esse processo como um momento ímpar no qual o espaço criou condições necessárias para vir a ser urbano. Assim, nessa perspectiva, uma das diferenças oriundas dos outros tipos de se produzir a cidade, em relação à cidade industrial, é a presença da burguesia industrial como especificidade, bem como o surgimento do capitalismo concorrencial no dado momento histórico. Além disso, a cidade industrial guarda em si importantes implicações, caracterizada pela “partida para a cidade das populações camponesas despojadas e desagregarias, período das grandes concentrações urbanas” (LEFEBVRE, 2011, p.77) Tal conjuntura culmina na pobreza urbana, ou no grande crescimento desta.

Para sumarizar, relacionando o assunto que foi abordado neste subtópico e o quadro esquemático elaborado por Lefebvre (2011), a citação abaixo coloca o advento da industrialização como ponto central na discussão da constituição do espaço urbano. Cabe salientar que tal processo culminou numa crise da cidade, justamente o *ponto crítico* lefebvriano:

[...] a industrialização pressupõe a ruptura desse sistema urbano preexistente; ela implica a desestrutura das estruturas estabelecidas [...] Existe portanto uma certa *descontinuidade* entre a indústria nascente e suas condições históricas. [...] A prodigiosa expansão das trocas, da economia monetária, da produção mercantil, do “mundo da mercadoria” que vai resultar da industrialização, implica uma mudança radical. A passagem do capitalismo comercial e bancário e da produção artesanal para a produção industrial e para o capitalismo concorrencial faz-se acompanhar por uma crise gigantesca. (LEFEBVRE, 2011, p.14-15)

Conforme o debate sobre a produção social do espaço, o urbano desenvolve-se na cidade à medida que as transformações no modo de produzir a vida em sociedade modificam o espaço até resultar num limite em que todas as forças do campo são absorvidas pela cidade, e o *ponto crítico* de análise corresponde ao momento em que a sociedade encontra-se urbanizada por completo. (LEFEBVRE, 2011)

Desta forma, a perspectiva lefebvriana indica que a problemática do urbano é um fenômeno intrínseco ao desenvolvimento do sistema capitalista, logo, uma questão específica da sociedade moderna. Para este autor, a industrialização representou o aprofundamento do capitalismo. Ao mesmo tempo, a indústria se revela condição *sine qua non* para o entendimento da urbanização do espaço e da constituição da sociedade urbana. É eloquente sobre isso:

O desenvolvimento da sociedade só pode ser concebido na vida urbana, pela realização da sociedade urbana. O duplo processo de industrialização e de urbanização perde todo seu sentido se não se concebe a sociedade urbana como objetivo e finalidade da industrialização, se se subordina a vida urbana ao crescimento industrial. Este fornece as condições e os meios da sociedade urbana. (LEFEBVRE, 2011, p.137)

Especificamente, o ano de 1845 merece destaque na análise da problemática urbana, em termos gerais, pois foi nesse período em que a Inglaterra, país pioneiro na produção fabril, vivenciou um *boom* industrial. Engels (1975) estudou este período focando a situação da classe operária inglesa, especialmente as condições de moradia dos proletários. O autor destaca que, apesar das promessas de melhores condições de vida no setor industrial, através de salários maiores do que os oferecidos no campo, a existência do trabalhador enquanto operário industrial foi permeada pela total miséria⁹. Engels (1975) descreve como segue os locais habitados e as condições de vida dos operários durante a Revolução Industrial:

Estes bairros miseráveis são organizados da mesma forma em quase toda a Inglaterra e constituídos pelas piores casas, nas zonas piores da cidade. [...] As próprias ruas, habitualmente, não são nem planas, nem pavimentadas; são geralmente sujas, cheias de detritos vegetais e animais, sem esgotos e cobertas de poças de água estagnada e fétida. A ventilação é dificultada pela construção deficiente e confusa de todo o bairro, e como muitos indivíduos ali vivem num reduzido espaço, é fácil imaginar o ar que se respira nesses bairros operários. [...] as grandes cidades são habitadas principalmente por operários [...] Estes operários nada têm, vivendo do salário que quase sempre não permite senão sobreviver dia após dia. A sociedade individualizada em extremo, não se preocupa com eles e deixa-lhes o cuidado de proverem às suas necessidades e às da sua família. No entanto, não lhe

⁹ Durante a estadia de Engels na Inglaterra, a causa direta de morte fome era 66, 6% entre os operários, ou seja, a cada 30 pessoas que morriam, 20 eram pela falta do que comer.

fornece os meios de o fazerem de forma eficaz e duradoura. Todo e qualquer operário, mesmo os melhores, estão sujeitos a uma subnutrição contínua, ou seja, morrer de fome, e efetivamente, muitos deles sucumbem. As habitações dos trabalhadores são, em geral, amontoadas, mal construídas, mal conservadas, deficientemente arejadas, úmidas e insalubres. [...] O conforto das habitações é quase nenhum, exprimindo a mais completa miséria. [...] As roupas dos trabalhadores são de qualidade medíocre e há muitos que vestem farrapos. A alimentação é, de uma maneira geral, má frequentemente imprópria para consumo e em muitos casos, pelo menos em certos períodos, insuficiente, o que leva que muita gente morra de fome. (ENGELS, 1975, p. 47; p.108-109)

Fica claro na partir da passagem acima que a remuneração dos operários não era suficiente para a manutenção de uma vida material adequada. Pelo contrário, suas vidas representavam o contrário de qualquer noção de bem-estar. O olhar crítico de Marx (1982) atribuiu tal questão a uma relação de exploração do trabalhador por parte do capitalista materializada através do salário: “a tendência geral da produção capitalista não é de elevar o nível médio normal do salário, mas ao contrário, para fazê-lo baixar, empurrando o valor trabalho mais ou menos até seu limite mínimo” (p.184). Na mesma linha argumentativa, Engels (1975) entendeu que o salário da classe proletária não era suficiente para suprir sequer as necessidades básicas humanas. Marx (1982) chegou a assinalar que as leis que regiam os operários durante a Revolução Industrial eram piores que as que regiam os escravos, pois estes ao menos obtinham o necessário para sua subsistência, enquanto o trabalhador assalariado nem ao menos isto auferia.

Ao comparar a situação material dos trabalhadores antes e depois do processo industrial, ou seja, após tornarem-se assalariados, Engels (1975) concluiu que a mesma piorou¹⁰. No auge do processo industrial, assim se resumia a situação da classe trabalhadora da Inglaterra: extensas jornadas de trabalho¹¹ e ínfimos salários que se concretizavam numa existência marcada pela pauperidade em todos os sentidos.

Nessa conjuntura os proletários reivindicando melhores condições de vida, construíram um movimento operário pioneiro na história. Para Engels (1975), a politização dos proletários foi uma necessidade que surgiu após o *boom* industrial, e representou um grande divisor de águas na história do desenvolvimento do sistema capitalista. Elaborando a partir da análise de Engels (1975), é plausível afirmar que o movimento operário inglês

¹⁰ Antes da Revolução Industrial a vida do trabalhador era basicamente no campo. Era possível desenvolver atividades correlatas ao seu ofício habitual e que visassem seu lazer. Ele gozava autonomia de decisão para alocar seu tempo segundo seus próprios interesses. Dentro desta perspectiva, Engels (1975) explica que a condição social do trabalhador anterior ao boom industrial era superior ao modo de vida do proletário no auge da Revolução Industrial em 1845: “(...) os operários vivem uma existência perfeitamente suportável, levando uma vida honrada e tranquila, uma vida piedosa de homens de bem. A sua situação material era bem melhor que a dos seus sucessores.” (ENGELS, 1975, p.16).

¹¹ Em média de 18 horas diárias. (ENGELS, 1975)

constituiu igualmente uma manifestação em defesa ao “direito à cidade” (LEFEBVRE, 2011), objeto do sub tópico 2.4 do presente capítulo.

2.2.2 O ponto crítico lefebvriano nos países externos ao centro do capitalismo

Ao caracterizar a formação do *ponto crítico* nos países em “vias de desenvolvimento”, Lefebvre (2011) salienta que a urbanização do espaço implica na pobreza urbana.

Nos países ditos em “vias de desenvolvimento”, a dissolução da estrutura agrária empurra para as cidades camponeses sem posses, arruinados, ávidos de mudança; a favela os acolhe e desempenha o papel de mediador (insuficiente) entre o campo e a cidade, entre a produção agrícola e a indústria; frequentemente a favela se consolida e oferece um sucedâneo à vida urbana, miserável e no entanto intensa, àqueles que a abriga. (p.81)

Dentro desta perspectiva, Harvey (1980) concorda com a fundamentação de Lefebvre (2011) na citação supracitada, pois “[a] pobreza urbana é, na maior parte dos casos, pobreza rural reorganizada dentro do sistema urbano. É neste sentido que devemos aceitar o ponto de vista de Lefebvre de que a urbanização do campo implica numa ruralização subsidiária da cidade” (HARVEY, 1980, p. 266) Percebe-se, então, que os países latino-americanos encaixam-se na nesta conceituação, pois a problemática urbana da América Latina – permeada pela pobreza – está intimamente ligada ao modelo de urbanização vivenciado por esses países.

No tocante a isso, conforme Galeano (1984), o fenômeno da urbanização na América Latina deu-se de forma rápida e intensa, sendo resultado do específico processo de industrialização ocorrido em seu território, igualmente rápido e intenso. O referido autor destaca que “[o] crescimento fabril da América Latina fora iluminado, em nosso século, de fora. [...] A indústria latino-americana nasceu do próprio ventre do sistema agroexportador, para dar resposta ao agudo desequilíbrio provocado pela queda do comércio exterior” (GALEANO, 1984, p.223). Seguindo a mesma linha argumentativa, Singer (1998) também assinala ser

verdade que em muitos países não desenvolvidos a economia urbana tem sido animada pelo comércio exterior. Nestes casos, a expansão da economia urbana tem dependido principalmente do crescimento da demanda externa pelos produtos destes países, [...]. (SINGER, 1998, p.50)

De todo o modo, de acordo com Galeano (1988), ao contrário do observado nos países desenvolvidos, a industrialização latino-americana não provocou mudanças na estrutura econômica geral. No Brasil, especialmente, “foi um fenômeno rápido e intenso, que se sobrepôs à estrutura econômico-social preexistente, sem modificá-la por inteiro, dando origens a profundas diferenças setoriais e regionais que caracterizam a sociedade brasileira.” (GALEANO, 1984, p. 232)

Em relação a esse aspecto, Singer (1998) aponta o fenômeno das desigualdades regionais como importante motivo das migrações internas, inteligíveis, sobretudo quando vinculadas analiticamente à industrialização. Segundo esse autor,

é fácil entender que o volume de migrações internas, provocados por mudanças estruturais e espaciais da economia, é proporcionalmente muito maior nos países não desenvolvidos que estão se industrializando do que nos desenvolvidos. (SINGER, 1998, p.46)

Com base no trabalho desenvolvido por Singer (1976), Lins (2009) sublinha a assertiva do referido autor quanto à importância analítica dos *fatores de expulsão e de atração*, no tema das migrações internas. Na correspondente discussão, os movimentos dos contingentes populacionais no espaço são vistos como um processo inerente ao fenômeno da urbanização do espaço.

Na análise desse tipo de migração – migração interna aos territórios nacionais – Paul Singer assinalou ser importante considerar o funcionamento dos *fatores de expulsão*, vinculados seja ao desenvolvimento de relações capitalistas no campo – causadoras de eliminação de postos de trabalho –, seja à estagnação de atividades em meio rural, ambos os processos resultando em expressivas saídas de contingentes. Mas também os *fatores de atração* necessitam ser considerados, pois são estes que definem a geografia dos fluxos migratórios. (SINGER, 1976 apud LINS, 2009, p.76)

Todo o referido guarda profunda relação com a problemática urbana – ou, no dizer de Lefebvre (2011), com a chegada do *ponto crítico* – nos países em “vias de desenvolvimento”. Sintetizando com essa percepção, Castells (1983) assinala o que segue sobre o processo de urbanização latinoamericano:

A urbanização na América Latina não é a expressão de um processo de *modernização*, mas a manifestação, a nível das relações socioespaciais, da acentuação das contradições sociais inerentes a seu modo de desenvolvimento determinado por uma dependência específica no interior do sistema capitalista mundial. (p. 84)

Dentro desta perspectiva, na investigação do fenômeno urbano nas sociedades dependentes¹², na qual o Brasil está inserido, é importante considerar, além dos aspectos econômicos inerentes à estrutura social, o conjunto da formação social¹³. De fato, para Castells (2000), uma das questões fundamentais que revestem a atual problemática da urbanização é o aumento da concentração do crescimento urbano nas regiões *subdesenvolvidas* não possuir coerência com o crescimento econômico das mesmas. Singer (1998) examinou tal fenômeno em estudos sobre a experiência urbana brasileira e constatou que “a demanda de serviços, numa economia capitalista, é apenas a demanda solvável e por isso ela cresce em função da renda e não da população” (p.129). Isso tudo, na verdade, reflete a seguinte questão geral, referente aos países externos às zonas centrais do capitalismo mundial.

O crescimento acelerado das metrópoles em países não desenvolvidos acentuou e tornou mais perceptível uma série de desequilíbrios, principalmente entre procura e oferta de habitação e serviços urbanos, que compõem uma problemática urbana específica. A percepção desta problemática e do rápido crescimento da população “marginalizada” nos grandes centros suscitou abundantes apreciações críticas da urbanização nos países não desenvolvidos, [...] a crítica da urbanização tem por pressuposto básico que não há uma relação necessária entre o crescimento da população e a expansão da metrópole. (SINGER, 1998, p.120-122)

No Brasil, são eloquentes as evidências de que o crescimento urbano é concomitante, sobretudo nas últimas décadas, ao progressivo aumento da problemática urbana, caracterizado pela:

[...] escassez de habitações levando à expressão de cortiços e favelas, saturação das vias de tráfego, insuficiência dos serviços urbanos básicos como o abastecimento de água encanada e de esgotos, que atendem proporções cada vez menores da população total, falta de telefones, de vagas nas escolas, de leitos hospitalares etc... Admita-se também o aumento contínuo do desemprego, da delinquência, da incidência de moléstias mentais, da poluição do meio ambiente. (SINGER, 1998, p. 121)

2.3 O espaço urbano como escultura social e o papel do Estado

¹² Tem como base a análise de Castells (2000), o termo *dependência* aqui é abordado como um fenômeno histórico, ou seja, “uma forma particular de relação entre formações sociais, caracterizada pelo fato de que a forma em que se realiza a dominação de classes de uma sociedade dependente expressa a formação social dominante”(p.16)

¹³ A utilização da formação social como categoria é aprofundada por Santos (1979) sob a perspectiva de que a pobreza como objeto analítico, deve possuir uma perspectiva histórica e espacial, estes por sua vez abarcados num movimento em conjunto. Desta forma, “a noção de *formação econômico social* é indissociável do concreto representado por uma sociedade historicamente determinada análise de qualquer fenômeno a partir da categoria de *formação econômico-social*” (SANTOS, 1979, p.13)

Corrêa (1993) sustenta que o espaço urbano capitalista – “fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas” (p.11) – é produzido e reproduzido pela interação entre diferentes agentes sociais, os quais são responsáveis pela *modelagem* do espaço urbano. Dentro desta abordagem, este mesmo autor sugere a classificação em cinco tipos de agentes responsáveis pela produção do espaço urbano, que seguem:

- I- Proprietários dos meios de produção, especialmente os ligados à indústria e ao comércio;
- II- Proprietários fundiários;
- III- Promotores imobiliários;
- IV- Estado;
- V- Grupos sociais excluídos.

Segundo Lins (2009), resultado da ação conflituosa entre os diferentes agentes sociais que compõem a sociedade capitalista, o espaço urbano, enquanto *produto* e *condicionante social* (CORRÊA, 1993), configura-se como uma verdadeira *arena de disputas* (LINS, 2009, p.78).

Nessa *arena*, merece destaque o papel exercido pelo Estado como *modelador* do espaço urbano capitalista. Como agente social, o Estado possui uma natureza multifacetada, assumindo inúmeras funções. E, portanto, como “agente provedor de infraestruturas e de serviços, de uma parte, e de produtor e aplicador do aparato legal, regulatório e tributário, de outra parte, que o Estado interfere no espaço urbano [...]” (LINS, 2009, p.81)

Outro agente social que remete à imagem de *arena de disputas* (LINS, 2009) e que constitui tema central nesta monografia, são os grupos sociais excluídos. Estes *modelam* o espaço urbano na produção da favela (CORRÊA, 2003) e na busca pelo direito de pertencer à cidade (LEFEBVRE, 2011)

Dentro desta perspectiva, vale sublinhar que as primeiras teorias que se preocuparam em entender a relação do espaço urbano com o Estado evidenciam o papel ativo deste na organização espacial (LIPIETZ, 1988).

É importante dar-se conta de que o espaço não é nem neutro nem inocente, mas que é um dos campos de ação por excelência das forças políticas: o Estado é também uma entidade geográfica e o aparelho de Estado organiza o espaço geográfico de modo a exercer seu poder sobre os homens [...]. (LACOSTE apud LIPIETZ, 1988, p. 150)

No tocante ao assunto, em consonância ao conteúdo discutido, o Estado revela-se como um importante agente *modelador* na organização espacial da cidade (CORRÊA, 2003), num processo no qual ele “[...] incorpora uma multiplicidade de papéis.” (LINS, 2009, p.81). Desta forma, no que diz respeito à dinâmica socioespacial e aos interesses de pesquisa da presente monografia, cabe destacar a conduta do Estado, principalmente no âmbito municipal, pois é nessa esfera de ação pública que são elaboradas as diretrizes do Plano Diretor.

O Plano Diretor municipal representa um importante instrumento de orientação de políticas públicas voltadas, entre outras coisas, para o desenvolvimento adequado da expansão urbana. É imprescindível na sua elaboração, a atuação participativa dos cidadãos, pois, segundo o Ministério das Cidades (2004), o acompanhamento da população no auxílio do processo de concepção e desenho das políticas públicas, sendo estas supervisionadas pelos poderes Executivo e Legislativo, tende a fornecer ao Estado a mais precisa dimensão sobre as reais necessidades dos habitantes das cidades. Assim, o “objetivo fundamental do Plano Diretor é estabelecer como a propriedade cumprirá sua função social, de forma a garantir o acesso a terra urbanizada e regularizada, reconhecer a todos os cidadãos o direito à moradia e aos serviços urbanos.” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004, p. 15).

No que se refere à agenda do Plano Diretor municipal, destacam-se, de um modo geral, os seguintes três temas: a política habitacional, a regularização fundiária e o saneamento ambiental. Estes se colocam como questões de suma relevância no debate sobre a problemática urbana e a busca pelo direito à cidade. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004)

A política habitacional revela-se um assunto muito importante dentro da presente análise, pois diz respeito à produção social do espaço nas esferas econômica e social, bem como – evidentemente – na territorial, haja vista que afeta diretamente o desenvolvimento urbano. A regularização fundiária, igualmente, vem ao encontro deste assunto, pois se refere ao processo de elaboração de leis e normas para uso do solo, repercutindo, portanto, em termos de regularização de espaços ocupados por assentamentos urbanos informais. E por fim, o saneamento ambiental é um tema importante na elaboração do Plano Diretor, pois preocupa-se em cumprir as exigências de salubridade no fornecimento de água encanada, esgotamento sanitário e coleta de lixo. Todas estas ações, combinadas com a prestação adequada de serviços públicos, envolvendo, por exemplo, rede elétrica e transportes, voltam-se à promoção do desenvolvimento urbano de forma equilibrada. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

Contudo, na visão crítica de Corrêa (1993), é exatamente na esfera municipal (por meio dos Planos Diretores) que a conduta do Estado evidencia-se, costumeiramente, como menos eficaz em termos de desenvolvimento equilibrado. De fato, ela se alinha, via de regra, aos interesses dos estratos sociais de maior renda e do capital – a própria história do bairro Dom Almir em Uberlândia, objeto desta pesquisa e abordada no Capítulo 5, é eloquente sobre isto. O Estado não realiza, em geral, as ações que lhe cabem de maneira coesa e igualitária, pois não governa segundo “uma racionalidade fundamentada nos princípios de equilíbrio social, econômico e espacial [...] sua ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classe, bem como das alianças entre eles.” (CORRÊA, 2003, p. 25-26).

Nessa ótica, que enfatiza o fato de o Estado priorizar os interesses da reprodução do capital dentro da dinâmica de produção espacial urbana, Castells (1983) assinala que uma das contradições no processo de urbanização capitalista repousa na intervenção estatal por meio da provisão dos “meios de consumo coletivo”. Conforme Castells (1977, p. 165 apud M. CORRÊA, 2012, p.31) “os meios coletivos de consumo [...] são de um lado requeridos pelo capital para uma reprodução adequada da força de trabalho e exigidos pelas massas populares, e de outro lado, são geralmente não rentáveis numa produção capitalista.” Este quesito, para Lojkine (1997), também representa um caráter contraditório das políticas urbanas, marcado pelo fato de, em regra, o Estado “subordinar o crescimento econômico unicamente à valorização do capital.” (p.193)

Por esse ângulo, vale ressaltar que a “atuação do Estado se faz, fundamentalmente e em última análise, visando criar condições e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a produção das classes sociais e suas frações.” (CORRÊA, 1993, p.26) Nota-se que a já tangenciada perspectiva lefebvriana foi precursora na consideração desse aspecto. Um dos seus pilares é a ideia de que o sistema capitalista de produção possui a especificidade de recriar suas relações sociais como forma de sobrevivência. E tal fenômeno somente é possível através do uso do espaço pelo capitalismo. (GOTTDIENER, 1997)

Ainda sobre as políticas públicas, vale apontar a ênfase de Harvey (1980) sobre as limitações quanto ao alcance de um *objetivo social coerente*. Esse problema pode ser considerado na própria estrutura pública brasileira vigente, que não atende amplamente a sociedade e, não raramente, contribui para a intensificação das desigualdades sociais urbanas. Na opinião de Harvey (1980), a rigor, “os *mecanismos ocultos* de redistribuição de renda num

sistema urbano complexo estimulam, usualmente, as desigualdades, mais do que as reduzem.” (HARVEY, 1980, p.41)

Desta forma, no que concerne ao papel do Estado na produção do espaço urbano, cabe ressaltar que, em concordância com o pensamento de Lefebvre, “o Estado [...] é inimigo da própria vida cotidiana” (GOTTDIENER, 1997) e não atende equilibradamente todos os estratos sociais, sendo os contingentes empobrecidos os mais prejudicados.

Diante disso, não surpreende a efervescência em diferentes contextos e realidades, dos movimentos sociais urbanos – em escala comunitária especialmente – como uma alternativa à sobrevivência na produção social do espaço capitalista. Trata-se de resistência ao sistema, que, na metodologia lefebvriana nada mais representa do que busca pelo “direito à cidade”. É disso que se ocupa o próximo tópico desse capítulo.

2.4 O Espaço Urbano como Arena de Lutas: Movimentos Sociais Urbanos em Defesa do Direito à Cidade

No contexto da problemática urbana capitalista, e representando a busca pelo direito à cidade, destaca-se a formação de movimentos sociais urbanos como forma de resistência e sobrevivência perante as mazelas no habitat e no habitar urbano. Tais movimentos são constituídos por habitantes citadinos empobrecidos, ou, no dizer de Corrêa (1995), pelos *grupos sociais excluídos*.

Retoma-se aqui o assunto referido no tópico 2.3, relativo à abordagem de Corrêa (1995) sobre os agentes sociais responsáveis pela *modelagem* do espaço urbano. É importante salientar agora que, os *grupos sociais excluídos*, centro da análise desta pesquisa, evidenciam na favela a sua participação na produção social do espaço:

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se efetivamente modeladores do espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço, é antes de mais nada, uma forma de resistência e sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade. (CORRÊA, 1995, p.30)

De acordo com Singer (1998), os movimentos sociais urbanos são não raramente compostos por citadinos oriundos de migrações internas, procedentes de áreas rurais ou de municípios vizinhos às cidades observadas. Aspectos de como as formam as comunidades integradas por imigrantes ajudam a entender a intensidade recorrente exibida por esses

movimentos. As relações interpessoais, além de motivo de atração ao meio urbano, constituem um fator preponderante do sucesso na adaptação social ao local destino, cimentando vínculos que contribuem para aqueles movimentos.

A adaptação do migrante recém-chegado ao meio social se dá frequentemente mediante mecanismos de ajuda mútua e de solidariedade de migrantes mais antigos. Isto significa que o lugar que o novo imigrante irá ocupar na estrutura social já é, em boa medida, predeterminado pelo seu relacionamento social, isto é, por sua situação de classe anterior. (SINGER, 1998, p.57)

Sobre a inserção no mercado de trabalho, os migrantes, que em sua maioria estavam anteriormente ligados à economia de subsistência, veem na cidade, além da esperança em auferir maiores rendimentos, uma possibilidade também de se integrarem na sociedade do consumo dirigido (SINGER, 1998)

Parte destas pessoas tem possibilidades de se inserir no processo de produção social, como empresários ou assalariados. Outros são forçados a exercer atividades que se encontrem fora do âmbito da economia capitalista, porém, devido ao seu baixíssimo nível de rendimento, elas constituem um potencial de força de trabalho prontamente aproveitável, quando e onde convier ao sistema. (SINGER, 1998, p.60-61)

Essencial a destacar é que evidenciam-se os “laços sociais, decorrentes de uma situação de classe comum, entre migrantes antigos e novos” (SINGER, 1998, p. 61). Isso facilita a organização social em escala comunitária em defesa aos direitos à urbanidade adequada. A respeito disto, Harvey (1980) afirma ser importante considerar “os benefícios políticos, sociais e econômicos obtidos de uma organização territorial baseada puramente em grupos locais de vizinhança. [...] [Q]uanto menor o grupo, maior sua boa vontade, provavelmente, em prover-se voluntariamente de bens coletivos”. (p. 76)

Lefebvre (2011), de sua parte, argumenta que a organização comunitária reforça a ideia da participação na dinâmica urbana e a estimula. “A vida comunitária em nada impede as lutas de classes. Pelo contrário, [...] [n]o contexto urbano, as lutas de facções, de grupos, de classes, reforçam o sentimento de pertencer.” (LEFEBVRE, 2011, p.13)

Na mesma linha argumentativa, Harvey (1980) indica ser frequente nas pequenas comunidades a intensa participação política individual dos que habitam os bairros pobres. Esse envolvimento, e particularmente os objetivos esperados, não deixa, todavia, de ser criado por problemas.

Tem sido [...] afirmado [...], que a única maneira de alcançar uma genuína democracia é através do controle da comunidade baseado em unidades locais de vizinhança; somente então, argumenta-se, será possível garantir que cada um tenha voz nas eleições, quando hipoteticamente aquela voz será usada para ajudar a controlar os mecanismos geradores de desigualdades de renda. Assim, Kotler (1969,

71) argumenta que ‘o pobre necessita de apoio do governo para ter liberdade de obter prosperidade’. [...] . [Contudo] [t]em sido demonstrado, em geral, por Oslon (1965), Weisbrod (1965) e outros, que há uma *tendência dos serviços públicos de ficarem subprovidos, quando existem exteriorizações* [...] (HARVEY, 1980, p. 77 – grifo meu)

Cabe insistir no significado das *exteriorizações*¹⁴ – mencionadas na citação acima – para a organização espacial, pois é assunto importante em estudos como o contemplado nesta monografia, sobre a problemática urbana vivenciada no bairro Dom Almir em Uberlândia, envolvendo a busca dos respectivos cidadãos pela defesa do direito à cidade. De acordo com Harvey (1980), as *exteriorizações* refletem na dinâmica política, social e econômica por meio dos *mecanismos de redistribuição de renda*, a citar: “(1) na locação de empregos e moradia; (2) valor dos direitos de propriedade; e (3) no preço dos recursos para o consumidor.” (HARVEY, 1980, p.71) Estes três tipos mudanças são diretamente influenciadas pelos fatores locais, seja de origem pública ou privada, os quais interferem sobremaneira na renda do indivíduo. (HARVEY, 1980)

Em razão da renda escassa dos cidadãos carentes, é recorrente, por parte dos mesmos, a ocupação de áreas urbanas julgadas sem valor de uso para o restante da sociedade urbana. Tais áreas, em sua maioria, localizam-se nas partes periféricas das cidades, distantes dos centros urbanos e, assim, distantes também das oportunidades de emprego. Costumeiramente são desprovidas de instalação de infraestrutura urbana adequada e de outros serviços. Para Corrêa (1993), este fenômeno de ocupação urbana é a única forma que os grupos sociais excluídos encontram para pertencer à cidade de fato. Trata-se de

[r]esistência e sobrevivência que se traduzem na apropriação de terrenos usualmente inadequados para os outros agentes na produção social do espaço encostas íngremes e áreas alagadiças. Trata-se de uma apropriação de fato. No plano imediato a favela corresponde a uma solução de um duplo problema, o da habitação e de acesso ao local de trabalho.” (CORRÊA, 1993, p.30)

O acesso à moradia é um dos aspectos importantes que contemplam a luta pelo “direito à cidade” (BOUNFIGIO, 2007). No tocante, as áreas periféricas urbanas tem-se mostrado uma alternativa viável para a população carente, que veem nestes locais uma

¹⁴ Para fundamentar o conceito de exteriorização, Harvey (1980) baseia-se na abordagem de Mishan (1969) a qual explica: “Diz-se que efeitos externos ocorrem quando efeitos relevantes de produção e bem-estar são inteiramente ou parcialmente gratuitos. Estando fora do sistema de preços, tais efeitos externos são algumas vezes considerados como produtos adicionais, desejados ou não, das atividades de outras pessoas que imediatamente ou indiretamente afetam o bem-estar de indivíduos”. (MISHAN, 1969, p.164 apud HARVEY, 1980, p. 46)

esperança de conquistar a casa própria¹⁵. No entendimento de Corrêa (1993), tais contingentes empobrecidos vivem sob a égide da segregação residencial, tendo a homogeneidade social interna a esses locais em flagrante contraste com a enorme disparidade entre estes e outras áreas da mesma cidade. E esta segregação, cabe destacar, seria nada mais que uma expressão da relação entre as classes sociais urbanas. Vale lembrar que a consolidação do sistema capitalista, assim como da própria forma capitalista de organização urbana, incorre neste tipo de processo econômico social.

Outra contribuição importante da obra de Corrêa (1993) sobre a dinâmica da segregação incrustada na produção social do espaço urbano é apontar os padrões espaciais que delimitam a segregação de classes em uma cidade. Aplicando esta categoria analítica ao objeto de análise aqui apresentado, é plausível utilizar o modelo de Kohl referenciado na obra de Corrêa (1993), que denota arcos concêntricos de renda de dentro pra fora, o qual a classe operária habita as áreas mais afastadas do centro, ou seja, as periferias da cidade. Vale salientar que esta é observada mais amplamente em sociedades pré-industriais, embora encaixe-se no referido objeto de estudo desta monografia. Assim, fica evidente o uso do padrão espacial a serviço do controle social de populações de determinado nível de renda, a saber, da baixa renda.

Em linhas conclusivas, a ação política consciente dos atores sociais revela-se essencial perante a situação urbana precária. Uma importante contribuição de autores como Lefebvre (2011) na discussão sobre o direito à cidade, é que o ator social não pode ser passivo enquanto cidadão. A prática social deve, ao contrário, almejar a transformação espacial como decorrência de suas ações. Segundo este mesmo autor, é importante produzir o espaço por meio da ação radical. É essencial o fato de todos os habitantes das cidades serem reivindicadores em potencial na luta pelo direito à cidade, visto que enquanto usuários do espaço, são igualmente usuários da vida cotidiana e, por isso, capazes de lutar para viverem a cidade em sua plenitude. Isso diz respeito, especialmente os pobres, que são os mais prejudicados dentro da dinâmica capitalista. (GOTTDIENER, 1997).

¹⁵ Na compreensão de Corrêa (2003) Um ponto chave para que se possa compreender ainda melhor a dinâmica urbana diz respeito à análise da terra enquanto um recurso. O mercado deste ativo, não caminha no rumo do equilíbrio entre função social da moradia, e preço do recurso terra. Muito pelo contrário, quando é levado em conta que um reduzido grupo de agentes individuais detém a terra, é observada uma distorção entre a demanda e a oferta, em que o preço do ativo é o elemento que desequilibra tal relação. Assim sendo, este controle de um recurso crucial no desenvolvimento das cidades e dos indivíduos, leva a dois processos apresentados por Corrêa (2003). O primeiro deles refere-se a auto segregação, ou seja, segregação da classe dominante frente à classe dominada. O segundo é a segregação imposta, que diz respeito aos grupos sociais cujas opções de como e onde morar são pequenas ou nulas, o que reforça o argumento da inelasticidade da oferta da terra.

Nada melhor que as palavras do próprio Lefebvre (2011) sobre o assunto:

O direito a cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto ao direito de propriedade) estão implicados no direito à cidade. (p.134)

Dentro desta perspectiva, a cidade enquanto obra humana está ligada à práxis social, permeada pela ação radical. O espaço urbano nada mais é, com efeito, do que um campo de lutas pelo direito à cidade. “Em si mesma reformista, a estratégia de renovação urbana se torna [portanto] ‘necessariamente’ revolucionária, não pela força das coisas mas contra as coisas estabelecidas.” (LEFEBVRE, 2011, p.113)

*

*

*

Tudo isto diz respeito a uma problemática comum em muitas cidades do Brasil, que vivenciaram a partir dos anos 50 um intenso e rápido processo de urbanização, o qual foi acompanhado pelo crescimento do tecido urbano pauperizado. Dentro deste recorte, evidencia-se o município de Uberlândia no Triângulo Mineiro, especialmente seu bairro periférico Dom Almir, cujos habitantes vivem na constante luta pelo direito à cidade.

3 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO RECENTE

A urbanização do território brasileiro é um fenômeno recente. Em 1950 o Brasil ainda era considerado um país rural, em que 68,76% de seus habitantes moravam no campo e dependiam economicamente das atividades produtivas desenvolvidas nele. Naquele dado momento, somente 36,16% da população vivia nas cidades. Contudo, em 1970 esta configuração inverteu-se pela primeira vez e 55,92% dos brasileiros passam a residir em perímetro urbano. Na década dos anos 2000 a taxa de urbanização no Brasil atingiu o patamar histórico de 83,48%. Em suma, em menos de 50 anos a taxa de urbanização no Brasil crescera 47,32%. Tais dados estatísticos caracterizam a ocorrência do processo de constituição do urbano neste país como algo extremamente intenso e atual. (IBGE, 2012)

Por meio da comparação dos dados dispostos na Tabela 01, localizada logo abaixo, é possível acompanhar por completo a evolução das taxas de urbanização verificadas no Brasil e Regiões durante o intervalo de 1940 a 2007:

TABELA 01: Taxa de Urbanização: 1940-2007
Unidade Territorial: Brasil e Regiões/ Unidade: percentual (%)

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2007
Brasil	31,24	36,16	44,67	55,92	67,59	75,59	81,23	83,48
Norte	27,75	31,49	37,38	45,13	51,65	59,05	69,83	76,43
Nordeste	23,42	26,4	33,89	41,81	50,46	60,65	69,04	71,76
Sudeste	39,42	47,55	57	72,68	82,81	88,02	90,52	92,03
Sul	27,73	29,5	37,1	44,27	62,41	74,12	80,94	82,9
Centro-Oeste	21,52	24,38	34,22	48,04	67,79	81,28	86,73	86,81

Fonte: Elaborado própria, com dados do IBGE, Censo demográfico 1940-2007. Até 1970 dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1981, vol. 42, 1979.

Todavia, os índices de urbanização analisados isoladamente mostram somente a aparência do fenômeno da urbanização. Para a compreensão coerente deste fenômeno se faz necessário, sobretudo, identificar o enfoque histórico do processo, pois “[...] O movimento, no território, do geral e do particular, tem de ser entendido não apenas hoje, como ontem. É assim que podem explicar-se [...] também dados estruturais, como as diferenças regionais de forma e de conteúdo da urbanização.” (SANTOS, 2008, p.65)

Faria (1991) a partir de uma visão estrutural do fenômeno da urbanização brasileira afirma que:

Poder-se-ia argumentar, não sem razão, que a reflexão sobre a sociedade urbana, no Brasil, se funde e se confunde com a reflexão sobre os processos de mudança social que caracterizam a constituição de uma sociedade urbano-industrial – pobre e de consumo, heterogênea e desigual – na periferia da economia mundial crescentemente internacionalizada. [...] e está - longe de apresentar as características

das sociedades sociais avançadas, mesmo quando aquelas se encontravam em níveis comparáveis de desenvolvimento de suas forças produtivas: pode se tratar de um mesmo gênero, mas é, definitivamente, uma nova espécie.” (FARIA, 1991, p.99, 102-103)

Neste sentido, de acordo com Faria (1991), verifica-se que as transformações estruturais na economia, alavancadas pela indústria, foram decisivas para que a urbanização dos espaços no território brasileiro se consolidasse de maneira intensa e acelerada. Cabe registrar, que estas características não ocorreram somente no Brasil, mas também aos países externos ao centro do capitalismo, que experimentaram a modernização tardia de sua estrutura produtiva. Em particular ao caso brasileiro, Maricato (2012) expõem que o Estado, principalmente durante o governo de Juscelino Kubstschek, exerceu fundamental papel no estímulo para urbanização, pois focou na promoção de investimentos no setor industrial, priorizando áreas de produção de bens duráveis e bens de capital, por meio da política “substituição de importações”.

Como resultado da modernização do setor produtivo, já no limiar da década de 1970 o Brasil experimentou altas taxas de crescimento, em torno de 11% ao ano, nunca antes visto no país. No tocante, Singer (1985) analisa o *boom* econômico brasileiro como uma resposta da estrutura já disponível previamente, bem como pela execução de uma política de crescimento econômico “a todo custo”. O aproveitamento da malha industrial já instalada, por exemplo, foi um grande fator a favor dos militares¹⁶ que ocupavam o poder. Estes se beneficiaram e usufruíram da capacidade produtiva.

Esse foi o caso da região Sudeste, a qual a cidade de Uberlândia/MG está inserida. Esta área merece destaque, pois foi a que urbanizou-se mais rapidamente no país, mantendo patamares elevados de urbanização ao longo de todos estes anos. Patamares que além de ultrapassarem o ritmo de crescimento do urbano das demais regiões do Brasil, também superaram as auferidas pelo próprio país. (IBGE, 2007) Para Santos (2008) a referida dinâmica deve-se ao fato de que: “Há, no Sudeste, significativa mecanização do espaço [rural], desde a segunda metade do século passado, ao serviço da expansão econômica o que desde então contribui para uma divisão do trabalho mais acentuada e gera uma tendência à urbanização.” (p.70)

Seguindo a mesma linha argumentativa, Tavares e Belluzzo (1983) estabelecem que o período posterior à década de 50 foi caracterizado pela implantação de projetos governamentais de reformas específicas e estratégicas em setores dinâmicos da economia

¹⁶Especialmente durante o governo do Marechal Castelo Branco de 1964 a 1967 até o do Marechal Costa e Silva de 1967 a 1973. (SINGER, 1985)

capazes de impulsionar a demanda, tais como: setor fiscal, monetário, previdenciário, trabalhista e campo/habitacional. E num balanço geral, todos os objetivos auferidos por meio do pacote implantado pelo Estado durante o período de 1967 a 1970 foram suficientes para atingirem positivamente a demanda corrente, pois promoveram o aumento da taxa de emprego, bem como a elevação da renda urbana. A taxa de emprego também aumentou principalmente pelo aquecimento do setor industrial de construção civil, material de transporte e mecânica. Assim, o somatório destes fatores descritos juntamente com o fato do estímulo ao crédito comercial, contribuiu para a reativação do mercado interno do setor industrial de bens de consumo não-duráveis. Esta foi a conjuntura econômica da década de 70 que ficou conhecida como o “Milagre Econômico”.

Com base nos estudos de Hirshman (1986), Faria (1991) analisa que os *trente glorieuse* vivenciado no Brasil, ocorrido dos anos 1950 a 1970, foi marcado por um quadro econômico positivo caracterizado por "elevadas taxas de crescimento do PIB, de urbanização e industrialização sem precedentes, de mudanças nas estruturas demográficas, sociais e ocupacionais e, inclusive, de melhorias no desempenho de alguns indicadores sociais globais" (FARIA, 1991, p.102). Todavia, as próximas décadas que viriam, principalmente na década de 80, o país vivenciaria uma profunda crise, intitulada de “Década Perdida”. Dentre os principais aspectos desse período destacam-se: aprofundamento da dívida externa, processo inflacionário, hiperinflação, déficits crescentes e altos do governo (alta necessidade de financiamento do setor público), queda no investimento do setor público e privado, política protecionista, não obstante pensamento de curto prazo. (FARIA, 1991)

Desta maneira, do ponto de vista da modificação dos espaços urbanos do Brasil, Faria (1991) elucidou que o modelo de urbanização ocorrido durante as décadas de 70 e 80 no Brasil possuiu uma *dupla característica*,

Por um lado, concentra grandes contingentes populacionais – em termos de tamanho absoluto – e em número reduzido de áreas metropolitanas e grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, outras áreas metropolitanas e capitais regionais e sub-regionais; por outro, alimenta o crescimento da população urbana em um número grande – e crescente – de cidades de diferentes tamanhos sociais, tanto entre o campo e cidade como entre as cidades. (FARIA, 1991, p.103)

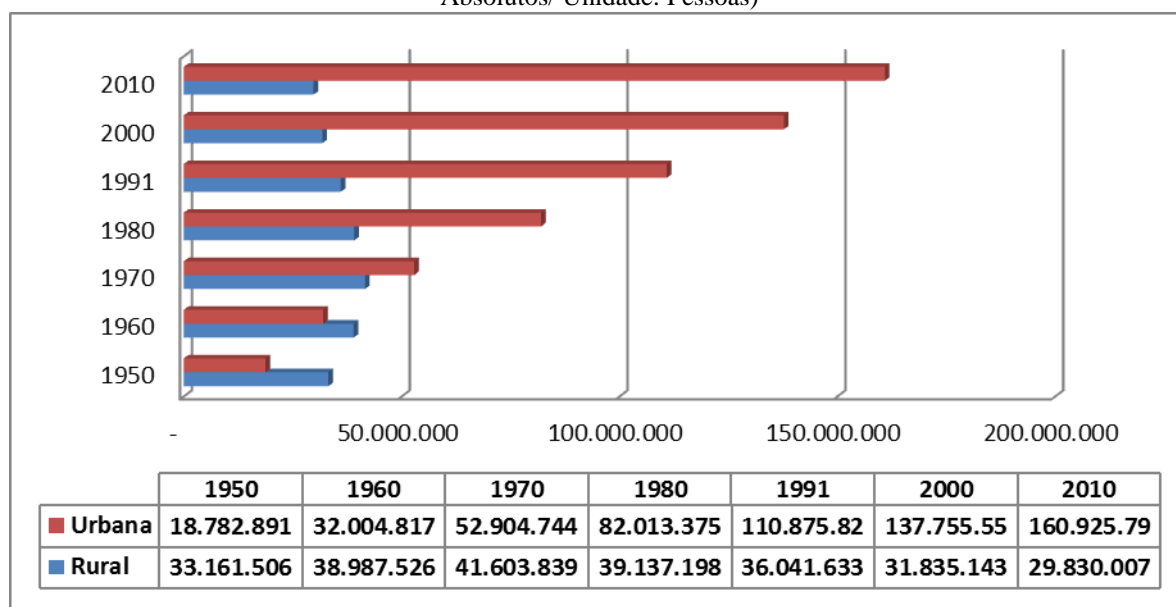
O enfoque dado por Faria (1991), em destaque na citação anterior, elucidou em linhas gerais, a concentração da população nos grandes centros urbanos, e também em cidades diferentes portes, constituem elementos notórios no processo de urbanização do Brasil, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Ainda sobre a discussão acerca da distribuição espacial da população brasileira, Camarano e Beltrão (2000), assinalam para a

questão das diferenças regionais. Assim, na visão destes autores, a ocupação espacial da população brasileira, pode ser entendida

[p]or uma desruralização e pela concentração da população nas áreas urbanas. Esse fenômeno não se deu de forma homogênea no espaço nacional. As diferenças regionais estão fortemente associadas às diferenças nos *timings* em que os fenômenos ocorreram em cada região, os quais, por sua vez, decorreram das especificidades regionais. Os movimentos migratórios são o principal componente desse processo[...] (p.27)

A seguir, o Gráfico 01 demonstra em termos absolutos, o crescimento da população urbana no Brasil, em detrimento da rural, tendo como base o período a partir da década de 1950 até o último censo realizado pelo IBGE, no ano de 2010:

GRÁFICO 01 - Evolução População Urbana e Rural no Brasil entre 1960 e 2010 (Números Absolutos/ Unidade: Pessoas)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos pelo IBGE (2012), censo demográfico 1950/2010. Até 1991, dados extraídos de Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1993, vol.53, 1993.

A análise dos números absolutos, por meio do Gráfico 01 acima, e dos dados relativos, dispostas na Tabela 01, evidenciam que o crescimento populacional concentrou-se nas cidades mais urbanizadas. Neste particular, tal característica pode ser entendida a partir dos intensos fluxos migratórios¹⁷ em direção aos centros urbanos, notórios desde a década de

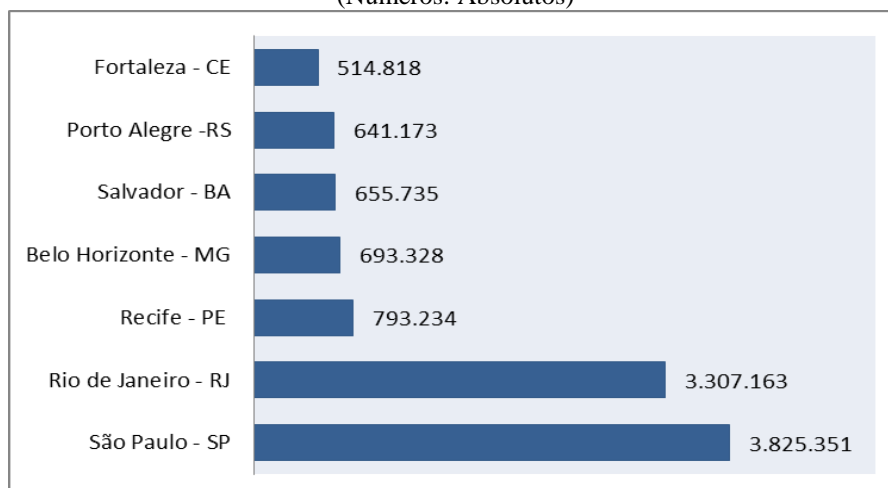
¹⁷ Sobre o fenômeno dos movimentos migratórios Miotto (2008) explica:

A partir do momento em que os fatores de expulsão se colocam e determinam a saída do fluxo migratório, os fatores de atração impõem ao grupo social a direção tomada, isto é, o local de destino. O principal dos fatores de destino é a demanda por força de trabalho que se traduz na oportunidade que o migrante terá de

1970. Assim, foi a partir deste período que se verificou a inversão do local de residência da população brasileira, ou seja, quando a maioria da população brasileira passou a viver nas cidades. (MARICATO, 2012)

Em 1960, já era evidente que as cidades brasileiras mais urbanizadas eram também as com maior número absoluto de habitantes. O Gráfico 02 logo abaixo, expõem esta constatação, e também demonstra, que das sete capitais brasileiras que possuíam mais de 500 mil habitantes, ou seja, das metrópoles da época, três das capitais pertenciam a região Sudeste (São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Belo Horizonte/MG), três capitais da região Nordeste (Recife/PE, Salvador/BA e Fortaleza/CE) e uma da região Sul (Porto Alegre/RS). (IBGE, 2007).

GRÁFICO 02: Capitais Brasileiras com mais de 500 mil habitantes em 1960
(Números: Absolutos)



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2007). Dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1981, vol. 42, 1979.

Do ponto de vista da organização espacial, Faria (1991) fundamenta que o decênio dos anos 70 foi marcado pela total contradição no sistema urbano através do surgimento da ocupação populacional na periferia das cidades. No princípio, com maior incidência em grandes centros urbanos do Brasil, especialmente nas áreas metropolitanas, essa dinâmica alcançou, nas últimas décadas do século passado, até as cidades de porte médio, inclusive algumas situadas distante do litoral.

Desta forma, Faria (1991) analisou que as regiões periféricas dos espaços urbanos no Brasil eram caracterizadas "[p]ela habitação precária, pelo transporte difícil e pela ausência de

encontrar emprego nos vários setores da economia. Como é sabido, se deparar com essa oportunidade não significa, de forma alguma, sua concretização. Em tal situação, muitos migrantes acabam sendo marginalizados por não encontrarem a oportunidade esperada.(p.24)

saneamento básico [...]." (p.108) Contudo, a ocupação das periferias, ainda representa ser uma das únicas alternativas viáveis para se habitar para os extratos de baixa renda. Embora não ofereça o aparato urbano tão satisfatório quanto o verificado no centro da cidade, a periferia é uma opção mais econômica. Neste particular, vale ressaltar que a conjuntura histórica e econômica do bairro Dom Almir em Uberlândia/ MG e o caso do Dom Almir, o qual encaixam-se dentro desta problemática, que será trabalhada com detalhes no Capítulo 5 da presente monografia.

Ainda sobre o estudo sobre o surgimento das periferias, Maricato (2012) elucidou que situações socioespaciais problemáticas são recorrentes na rotina dos cidadãos pauperizados residentes nas periferias urbanas do Brasil. A respeito disto, Faria (1991) elabora um breve resgate das principais características que envolvem a análise das periferias no período de 1970 a 1990, na produção do espaço urbano brasileiro:

Cresceu, [...] um vasto, instável e heterogêneo contingente de trabalhadores pobres urbanos, disseminados pelas periferias das cidades desse Brasil afora e cuja presença social e política, expressando o cotidiano de suas vidas, é incerta e duvidosa. Sem eira nem beira, tanto podem servir de ponto difuso de apoio para a luta sindical, através de rede de solidariedade que se armam nos bairros pobres das cidades industriais e dormitórios nas comunidades de base, como podem engrossar os contingentes eleitorais mobilizados pelas várias formas de populismo autoritário, antigos ou recentes; tanto podem dar vida aos múltiplos e intermitentes movimentos sociais urbanos cuja presença na cena política brasileira tornou-se recorrente, como podem atrelar-se às diversas e variadas formas de clientismo político que a expansão dos programas assistenciais que o governo promove, patrocina ou permite. (FARIA, 1991, p.110)

Dentro desta perspectiva, Maricato (2012) destaca os anos 1980 e 1990 como o momento de maior aprofundamento da desigualdade e concentração de renda advindos do processo de urbanização no Brasil. Os dados obtidos pelo Índice de Gini¹⁸ reforçam esta conclusão. Em quatro décadas a desigualdade de renda somente aumentou: Em 1960, o índice de Gini era 0,50 e em 1991 já chegava em 0,63. Neste sentido, a fim de entender as razões da evolução da desigualdade social, Maricato (2012) remete não só aos efeitos da crise econômica dos anos 80, mas também há um período longínquo da própria conformação estrutural do país, o qual as raízes mais profundas ainda são datadas do período colonial.

¹⁸ O índice de Gini, segundo o sítio eletrônico do PNUD (2012):

Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Disponível em:
<http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id_pop=97>

Como não é objeto do presente estudo elencar a história da formação econômica brasileira em sua totalidade, basta aqui destacar que o processo de urbanização no Brasil ocorrido a partir da segunda metade do século XX, embora tenha trazido modernização para o território, corroborou para a manutenção do modelo de desigualdade social presente desde seus primórdios.

No tocante a problemática urbana exposta nos parágrafos anteriores, foi verificada na década de 90, a execução de programas do governo federal de cunho assistencialista, como o “Bolsa Família” e o “Bolsa Escola”, o qual objetivavam transferência de renda para a população pobre brasileira. Neste aspecto, Oliveira (2006) aborda que exceto o caso do “Bolsa Escola” cujo impacto social foi positivo, no sentido de estimular a criação de capital humano e uma consequente elevação no nível de renda dos trabalhadores, numa visão geral, as cidades que mais receberam este tipo de benefício, foram as que menos cresceram. Todavia, na visão de Faria (1991) apesar destes programas não terem resolvido o cerne do problema, ao menos amenizaram momentaneamente.

Dentro desta perspectiva, ao traçar um balanço analítico sobre as cidades brasileiras que mais cresceram em nível econômico no curso da década de 90, Oliveira (2006) constata que foram as que detinham proporcionalmente maior renda em 1991. Este autor remete esta configuração ao reflexo do efeito do movimento migratório de trabalhadores em busca de maiores rendimentos.

Oliveira (2006) ainda ressalta que tal configuração verificada na década de 90 é diferente da apresentada nos anos 70, período pelo qual o Brasil passava por um intenso processo de urbanização de seu espaço e os municípios com maior crescimento econômico eram os pertencentes às metrópoles da região Sudeste, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. Já na década de 90, as cidades com maior crescimento econômico tinham até 500 mil habitantes. (IBGE, 2011)

No âmbito dos anos 2000, de acordo com pesquisas censitárias realizadas pelo IBGE (2011) as áreas que mais ganharam em termos populacionais foram as cidades com até 500 mil habitantes, o que para este órgão também revela uma consequência da migração para estas áreas, tal qual foi verificado por Oliveira (2006) no estudo sobre a década anterior. Ainda segundo o IBGE (2011), a cidade de Uberlândia/MG revela-se dentre as seis cidades¹⁹ do interior do Brasil que mais cresceram em 2010.

¹⁹ As cidades do interior do Brasil que mais cresceram em 2010 foram: São José dos Campos/SP, Ribeirão Preto/SP, Uberlândia/MG, Sorocaba/SP, Feira de Santana/BA, Joinville/SC. (IBGE,2011)

*

*

*

Em linhas conclusivas, o processo de urbanização do Brasil vivenciado na segunda metade do século XX foi resultado das transformações estruturais econômicas, originadas principalmente de sua diversificação produtiva. Tal fenômeno, todavia, foi concomitante ao crescimento das áreas carentes nos espaços urbanos. Neste particular, as periferias das cidades constituíram-se uma alternativa habitacional para os contingentes de baixa renda, oriundos na maioria das vezes de fluxos migratórios. Esta realidade vem ao encontro da realidade presente no Dom Almir, no qual, além de ser um bairro periférico, a maioria dos moradores são de outros municípios e mudaram seu endereço para Uberlândia/MG em busca de melhores condições de vida.

4 O TRIÂNGULO MINEIRO E UBERLÂNDIA: CENTRALIDADE REGIONAL E EXPANSÃO ECONÔMICA

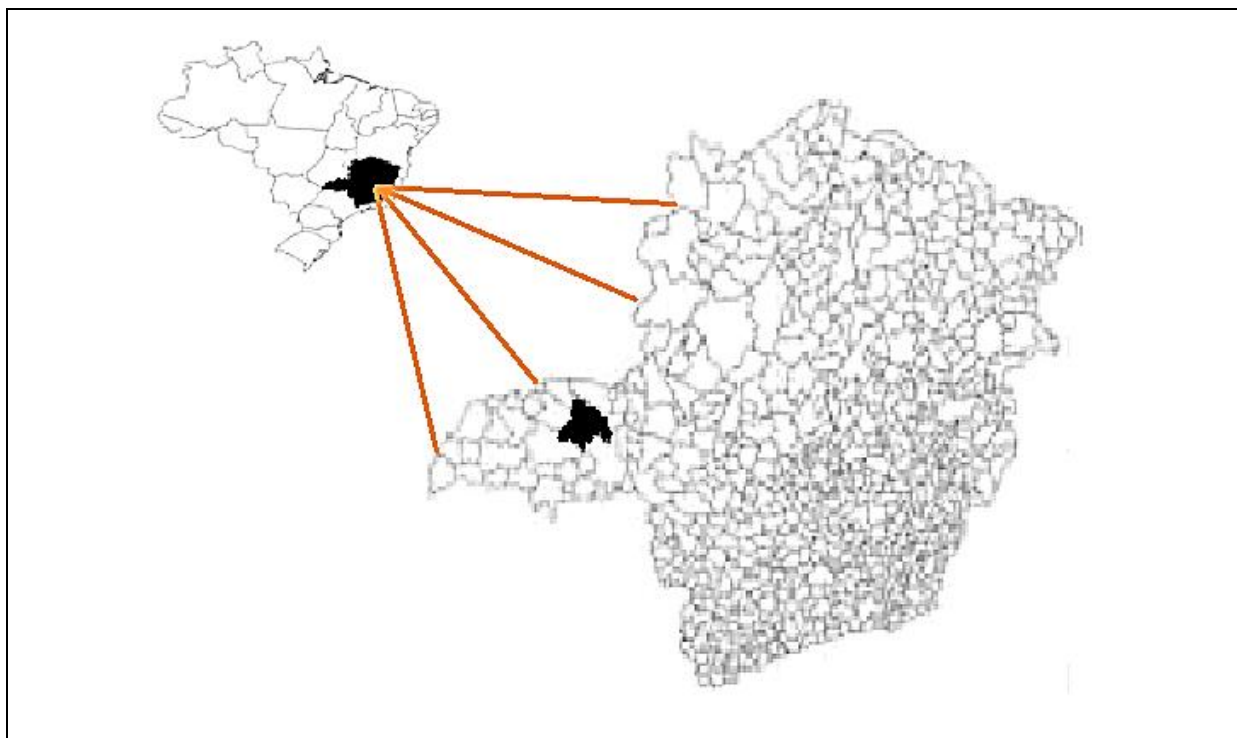
Este capítulo analisará os fatores históricos, sociais e econômicos que foram determinantes para consolidar a centralidade regional de Uberlândia em relação aos demais municípios do Triângulo Mineiro. Seu respectivo papel de intermediador comercial e de complementariedade à economia do maior centro industrial do Brasil – o estado de São Paulo –, foram fundamentais também, para ser considerada a principal “cidade-destino” dentro dos fluxos migratórios intra e inter-regionais do Triângulo.

Assim, o presente capítulo fornecerá uma visão geral à respeito do processo de expansão econômica uberlandense e seus reflexos no espaço, culminando na intensificação do processo de urbanização. Cabe sublinhar, que o movimento do referido fenômeno, corresponde ao mesmo vivenciado no Brasil, a partir da segunda metade do século XX. Conforme abordado no capítulo 3 desta monografia, sobre o tal aspecto, o crescimento dos espaços urbanos das cidades brasileiras foi acompanhado pelo aumento das áreas carentes. Em Uberlândia, o caso não destoa desta assertiva.

4.1 Aspectos da centralidade regional de Uberlândia/MG

Localizada na porção central da mesorregião do Triângulo no estado de Minas Gerais (Figura 02), a cidade de Uberlândia tem por extensão territorial 4.115,206 Km², e de acordo com dados censitários em 2010, atingiu o patamar de 604.013 habitantes. (IBGE, 2012) A Figura 02, logo a seguir, mostra a localização do município de Uberlândia no estado de Minas Gerais.

Figura 02: Localização do Município de Uberlândia em Minas Gerais



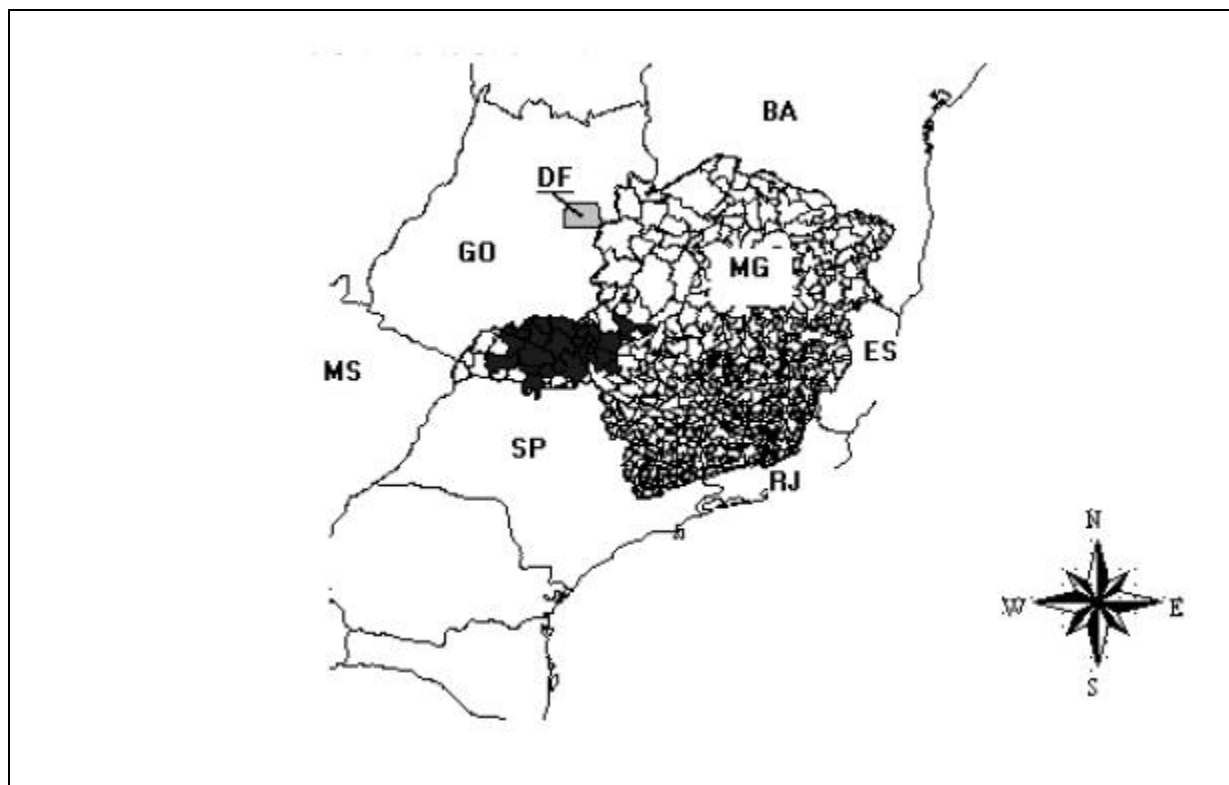
Fonte: Adaptação da autora com base em Alves e Ribeiro Filho (2010)

Segundo Silva et al (2010), a Aglomeração Urbana²⁰ de Uberlândia possui destaque pela sua formação socioeconômica e centralidade regional. De acordo com este autor, as raízes desta configuração estão atreladas a dinâmica econômica recente, especificamente a partir da segunda metade do século XX, período importante, pois nele foi verificado a ocorrência de específicos processos históricos que permitiram a Uberlândia “[...]taxas de crescimento econômico e demográfico acima da média nacional, no interior brasileiro, sem receber os benefícios de abrigar uma capital estadual ou federal ou mesmo de cumprir um papel efêmero de área típica de fronteira”. (SILVA et al, 2010, p. 195)

Na Figura 03, logo abaixo, a área hachurada corresponde ao aglomerado urbano de Uberlândia, cuja polarização, segundo Bessa (2001), atinge aproximadamente um raio de 180 km, alcançando a região do Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba, porções da região noroeste e central do estado mineiro, bem como do nordeste de São Paulo e sudoeste de Goiás.

²⁰ Freitas (2009) explica que a constituição de uma aglomeração urbana é em decorrência da atuação de duas ou mais cidades num sistema urbano de pequena escala local, no qual os municípios que a compõem sofrem influência do núcleo dinamizador, ou seja, “[...] Aglomeração Urbana [...] pressupõe uma realidade social e econômica cuja característica é uma área urbanizada mais ou menos contínua, envolvendo municípios limítrofes e múltiplas funções de interesse comum”. (FREITAS, 2009, p. 48)

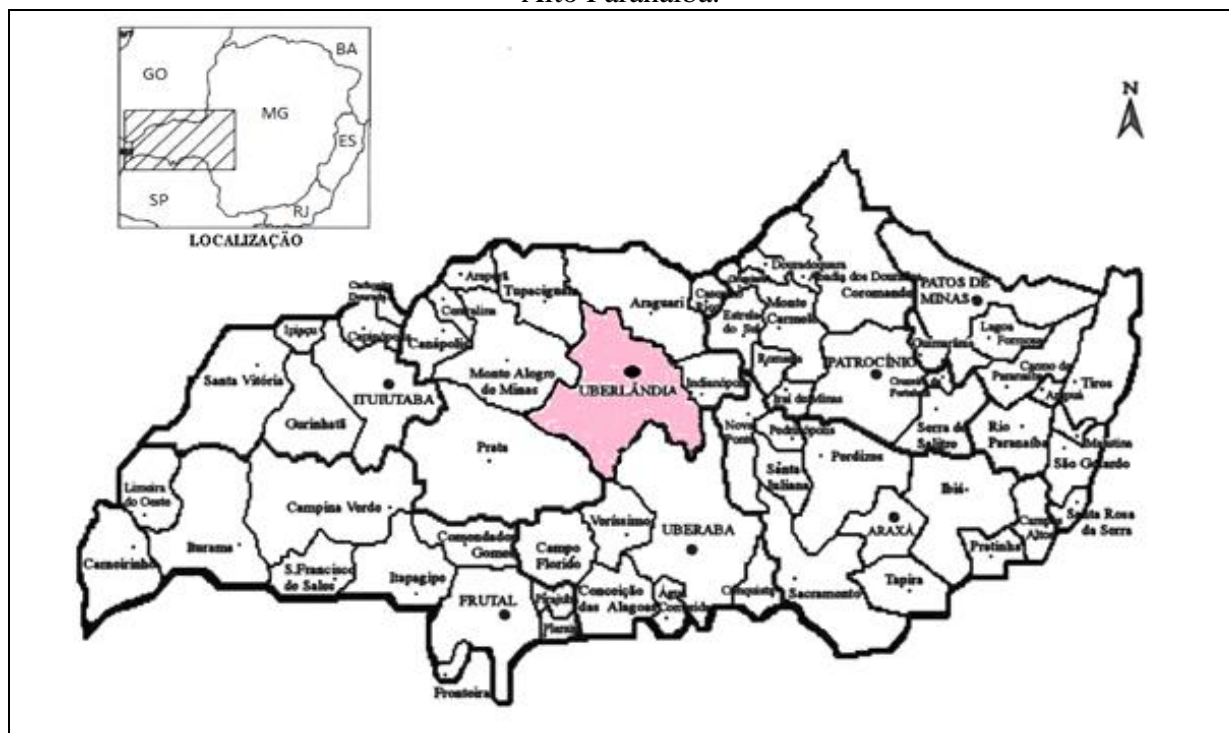
FIGURA 03: Aglomerado Urbano de Uberlândia



Fonte: Silva et al (2001)

Assim, o município de uberlandense é o núcleo principal de seu aglomerado urbano composto por mais 28 municípios, dentre eles: Araguari, Araxá, Campina Verde, Campo Florido, Canapólis, Capinópolis, Cascalho Rico, Centralina, Comendador Gomes, Estrela do Sul, Frutal, Guimarânea, Indianópolis, Iraí de Minas, Ituituba, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Nova Ponte, Patos de Minas, Patrocínio, Pedrinópolis, Perdizes, Prata, Romaria, Santa Juliana, Tupaciguara, Uberaba e Veríssimo. (GUIMARÃES, 2010)

FIGURA 04: Localização do município de Uberlândia na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.



Fonte: Adaptação da autora, com base em FIBGE (1990)

Além de possuir a centralidade regional, Uberlândia é destaque nacional dentro da atual conjuntura de crescimento econômico brasileiro. Conforme aponta reportagem do Jornal Correio de Uberlândia (2012), a referida cidade no ano 2006, obteve a classificação 30º de maior PIB *per capita*, ficando à frente de cinco capitais brasileiras, dentre elas: Campo Grande (38º), Natal (40º), Cuiabá (42º), Maceió (44º) e Florianópolis (49º). Segundo o IBGE (2006), este sucesso foi impulsionado principalmente pelo setor de serviços, segmento muito forte na região, o qual auferiu para o município de Uberlândia o maior PIB em termos absolutos entre as cidades do interior do Brasil no ano de 2006.

No tocante, também merece destaque a construção do Entrepasto da Zona Franca de Manaus datada no ano de 2010 em Uberlândia, sendo este o segundo no Brasil e o único em Minas (JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA, 2011). Objetivando a centralização do recebimento, estocagem, bem como a distribuição dos produtos industriais manauenses, o Entrepasto instalado representou uma drástica redução de custos logísticos para os empresários da área (QUEIROZ, 2012), caracterizando um grande poder atrativo para a entrada de novos investimentos na cidade. Isto explica o fato de, em menos de um ano da construção do Entrepasto, já possuía 18 empresas funcionando plenamente no local (JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA, 2011).

Outra informação reportada em maio de 2012 é a instalação de um complexo empresarial na zona oeste da cidade de Uberlândia, composto pelas empresas do grupo das Lojas Americanas e do grupo B2W com a finalidade de centralizar a distribuição dos produtos dos sites Americanas.com, Submarino e Shoptime para os estados de Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Acre. O investimento para o empreendimento, que segundo a Prefeitura Municipal de Uberlândia estará pronto para o funcionamento em 2013, está avaliado em R\$150 milhões e gerará cerca de 1.500 mil empregos diretos e 800 indiretos. (JORNALCORREIO DE UBERLÂNDIA, 2011)

Neste sentido, todos esses predicados citados acima são apenas alguns exemplos de tantos outros quesitos de atratividade econômica, a citar: localização estratégica, infraestrutura logística, economia diversificada, capital intelectual, qualidade de vida e atração de investimento privados (PMU, 2012); que fazem do município de Uberlândia um ícone no cenário triangulino. Tais características corroboram para a análise de Guimarães (2010) o qual atribui ao município uberlandense como principal nucleação regional do Triângulo Mineiro (GUIMARÃES, 2010) Assim, no subtópico que se segue será resgatado os fatores ligados à trajetória histórica triangulina, que culminaram para a supremacia econômica de Uberlândia em sua região.

4.1.1 Formação histórica e os aspectos geradores da dinâmica econômica de 1950 a 1970

A partir desta linha de raciocínio, faz-se necessário elencar os principais elementos ligados à sua formação histórica que contribuíram para a hegemonia econômica de Uberlândia diante dos demais municípios da região e do seu aglomerado urbano. Na ótica de Silva et al (2010), um dos motivos principais que dinamizaram a economia uberlandense e consequentemente permitiram a formação de sua centralidade regional foi sua capacidade em acompanhar as principais transformações na estrutura produtiva ocorridas no território nacional ao longo dos anos, desde a segunda metade do século XX.

O período entre 1950 a 1970 explica grande parte do processo gerador de dinamização econômica brasileira – objeto de estudo do capítulo 3 desta monografia –, o qual influenciou região do Triângulo Mineiro e corroborou para a formação da centralidade regional de Uberlândia. Ao longo destes 20 anos, ocorreu o aquecimento do setor industrial no Brasil, liderado pela região Sudeste, especialmente pelo estado de São Paulo (GUIMARÃES, 2010). De acordo com Silva et al (2001) tal período ficou conhecido pelo auge da concentração

econômica e industrial, caracterizado segundo Bertolluci et al (2006) pela diversificação produtiva.

No decênio de 1950/1960, conforme abordado no capítulo precedente, a industrialização estimulou a urbanização brasileira, especialmente quando iniciou a produção de bens duráveis e bens de capital (MARICATO, 2012). Neste sentido, a região triangulina foi fortemente atingida por este processo pelo fato da proximidade com o grande circuito industrial do país presente no estado de São Paulo e entorno. Assim, dos anos 50 aos anos 70, Uberlândia foi afetada diretamente pelo processo de transformação estrutural pela intensificação da divisão do trabalho nacional e o município uberlandense passou a cumprir o papel de intermediador comercial e de complementariedade à economia de São Paulo. (SILVA et al, 2001)

Foi também na década de 50, que houve a modernização dos serviços das telecomunicações em Uberlândia com a instalação da empresa privada de telefonia Companhia de Telefones do Brasil Central, a CTBC, no ano de 1954. Este feito foi realizado com auxílio do capital estatal, que visava com este empreendimento contribuir para a polarização da economia uberlandense na região do Triângulo.

Assim,

[...] Aproveitando-se de sua posição geográfica e contando com o apoio público, Uberlândia poderia se inserir na classe dos pontos estratégicos, privilegiados pela telefonia moderna, visto que a empresa privada se encontrava completamente impossibilitada de realizar os avanços requeridos, por falta de recursos próprios” (GUIMARÃES, 2010, p.138)

Paralelamente aos processos acima descritos, Uberlândia recebeu vultosos investimentos federais para a construção de infraestruturas nas áreas de energia, transportes, comunicações e armazenamento em virtude da construção de Brasília entre 1957 e 1960. (SILVA et al, 2001) Neste aspecto, Bertolluci (2006) destaca que este empreendimento incentivou o comércio e indústria dos municípios do Triângulo Mineiro, principalmente em Uberlândia, que passou a ser “ponto obrigatório de entrecruzamento do Sul, Norte e Nordeste com o Centro-Oeste do País”. (MACHADO, 1990, p.25)

Desta forma, para Guimarães (2010) a inauguração da capital federal possuiu um duplo papel para Uberlândia e o Triângulo Mineiro, pois além de ter atraído a entrada de capital na região visando a melhoria infraestrutural na área de geração de energia e na modernização das vias de transporte – setores que representavam entraves para o crescimento industrial uberlandense até então –, também permitiu definitivamente a entrada de Uberlândia e do Triângulo no circuito econômico nacional.

Em resumo, um balanço conjuntural nas palavras de Guimarães (2010) a respeito da fase nova de configuração do Triângulo Mineiro ulterior a 1950:

[...] o espaço geográfico do Triângulo Mineiro passou, de uma vez por todas a localizar-se estrategicamente entre a principal região econômica do país – São Paulo - e administração central – Brasília. [...] A construção de Brasília no Centro-Oeste e a industrialização concentrada no centro-sul redefiniram o seu papel na divisão inter-regional do trabalho. [...] a década de 1950 marcou uma nova etapa para a integração regional. [...] O arrojo desenvolvimentista do governo JK recolocou para o Triângulo Mineiro a perspectiva de integração regional. Assim, o importante a destacar é o fato de que, embora esta região seja reconhecida pelas condições naturais favoráveis, foram as grandes mudanças ocorridas a partir da segunda metade de 1950 que ajudaram a consolidar a posição estratégica do Triângulo [...] (GUIMARÃES, 2010, p.121-122)

Diga-se de passagem que, as condições naturais favoráveis mencionadas por Guimarães (2010) na citação acima dizem respeito a “[...] topografia plana e favorável à mecanização da agricultura, recursos hídricos abundantes, reservas minerais, clima sem grandes oscilações, terras férteis” (GUIMARÃES, 2010, p.194)

Assim, a década de 50 configura-se como um ponto de inflexão na análise da consolidação de Uberlândia como principal núcleo urbano da região do Triângulo Mineiro. De fato, foi neste período que o crescimento econômico uberlandense, permitiu a projeção do município, tanto no cenário triangulino quanto no brasileiro, isto porque a partir deste momento houve “[...] a formação de uma estrutura regional de apropriação de renda e de multiplicação das funções na divisão inter-regional do trabalho. [...] onde se destaca a cidade de Uberlândia que, paulatinamente, consolidou-se como a principal referência regional.” (GUIMARÃES, 2010, p.129)

Apresentado tal contexto, a conjuntura ao longo da década de 1960 continuou na mesma toada da década anterior, e reforçou a possibilidade de ampliação das relações econômicas no âmbito regional e no nacional. Sob o ponto de vista da região do Triângulo Mineiro, as condições geradoras de dinamismo econômico advindas da sua formação histórica vieram ao encontro também dos interesses do crescimento nacional. Isto foi fundamental para o crescimento do tecido urbano em Uberlândia no referido período. (GUIMARÃES, 2010)

4.1.2 Expansão do capital industrial nas décadas de 1960 a 1970

Outro fator muito importante que contribuiu para a consolidação de Uberlândia no cenário regional foi a expansão do investimento no setor industrial verificado a partir da

década de 1960, promovendo dinamismo econômico para o município e Triângulo Mineiro. (GUIMARÃES, 2010)

Em 1965, com a construção da Cidade Industrial em Uberlândia, a primeira da história da mesoregião do Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba, o município uberlandense inaugura uma nova etapa de sua economia com a vinda de indústrias nacionais e multinacionais para o município. Era a concretização de um grande projeto político municipal que objetivava a projeção de Uberlândia no cenário nacional e internacional. (SOARES, 1988, p.58) A figura 05, abaixo, mostra o parque industrial recém construído.

FIGURA 05: Vista Panorâmica do Parque Industrial em Uberlândia na década de 1960



Fonte: Arquivo Municipal de Uberlândia (2010)

Para tanto, os grupos empresariais uberlandenses realizaram uma força tarefa numa espécie de “caça a indústrias” para atrair a instalação das mesmas em Uberlândia. Tais grupos propagandeavam: “existência de mão-de-obra abundante e barata, mercado consumidor satisfatório, infra-estrutura de boa qualidade e ainda, uma malha rodo-ferroviária que ligava o Sudeste, principalmente São Paulo ao Planalto Central”. (SOARES, 1988, p.58) Uberlândia era vendida pelo poder municipal como uma cidade repleta de “dinamismo e progresso”²¹ (CÉSAR, 1961)

A divulgação foi satisfatória. Em 1980 o município de Uberlândia já abrigava tanto indústrias multinacionais fabricantes, quanto multinacionais distribuidoras. A Companhia de Cigarros Souza Cruz, destaque no ramo de fabricação de fumo, e a Coca-Cola e Pepsi-Cola,

²¹ Para visualizar a reportagem da revista “Uberlândia Ilustrada” na íntegra, verificar o “Anexo B”

no ramo da distribuição de bebidas, figuram como importantes empresas que instalaram-se em Uberlândia no referido período. Eram no total 799 indústrias de diversos ramos, tornando a cidade uberlandense um significativo polo industrial no Brasil. (BESSA, 2004)

A fim de avaliar a primazia de Uberlândia no setor industrial em relação aos outros municípios da região durante os anos 1970 e 1975, fase inicial da produção industrial do Triângulo Mineiro, elaborou-se um quadro comparativo da evolução dos principais ramos industriais dos municípios de Uberlândia, Uberaba e Araguari – os quais obtiveram maior destaque neste segmento econômico na região triangulina – em relação ao número de estabelecimentos e pessoal ocupado.

TABELA 02: Indicadores Industriais dos três municípios com maiores resultados: Uberlândia, Uberaba e Araguari (1970/75)

Principais Ramos Industriais	Nº Estabelecimentos		Pessoal Ocupado	
			Total	
	1970	1975	1970	1975
UBERLÂNDIA	324	395	2889	6.763
Transformação Produtos de Minerais Não-Metálicos	24	31	220	516
Metalurgia	22	52	275	606
Mecânica	49	51	210	530
Material de Transporte	12	24	99	548
Mobiliário	21	25	109	219
Química	3	5	18	105
Têxtil	1	4	(X)	572
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	18	21	146	364
Produtos Alimentares	98	102	1271	2.216
Bebidas	6	5	69	108
Editorial e Gráfica	16	17	130	236
UBERABA	306	335	3.132	4.804
Extração de Minerais	6	9	182	174
Transformação Produtos de Minerais Não-Metálicos	28	32	705	783
Mecânica	20	16	58	153
Material Elétrico e de Comunicação	6	5	61	103
Material de Transporte	7	10	63	105
Mobiliário	26	22	132	165
Couros e Peles, Artefatos para Viagem	7	6	129	186
Têxtil	5	6	416	586

Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	39	51	205	478
Produtos Alimentares	93	84	811	1.403
Editorial e Gráfica	12	18	109	214
ARAGUARI	121	175	871	1.672
Transformação Produtos de Minerais Não-Metálicos	19	31	87	180
Metalurgia	7	14	15	107
Madeira	13	10	54	105
Produtos Alimentares	33	47	419	882

Fonte: Elaboração da Autora, com base em Guimarães (2010)

Com base na Tabela 02 acima é possível verificar que ao se comparar os índices das três cidades mineiras, Uberlândia foi a que apresentou melhor resultado no setor industrial durante o período de 1970 a 1975. Os “Produtos Alimentares” configuram-se como o principal ramo industrial de Uberlândia da época, e embora as unidades industriais não tenham elevado significativamente nos cinco anos, a quantidade de trabalhadores do setor sofreu um aumento importante, pois passou a empregar 945 trabalhadores a mais. Esta análise denota também que a atividade industrial de destaque uberlandense entre 1970/1975 está atrelada à produção agropecuária, atividade econômica tradicional da região. Num contexto das demais atividades, excetuando-se o ramo das “Bebidas”, nota-se que houve incremento na quantidade de estabelecimentos industriais, o que permite concluir que o setor industrial em Uberlândia viveu um momento de aquecimento no período.

Desta forma, segundo Guimarães (2010) sobre a estrutura industrial uberlandense:

Em primeiro lugar, destaca-se a afirmação regional do parque industrial de Uberlândia, sustentado basicamente por sua estrutura polarizadora que, devido ao amplo desenvolvimento do capital comercial, possibilitou o endogeneização da apropriação de renda e consequente diversificação do núcleo urbano. [...] Em segundo lugar, merece destaque a inter-relação entre a produção agropecuária regional (incluindo adjacências) e a transformação primária da indústria. (GUIMARÃES, 2010, p.222-223)

No âmbito regional, ao tecer uma relação comparativa entre tais cidades do Triângulo Mineiro, ao que concerne a estrutura industrial presente no referido período de análise, constata-se que Uberaba apresenta características diferentes dos outros municípios por focar no aproveitamento e beneficiamento de recursos naturais disponíveis, enquanto que Uberlândia e Araguari concentram a produção na indústria alimentícia e de transformação, estas ligadas a atividade agropecuária. Ademais, vale ressaltar que estas cidades em questão

são as mais industrializadas do Triângulo Mineiro, característica favorecida pela presença da malha viária adequada para o transporte da produção. (GUIMARÃES, 2010)

Assim, num balanço geral, as décadas de 1960 a 1970 denotaram para Uberlândia um momento de avanço do investimento industrial, marcado pela transição da indústria regional e a presença do capital nacional e estrangeiro. (GUIMARÃES, 2010) Desta forma, reitera-se o que foi analisado ao longo do tópico 4.1, no qual procurou-se explicar a centralidade regional de Uberlândia a partir de sua formação histórica e seus respectivos aspectos geradores de potencial econômico, relacionando à isso, a expansão do capital industrial no município. Tal perfil foi essencial na determinação da dinâmica econômica no período recente em Uberlândia. É sobre isto que se tratará no tópico a seguir.

4.2 Evolução da economia uberlandense nas últimas décadas

Será objeto de estudo deste tópico a análise da evolução da economia uberlandense no período recente, com base nos dados do CESPE – Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômicos-Sociais do Instituto de Economia da UFU. Será caracterizado o perfil produtivo do município de Uberlândia referente as últimas décadas e uma breve descrição do mercado de trabalho. Assim, vale ressaltar que a tal trajetória econômica contribui para a centralidade regional de Uberlândia, e também, ser a principal “cidade-destino” dentro dos fluxos migratórios no Triângulo Mineiro.

4.2.1 Perfil da estrutura produtiva

Tendo como base as duas últimas décadas, ao analisar a trajetória real da riqueza produzida pelos setores produtivos do município de Uberlândia, evidencia-se o setor de serviços como o pioneiro no período de 1999 a 2008. Nota-se a partir da Tabela 03, logo a seguir, que o referente setor teve uma leve queda na produção em 2003 e 2004, mas voltou a progredir nos anos posteriores. Em 2008, produziu R\$3.200.525 dos R\$5.588.582 do total naquele ano. O setor industrial, em termos de destaque na evolução do PIB durante 1999 a 2008. Sobre sua trajetória, em 2005 teve uma queda expressiva, mas se recuperou nos anos posteriores. Ademais, os setores como agropecuária, administração pública e outros não apresentaram grande destaque no cenário, mantendo suas participações praticamente constantes. (CEPES/IE-UFU, 2011)

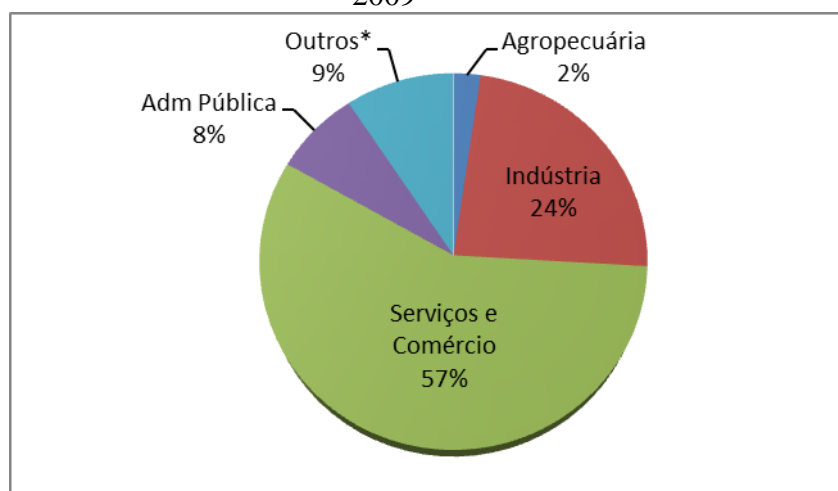
TABELA 03: Participação dos Setores no PIB de Uberlândia em valores reais – 1999 a 2008 (Em R\$) deflacionados pelo IGP-10

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Outros*	Total	IGP-10 Base Fixa 1999
1999	174.247	1.422.416	2.284.293	365.787	579.598	4.826.341	100%
2000	132.340	1.650.500	2.098.765	349.301	488.478	4.719.383	120%
2001	163.427	1.446.020	2.095.699	345.205	505.226	4.555.576	132%
2002	160.073	1.554.311	2.109.528	342.046	434.642	4.600.601	146%
2003	142.296	1.562.196	1.876.536	325.654	456.143	4.362.824	185%
2004	182.760	1.446.976	1.901.931	337.887	85.972	3.955.525	200%
2005	112.038	900.766	2.399.414	297.941	394.566	4.104.724	224%
2006	93.419	1.052.531	2.667.570	330.893	390	4.144.803	228%
2007	114.796	1.154.120	3.171.701	384.110	464.586	5.289.312	236%
2008	129.672	1.319.193	3.200.525	415.326	523.866	5.588.582	255%

Fonte: CEPES/IE-UFU

Em linhas gerais, segundo dados recentes publicados pela PMU (2012) o perfil econômico de Uberlândia é definitivamente terciário, alavancado num primeiro plano pelo setor de serviços e em segundo pelo setor comercial. No ano de 2009, por exemplo, os serviços representaram 57% total do PIB da cidade, seguido por 24% da indústria, conforme o Gráfico 03:

GRÁFICO 03: Composição Setorial de Atividades Econômicas de Uberlândia em 2009

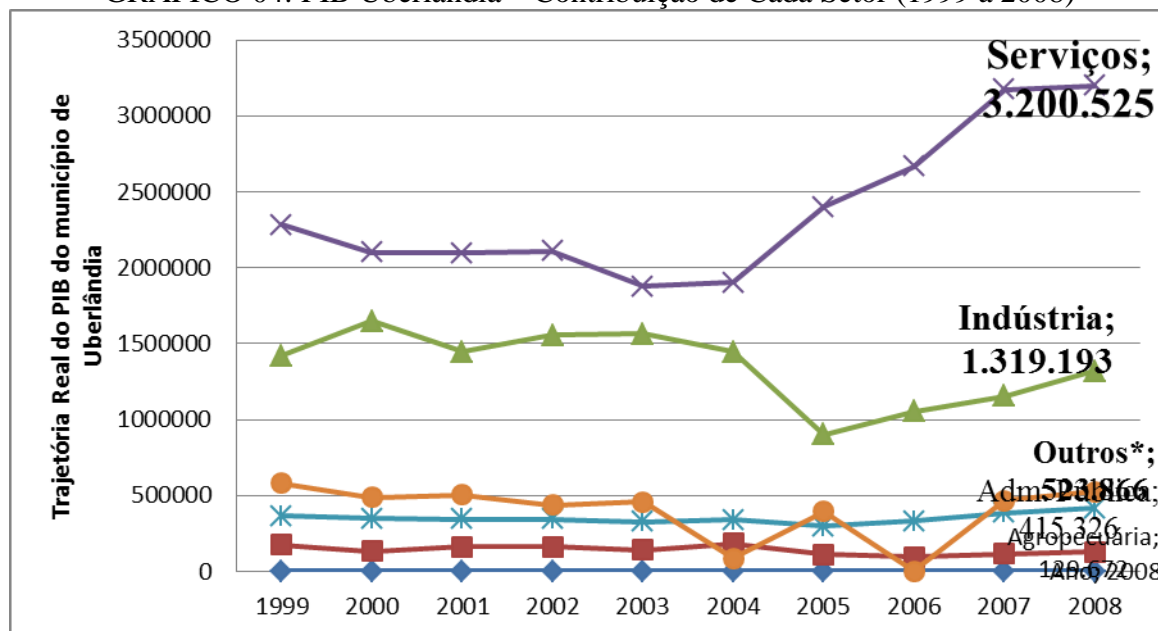


Fonte: PMU (2012)

Por meio do Gráfico 04 a seguir é possível acompanhar a evolução da contribuição de cada setor econômico na arrecadação do Produto Interno Bruto de Uberlândia e identificar que a partir do ano de 2003 até 2005, os serviços e indústria viveram uma queda. Para este

último setor em particular, a queda foi mais expressiva. O referido gráfico também permite visualizar a hegemonia do setor de serviços em relação aos outros setores.

GRÁFICO 04: PIB Uberlândia – Contribuição de Cada Setor (1999 a 2008)



Fonte: PMU (2011)

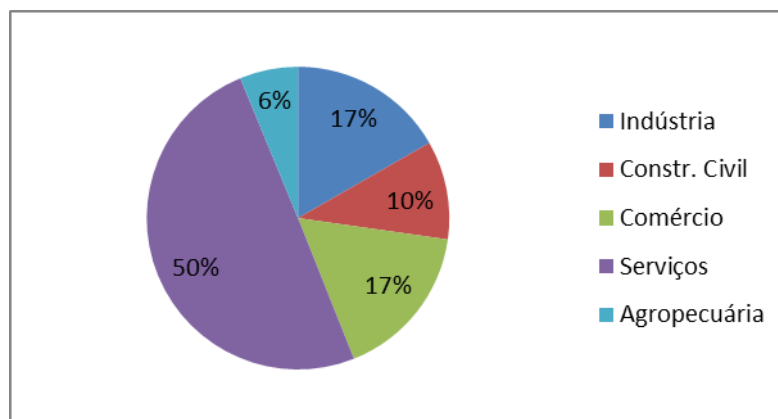
4.2.2 Análise setorial do emprego

Dentro do contexto apresentado é salutar analisar os setores do emprego uberlandense desde a segunda metade da década de 80. Os dados obtidos pela CEPES/IE-UFU (2012) corroboram com a análise da PMU (2012) o qual verificou o setor terciário como a atividade econômica de maior contribuição no PIB municipal ao longo dos anos, conforme abordado anteriormente. Neste sentido, segundo o CEPES/IE-UFU (2012) o setor de serviços foi o pioneiro na absorção de mão-de-obra nas duas décadas e meia de análise no qual foi responsável pela abertura de 53 mil campos de emprego neste segmento em 2009.

Neste sentido, em 1989 o setor que mais empregou foi o de serviços com 30.916 pessoas trabalhando neste segmento. O segundo foi do comércio com 17.731, seguido da indústria com 11.929, construção civil com 6.741 trabalhadores e por fim 5.849 na atividade agropecuária, totalizando 68.429 trabalhadores formais. No final da década de 90, o resultado também não foi diferente da década anterior, pois foi no setor terciário que concentrou-se o maior número de trabalhadores, sendo o setor de serviços com 43.688 empregados formais e o comércio com 14.663 trabalhadores. A indústria deteve 14.663 trabalhadores, seguido da

construção civil com 6.237 e 6.302 da agropecuária, num universo de 93.072 empregados. (PMU, 2012) Para melhor visualização, Gráfico 05:

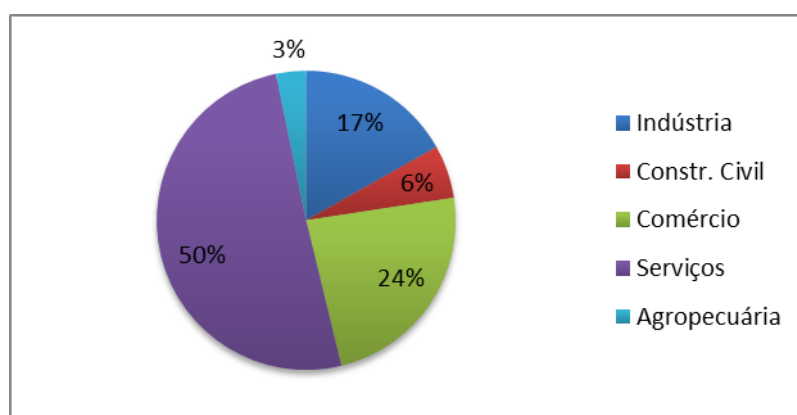
GRÁFICO 05: Empregos Formais por setores do PIB em 1999 (em percentuais)



Elaborado pela autora com base nos dados de PMU (2012)

Ao realizar um balanço comparativo dos dados de 1999 com os resultados do ano de 2009 verifica-se que os setores de serviços, de comércio e industrial duplicaram a quantidade de trabalhadores, tendo respectivamente: 84.776, 39.619 e 28.257. A construção civil empregou 9.622 e a agropecuária 5.461, num universo de 167.735 trabalhadores formais. Merece destaque então o setor dos serviços que abriu mais de 53 mil campos de emprego ao longo das 30 décadas analisadas. (PMU, 2012) Para melhor visualização, verificar Gráfico 05 logo acima, e 06 a seguir:

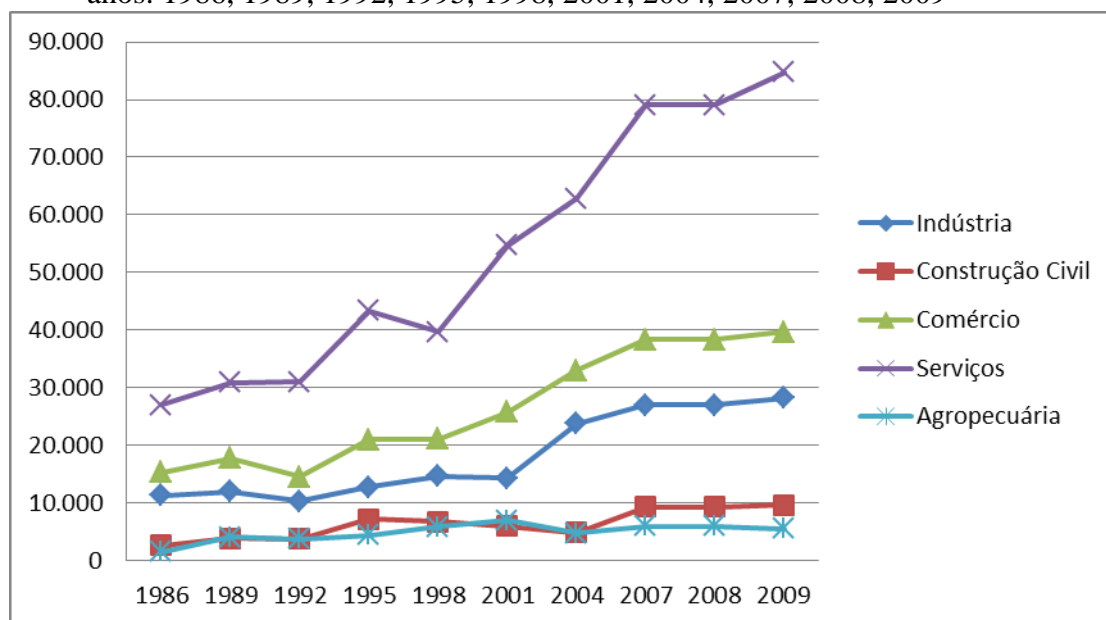
GRÁFICO 06: Empregos Formais por setores do PIB em 2009 (em percentuais)



Elaborado pela autora com base nos dados de PMU (2012)

O Gráfico 07, fornece uma visão geral à respeito da evolução do pessoal ocupado, segundo os setores econômicos, no período de 1986 a 2009:

GRÁFICO 07: Evolução do Pessoal Ocupado por Setores Econômicos durante os anos: 1986, 1989, 1992, 1995, 1998, 2001, 2004, 2007, 2008, 2009



Fonte: PMU (2012)

Cabe ainda analisar, os ramos de atividades dentro do setor industrial que mais empregaram no ano de 2003, segundo pesquisa realizada pelo CEPES/IE-UFU. De acordo com o estudo “Perfil da Indústria no município de Uberlândia-MG”, a “construção civil” foi o ramo que mais empregou, representando o total de 2.159 vagas ocupadas. O setor de “produtos alimentares” ficou na segunda colocação, com 2.071 pessoas ocupadas, seguido pela indústria de “couros, peles e produtos similares”, com 1.449 pessoas ocupadas. (CEPES/IE-UFU, 2004) Para a Fundação João Pinheiro (2008) isto significa que houve uma notória expansão dos setores da construção civil, indústria e comércio no período recente, o que explica também o crescimento no emprego formal em todo o estado de Minas Gerais, que teve um incremento no crescimento médio do emprego formal, entre 2003 a 2006, de 6,1% a.a. No Triângulo este incremento foi de 6,2% a.a., e a variação relativa de emprego formal em Uberlândia entre 2006/2003 representou 6,4% a.a. Assim, “A combinação entre o crescimento da indústria e da construção civil denota transformação da infraestrutura produtiva no estado, sinalizando expansão do parque industrial com investimentos privados no setor.” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2008, p.14)

Em linhas gerais, verifica-se que a evolução econômica vivenciada em Uberlândia no período recente, foi o fator decisivo para consolidar o município como a principal “cidade-destino” no Triângulo Mineiro dentro dos movimentos migratórios do período recente. Esta temática será objeto de estudo do tópico que se segue.

4.3 Uberlândia como principal “cidade-destino” dos fluxos migratórios no Triângulo Mineiro e alguns elementos do processo de urbanização da cidade

Em virtude do intenso aquecimento econômico vivenciado em Uberlândia desde a segunda metade do século XX, no qual lhe confirmou o status de centralidade regional, verifica-se a partir dos anos 70 um expressivo aumento demográfico combinado com a intensificação dos movimentos migratórios em direção ao município uberlandense. (SILVA et al, 2011; JULIANO e LEME, 2002)

Dentro desta perspectiva, é importante destacar que o volume populacional em Uberlândia cresce em ritmo acelerado desde a década de 60. A cidade que em 1960 possuía cerca de 60 mil habitantes (CÉZAR, 1961) em apenas uma década duplicou-se para 126.112 habitantes (SILVA et al, 2001). Em 1980, este fato tornou a ocorrer e a população saltou para 240.967, culminando numa taxa de crescimento anual de 6,69 % entre 1970 e 1980. Neste sentido, embora nas décadas posteriores este índice relativo tenha sofrido uma queda, sendo 1981/1991 3,90% e 1991/2000 3,53%, os números absolutos da população uberlandense somente elevaram-se, sendo que em 1991 totalizava 367.062 e em 2000 chegou a meio milhão de habitantes. (SILVA et al, 2001)

O referido crescimento da população residente em Uberlândia, sem dúvidas, foi acima de qualquer outro município pertencente ao seu aglomerado urbano²², no qual “[...] o núcleo passa a deter, em 2000, cerca de 33% da população total do aglomerado, contra os 16% que detinha em 1970.” (SILVA et al, 2002, p.207) A cidade de Uberaba, por exemplo, segunda maior em população na região do Triângulo Mineiro com 256.143 habitantes nos anos 2000, em 1970 possuía 400 habitantes a mais que Uberlândia e um crescimento demográfico a taxa de 4,64%. Contudo, nos anos posteriores, a sua taxa de crescimento foi ínfima, não atingindo o patamar de 1% de crescimento. (SILVA et al, 2001)

Dentro desta perspectiva, autores como Juliano e Leme (2002) remetem o significativo aumento demográfico em Uberlândia, nas décadas de 70 a 2000, ao intenso movimento

²² Para visualizar a relação completa da população residente dos municípios da aglomeração urbana de Uberlândia de 1970 a 2000, consultar Anexo A.

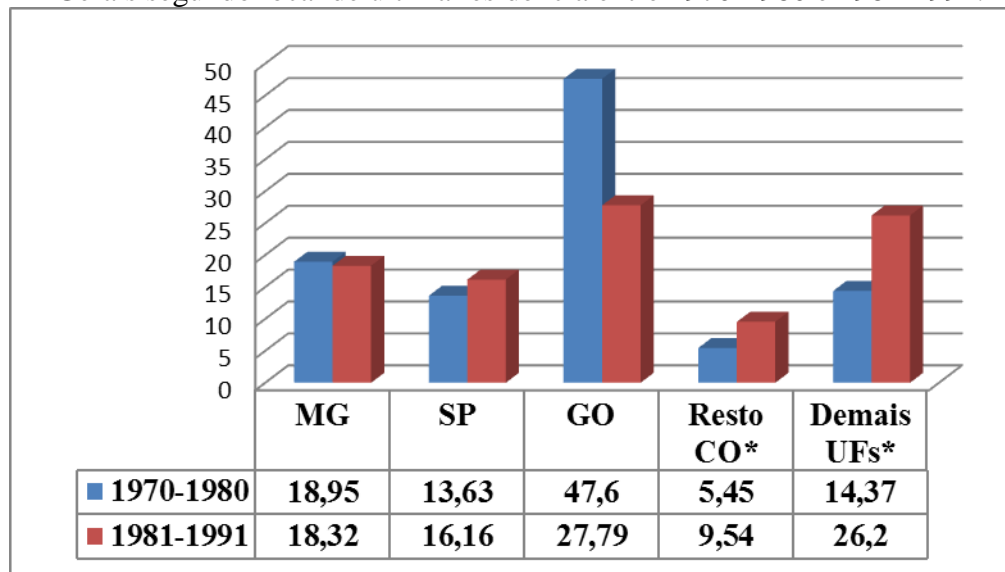
migratório ocorrido neste período. O período de 1975 a 1980 constitui-se um ponto de inflexão nesta análise, pois foi o momento o qual Uberlândia recebeu cerca de 26 mil migrantes, ou seja, quase 50% do universo total do migrantes intermesorregionais. (JULIANO e LEME, 2002) Em termos de acréscimo populacional para Uberlândia significou 4,8% mais habitantes em 1980, originados da permuta migratória do referido quinquênio. (BERTOLUCCI, 2001) Assim, em linhas gerais, é irrevogável: Uberlândia foi a principal “cidade-destino” dos migrantes dentro do contexto regional triangulino. Ainda segundo Carvalho (1998 apud SILVA et al 2001), a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba ao longo do decênio 1981/91, tem conquistado importância também com relação a dinâmica migratória do estado de Minas Gerais, configurando-se como polo de imigração ao lado de Belo Horizonte (23,5%), e do Sudoeste e Sul de Minas (18,9%). Verifica-se, portanto, que Uberlândia “drena” o seu entorno.

Acerca do perfil das migrações ocorridas em Uberlândia, Juliano e Leme (2002) relacionam à despojada conjuntura econômica presente nesta localidade – já abordada ao longo deste capítulo – no qual principalmente pelo seu promissor mercado de trabalho, alavancado pelas atividades terciárias e industriais, foi destino de muitos migrantes que buscavam uma condição de vida urbana mais satisfatória. O importante setor de serviços, por exemplo, que gerou cerca de 53 mil novos campos de emprego durante o período de 1989 a 2009, corrobora para tal prerrogativa. Assim, o hino da cidade é coerente ao evocar Uberlândia como uma “terra gentil que seduz”²³. (PMF, 2011)

Ao que concerne a origem das migrações em direção à Uberlândia do período de 1970 a 1980 e 1981 a 1991, o gráfico elaborado por Silva et al (2001) é elucidativo:

²³ Trecho do Hino de Uberlândia. Letra composta por Moacir Lopes de Carvalho e Remi França. (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 2011)

GRÁFICO 08: Distribuição relativa (%) dos imigrantes interestaduais e de Minas Gerais segundo local de última residência entre 1970-1980 e 1981-1991.



Fonte: Silva et al (2001, p.214)

*CO=Restante da região Centro-Oeste./ *Ufs: Demais estados brasileiros

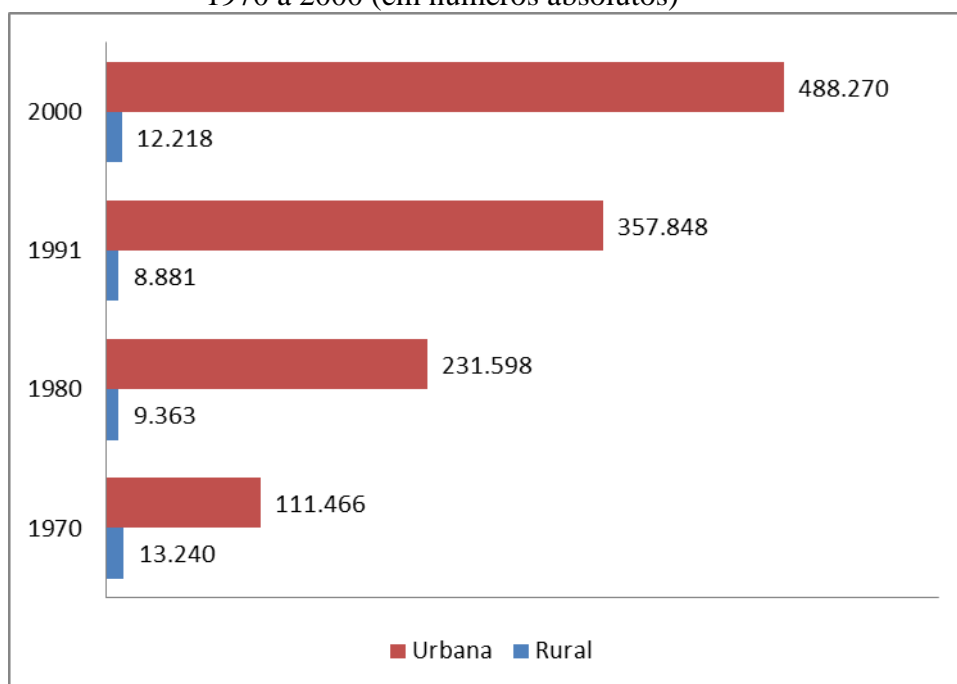
Sobre a origem dos migrantes recebidos em Uberlândia, a partir dos anos 2000, Juliano e Leme (2002) explicam:

De acordo com o local de nascimento, quase 60% da população não uberlandense, no ano de 2001, era proveniente do próprio Estado de Minas Gerais, sendo 41,2% do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e 16,6% nascidos nos demais municípios mineiros. A eles se seguem os goianos, 17,9%, e os paulistas, 7,9%. Ou seja, os resultados da pesquisa de campo reafirmam aquilo que os dados censitários têm historicamente revelado: que o fluxo migratório mais importante é formado por pessoas nascidas na área de influência do Município de Uberlândia, a saber, a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, sul de Goiás e parte do norte paulista. (JULIANO E LEME, 2002, p.8-9)

Outro fator que merece destaque dentro desse panorama demográfico e migracional é a rapidez em que a urbanização tomou conta do território uberlandense a partir da década de 70, no qual em 2000, 97, 58% da população era urbana. Resultado efetivamente elevado ao se comparar com o ritmo de urbanização do mesmo período verificados no Brasil (81,23%), na região Sudeste (90,52%), bem como no estado de Minas Gerais (82%). (IBGE, 2012; SILVA et al, 2001). Vale ainda salientar, que a intensificação da urbanização em Uberlândia também foi superior ao se confrontar com os índices das cidades do seu aglomerado urbano.

O Gráfico 09, a seguir, permite visualizar a evolução da população rural e urbana em Uberlândia em termos absolutos durante o período de 1970 e 2000:

GRÁFICO 09: Evolução População Rural e Urbana no município de Uberlândia de 1970 a 2000 (em números absolutos)



Fonte: Elaboração da autora com base em dados de Bessa (2004)

Em linhas conclusivas, diante da trajetória histórica uberlandense, que seu dinamismo econômico foi fundamental no processo de crescimento populacional do município. Isto, reflexo dos intensos fluxos migratórios em direção à cidade de Uberlândia, tornou-a um verdadeiro pólo de imigração dentro do Triângulo Mineiro.

*

*

*

Este capítulo estudou os fatores históricos e econômicos que consolidaram Uberlândia como centralidade regional no Triângulo Mineiro e como isto contribuiu para os intensos fluxos migratórios em direção ao município, e seu crescimento populacional. Este caso é ilustrativo, pois é comum a muitas cidades brasileiras que experimentaram o intenso e acelerado processo de urbanização vivenciado desde a segunda metade do século XX.

5 EM BUSCA DO DIREITO À CIDADE

Exemplo de uma realidade que atinge muitos habitantes de “países em desenvolvimento” que experimentaram surtos de expansão urbana nas últimas décadas, a trajetória histórica do bairro Dom Almir é ilustrativa, pois foi permeada pela incessante busca de seus moradores pelo “direito à cidade”, conforme a formulação de Lefebvre (2011) já considerada neste trabalho. Este bairro periférico, localizado na porção leste do município de Uberlândia/MG, tem suas origens numa “ocupação urbana” e não numa “invasão”, conforme relata o líder comunitário da Associação dos Moradores do Bairro Dom Almir. Neste aspecto, cabe retornar a elucidação de Corrêa (1993) abordada no capítulo 2, o qual a ocupação urbana é a única forma que o grupo social excluído encontra para pertencer à cidade de fato. Assim, a comunidade deste local é formada por cidadãos que vislumbraram por meio do movimento urbano de ocupação, a esperança em adquirir não só um imóvel próprio, bem como um ambiente digno para se viver com sua família no espaço urbano uberlandense.

5.1 O Bairro Dom Almir: Um Reflexo das Mudanças em Uberlândia e no Triângulo Mineiro

O surgimento do bairro Dom Almir é remontado na conjuntura socioeconômica de Uberlândia e do Triângulo Mineiro vivenciada no limiar dos anos 90. No referido período, conforme elucidado no capítulo precedente, Uberlândia já despontava no cenário regional, pela sua localização estratégica, infraestrutura logística, bem como economia diversificada (PMU, 2012), que a tornou o núcleo principal de seu aglomerado urbano composto por mais de vinte municípios. (GUIMARÃES, 2010). Tendo os serviços como o setor econômico de destaque no início dos anos 90, ao longo daquele decênio verificou-se o crescimento da contribuição da indústria no PIB municipal, o qual ao ver de Ribeiro et al. (2002), representou o aumento de vagas ocupadas no mercado de trabalho formal na cidade.

Tais atributos, sem sombras de dúvidas, possibilitaram ao município de Uberlândia ser a principal “cidade-destino”, no dizer de SINGER (1998), dentro do movimento migratório interno verificado na região do Triângulo Mineiro. De acordo com Juliano e Leme (2002), tais contingentes que transferiram sua residência para o município uberlandense, buscavam, sobretudo, melhores colocações no mercado de trabalho. Contudo, a maior parte dos mesmos possuía baixa escolaridade, cabendo-lhes apenas ocupações que não exigiam muita qualificação, e conseqüentemente, cargos com baixa remuneração. Ainda pior era a situação

dos migrantes que nem sequer conseguiam qualquer ocupação tornando-se sem-renda. (PEREIRA, 2010) Assim, era comum a muitos migrantes viverem na condição socioeconômica de pobreza urbana cuja renda era menor que o valor de uma cesta básica. (SHIKI e NEDER, 1996)

Dentro desse universo havia muitos habitantes em Uberlândia que

[...] não tinham como adquirir casa própria, nem mesmo como alugar uma das milhares de casas vazias oferecidas pelo mercado de locação. Reclamavam, então medidas assistenciais e disputavam, com o resto da população, atendimento pelos serviços públicos. (PEREIRA, 2010, p.551)

Desta forma, a década de 90 para o município uberlandense foi marcada pela dualidade conjuntural: de um lado o quadro positivo na economia e o aumento demográfico, e por outro, o crescimento da pobreza em suas áreas urbanas e o déficit habitacional. Tal padrão de urbanização foi comum em muitas cidades brasileiras, não só em Uberlândia, conforme elucidou-se no início do capítulo 2 desta monografia, o qual procurou-se demonstrar que o movimento de crescimento dos espaços urbanos, sob a estrutura da organização espacial capitalista, foi acompanhado pelo aumento das áreas carentes nas cidades.

5.2 Caracterização Demográfica e Econômica do Bairro Dom Almir: Um olhar no passado e no presente

Conforme o tópico 5.1, o bairro Dom Almir nasceu em 1990, como um reflexo das mudanças ocorridas em Uberlândia e no Triângulo Mineiro. Com base nesta linha de raciocínio, a seguir, serão expostos e relacionados os aspectos demográficos e econômicos do início da trajetória com a realidade recente do bairro.

5.2.1 Aspectos demográficos

Com base na pesquisa de campo realizada no ano de 2011, foi informado pela Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de Uberlândia, por meio de entrevistas, que não há dados oficiais à respeito da população inicial do bairro Dom Almir. Isto porque, o loteamento onde está localizado o bairro é de origem fundiária irregular²⁴. Tal questão inclusive, de suma importância para entender a dinâmica urbana do objeto do presente estudo.

²⁴ De acordo com a Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de Uberlândia (2011), na época da primeira ocupação eram 219 lotes pertencentes à área do Dom Almir, sendo aproximadamente 5 pessoas ocupando cada lote.

A mesma será discutida e aprofundada neste capítulo no tópico “5.4 Pelo ‘Direito à Cidade’: A busca pela regularização fundiária no centro da análise”.

Neste sentido, de acordo com a Secretaria de Habitação, as pesquisas censitárias consideram a população do bairro Dom Almir num universo maior, ou seja, está incluída na população total residente de todos os bairros irregulares da região periférica leste de Uberlândia. Este fato dificultou a mensuração precisa do número de habitantes do bairro para a pesquisa desta monografia. Contudo, seguindo sugestões dadas pela Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de Uberlândia, a mensuração da população pode ser realizada por meio da relação da quantidade de lotes da época da primeira ocupação urbana do local em 1990, com o número aproximado de habitantes residentes por lotes. Deste cálculo²⁵, chegou-se o resultado de que a população inicial do bairro Dom Almir era de 1.095 habitantes. Assim, é importante salientar que este dado não é preciso, é somente uma aproximação.

No ano de 1991, houve uma nova ocupação, denominado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia como “Prolongamento do Dom Almir”. Na referida leva, foram ocupados mais 79 lotes. Assim, seguindo a mesma linha analítica utilizada na mensuração da população advinda da primeira ocupação, o segundo contingente populacional que deslocou-se para a área periférica leste, no Dom Almir, foi composta por 395 habitantes. Num total, a população inicial resultou em aproximadamente 1490 moradores.

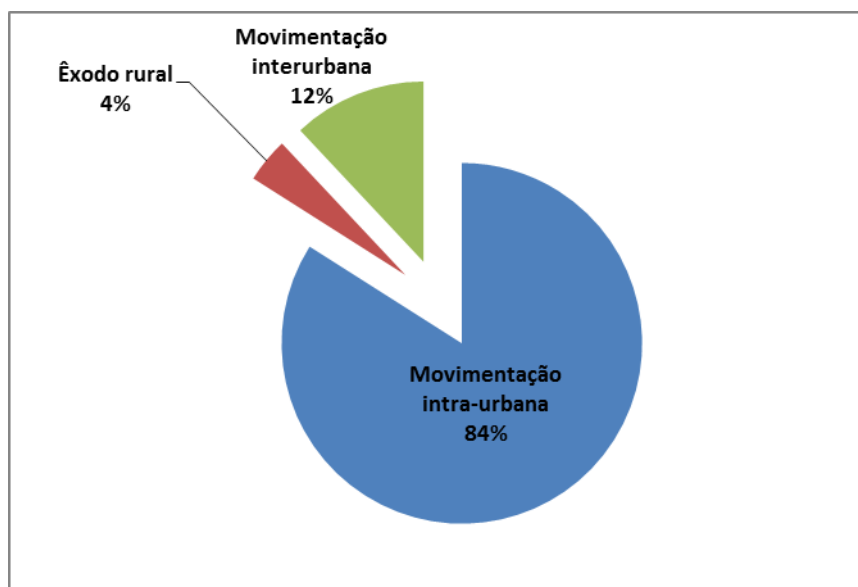
Ainda na tentativa sobre a mensuração à respeito da população inicial, buscou-se outras fontes de informações para confrontar os dados obtidos pela Prefeitura Municipal de Uberlândia. Dentre elas, por meio de entrevista realizada em 2011, o advogado da Pastoral da Terra, a partir do cadastro das famílias com situação fundiária irregular, informou que a população inicial do bairro Dom Almir era estimada aproximadamente em 300 famílias, ou seja, 1.500 habitantes. Ademais, para fins desta pesquisa cabe considerar a informação dada pelo advogado, a qual a população do bairro do Dom Almir permaneceu estável ao longo de seus 22 anos de existência, pois segundo o entrevistado, praticamente todos os habitantes que residem no local em 2012 são originários do contingente populacional que realizou o movimento de ocupação da área em 1990 e 1991. Assim, em linhas gerais, a quantidade de famílias residentes do local desde o início da trajetória do bairro manteve-se a mesma. Nesse

²⁵ Conforme nota divulgada no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Uberlândia, a população do bairro Dom Almir não pode ser mensurada alegando motivos de “discordância territorial”, ou seja, devido a questão da irregularidade fundiária. Sobre isto, a palavra da Prefeitura: “A população por bairros de Uberlândia de 2010 ainda não está concluída devido à discordância territorial entre os Setores Censitários (base territorial na qual o IBGE divulga seus dados do Censo) e os Bairros Integrados oficiais, além dos que estão em projeto de lei. Esta diferença, que ocorre principalmente nos setores Leste [área onde localiza-se o bairro Dom Almir] e Sul da cidade, não permite inferir a população destes territórios discordantes.” (PMU, 2012)

sentido, o fato da população ter se mantido constante é explicada pela obrigação das famílias terem que permanecer no local de ocupação, num movimento de resistência, como forma de garantirem o espaço para a construção de sua habitação.

Dito isto, é importante elucidar a origem dos habitantes do Dom Almir, para compreender em que medida o bairro corresponde ao movimento migratório interno reflexo das mudanças econômicas ocorridas em Uberlândia e no Triângulo Mineiro, análise esta já referenciada no princípio deste capítulo. Para tanto, a presente monografia baseou-se no relatório de pesquisa sobre as “Condições socioeconômicas das famílias na periferia de Uberlândia/MG”, realizada no ano de 1994 por Shiki e Neder (1996). Na referida pesquisa, constatou-se que a população no ano de 1994 do bairro Dom Almir era composta por aproximadamente 375 famílias, no qual 84% das mesmas eram oriundas de outros bairros de Uberlândia, principalmente: São Jorge, Tibery, Santa Mônica, Bairro Operário e Jaraguá. Os habitantes procedentes de outros municípios, ou seja, advindos do movimento migratório urbano-urbano, representavam 12% das famílias do bairro Dom Almir. E com apenas 4% das famílias eram oriundas da zona rural. O Gráfico 09 apresenta a referida relação:

GRÁFICO 10: Origem da População do Bairro Dom Almir em 1991



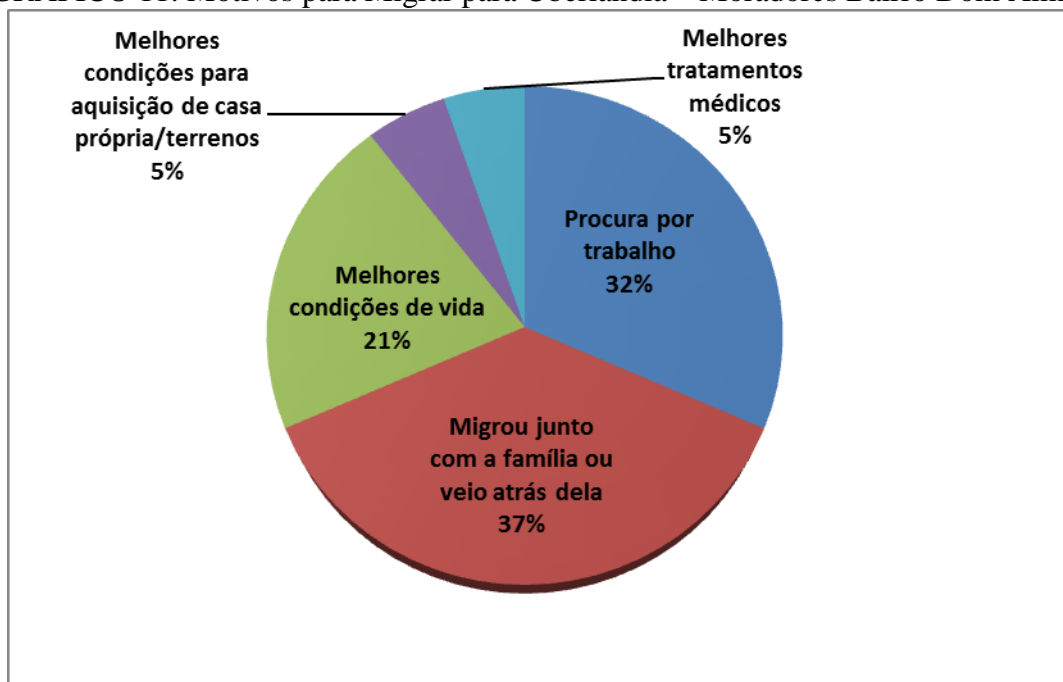
Fonte: Elaboração da autora com dados de Shiki e Neder (1996)

À respeito do Gráfico 09 apresentado acima é importante sublinhar que do universo das famílias residentes do bairro Dom Almir que originavam-se de outros bairros uberlandenses, ou seja, do movimento intra-urbano, em sua maioria, possuíam naturalidade de outros municípios e habitavam em Uberlândia há pelo menos 20 anos. Neste sentido, de acordo com o Shiki e Neder (1996) da totalidade da população do Dom Almir, 60% não

havia nascido na cidade uberlandense, sendo estes oriundos principalmente de outros municípios da região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, bem como de outros municípios mineiros, goianos e paulistas. Desta forma, esta característica permite inferir que tal configuração tem relação com o significativo movimento migratório vivenciado em Uberlândia a partir da década de 70, período marcado pela expansão nas vagas de emprego, seja pela dinamização na economia provocada através do setor de serviços, seja pelo intensivo investimento no setor industrial, o qual propagandeou Uberlândia como uma cidade repleta de prosperidade econômica (GUIMARÃES, 2010), conforme abordado no capítulo 4 desta monografia.

Neste sentido, com base em dados fornecidos por Shiki e Neder (1996), elaborou-se o Gráfico 11 com o objetivo de pontuar os principais motivos que trouxeram os migrantes para a cidade de Uberlândia, tanto aqueles que residiam há muitos anos na cidade, quanto aqueles que migraram no limiar da década de 90. O resultado demonstrou que todos os motivos – procura por trabalho, acompanhar a família, melhores condições de vida, melhores condições para aquisição de casa própria/ terrenos e melhores condições para tratamentos médicos – complementam-se de forma coerente e são um reflexo do contexto exposto no parágrafo anterior.

GRÁFICO 11: Motivos para Migrar para Uberlândia – Moradores Bairro Dom Almir:



Fonte: Elaboração da autora com dados de Shiki e Neder (1996)

5.2.2 Aspectos econômicos

Sobre o perfil socioprofissional dos moradores do bairro durante os primeiros anos, em linhas gerais, observa-se que todas as ocupações não possuíam especialização. No tocante, a pesquisa realizada por Shiki e Neder (1996) é ilustrativa sobre isto, pois constatou que o primeiro grau do ensino fundamental representava o maior nível de escolaridade alcançado pela população entrevistada. Ou seja, num universo de 855 moradores entrevistados em 1994, somente 120 haviam completado o primeiro grau, o restante deste contingente, considerava-se analfabeto. Tal informação explica, assim, o baixo salário comum a toda população do Dom Almir nos primeiros anos de trajetória. Sobre isto, na passagem da reportagem de 1991, fica claro que a remuneração não era suficiente para o sustento adequado: “A maior parte das famílias vive com um salário mínimo e tem que dividir o dinheiro entre os gastos gerais e ainda remédio e transportes.” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 1991, s/p)

Outra informação que vale esclarecer reportada um ano após a ocupação é que 60% da população feminina residente no Dom Almir trabalhava como do lar. Dos desempregados, a fim de driblar a ausência de renda, notou-se por parte de alguns moradores a realização de “bicos” como a de catadores de papel. (JORNAL CORREIO, 1991)

Observa-se também naquela época, grande dificuldade dos moradores do Dom Almir em conseguir emprego no centro da cidade de Uberlândia, devido à longa distância do trajeto entre a residência e o trabalho. Assim, o custo de transporte para um empresário da área central empregar moradores da região periférica era maior ao se comparar com outros bairros da cidade. Além disso, no início o acesso para o bairro era extremamente difícil, fator que prejudicava os moradores na condução para o trabalho:

O único acesso ao núcleo habitacional é feito por uma estrada de secundária de terra à esquerda da BR-452 que liga Uberlândia a Araxá. Esta ligação não é sinalizada, e sequer possui indicação na estrada. Os moradores têm de andar mais de dois quilômetros, a pé, para pegar ônibus que passa na BR-452, o que provoca atrasos na chegada do serviço, geralmente localizado em pontos distantes na cidade. (CORREIO DO TRIÂNGULO, 1990, s/p)

Toda esta problemática vem ao encontro do conteúdo elucidado no capítulo 2, no tópico 2.4 “Contextualização dos Movimentos Sociais Urbanos e o Direito à Cidade”. Naquela passagem foi abordado, com base em Harvey (1980), como os custos locacionais e de acessibilidade são determinantes na renda do indivíduo. No tocante, tal análise é considerada uma importante chave de leitura para o entendimento das causas da pobreza urbana no objeto deste estudo. Assim, a teoria explicou a realidade dos baixos salários auferidos pelos moradores do bairro Dom Almir, principalmente no período em que não havia nenhuma infraestrutura urbana, ou seja, de 1990 a 1999.

Somado ao conteúdo exposto nos parágrafos anteriores, basta ainda colocar o relato da moradora, o qual informou, em entrevista, à respeito da discriminação das empresas com os moradores do bairro Dom Almir no processo de seleção de emprego. De acordo com a entrevistada, era dado tratamento desigual aos habitantes do Dom Almir devido à origem pobre e periférica.

As pessoas do bairro sofriam muito preconceito, muito discriminado. As pessoas 'saía' daqui para ir pro centro da cidade para arrumar emprego, quando ficava sabendo que era daqui... fazia toda a entrevista, todo o processo de seleção, e quando perguntava: 'aonde você mora?' 'No Dom Almir.' [...] O bairro era visto assim, o bairro só tem de marginal, visto com muito preconceito.

Desta forma, em linhas conclusivas à respeito da determinação do salário dos moradores da periferia pobre de Uberlândia, tendo o Dom Almir como ilustração, é possível verificar como a questão locacional, derivada dos custos de acessibilidade, bem como a discriminação contra a população do bairro, foram definitivos para que a maioria dos moradores auferisse salários baixos. (HARVEY, 1980)

Na realidade atual, verifica-se que os moradores do Dom Almir foram absorvidos principalmente pelos setores secundário e terciário da economia urbana uberlandense. Do setor secundário, principalmente na construção civil: pedreiros e serventes de obra. Do setor terciário, a citar: doméstica, vigilante, mecânico, cozinheira, dentre outros.

Com base nas entrevistas de campo realizadas no período de 2010 a 2012, ao tecer comparações com a situação do início da trajetória do bairro, verificou-se a melhoria da condição econômica dos moradores do Dom Almir. Tal progresso advém da conquista da moradia, bem como a instalação da infraestrutura urbana no local, o qual mesmo paulatina, trouxe crescimento para o bairro. Todos os entrevistados conseguiram construir seu imóvel residencial, e esta realidade, felizmente, é comum à maioria dos habitantes do Dom Almir, segundo o líder comunitário Marcos Batista Gomes, ou apenas "Marquinho do Megabox", como é conhecido nas redondezas.

Aliás, a história desse personagem merece destaque, pois é um morador que alcançou o êxito que esperava ao escolher Uberlândia "para tentar uma vida melhor". Migrante de Cumari, município localizado no interior de Goiás, segundo "Marquinho do Megabox", mudou-se para o principal núcleo do aglomerado urbano do Triângulo Mineiro "em busca de emprego, crescimento social e econômico. Se falava muito bem de Uberlândia." ele afirma. O líder, residente no bairro há 14 anos, antes de mudar-se para o município uberlandense, exercia atividades na zona rural, sendo funcionário de uma fazenda. "Eu já fui pobre, muito

pobre, muito mesmo. Comecei a trabalhar com nove anos de idade. E nem por isso vou abandonar a comunidade daqui não, mesmo depois da qualidade de vida que eu conquistei”.

Atualmente, ele além de possuir casa própria no Dom Almir, possui outro imóvel no bairro universitário Santa Mônica em Uberlândia, o qual é uma fonte de renda, pois aluga o mesmo para fins residenciais. Além disso, ele é proprietário de um supermercado do bairro, o único existente, o qual emprega 38 funcionários. Tal empreendimento, nos seis últimos anos, foi duplicado visando o aumento do faturamento. Ele atribui seu sucesso a uma melhora geral na situação econômica do Brasil, especialmente a partir de 2006, bem como o lançamento de programas sociais, no qual, na visão dele, a renda do indivíduo melhorou muito e aumentou os gastos no comércio.

Sobre isto, os entrevistados ressaltaram a atuação do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) como fator de sucesso para a melhoria das condições de vida da população pobre no bairro, pois, de acordo com os moradores do Dom Almir, a vida econômica e social do local sofreu progressos por uma soma de políticas públicas federais, principalmente pela criação do programa assistencialista “Bolsa Família”²⁶. É o que relata moradora, natural de Parauna/ GO, reside em Uberlândia há dezenove anos, e na região periférica leste há 11 anos, ou seja, desde o ano de 2001. De acordo com a moradora: “Achei o governo Lula ótimo, porque o pobre ‘deu conta’ de construir o barraquinho. Ele deu [governo Lula] aposentadoria para a dona-de-casa, aumentou o salário mínimo, teve o Bolsa Família e o vale gás que também ajudou.”

Dos governos municipais, a comunidade do Dom Almir faz destaque para a gestão do prefeito Zaire Rezende (2001-2004), o qual verificou-se o aumento na qualidade de vida de seus moradores. Dentre outras benfeitorias implementadas pela referida administração municipal, – as quais serão elencadas e discutidas no tópico “5.3 Condições do habitat urbano” – a instalação do asfalto na via principal do bairro em 2001, figura com uma das que mais contribuíram para o desenvolvimento do local, conforme relata o líder comunitário do Dom Almir. Segundo ele, o asfaltamento das vias gerou a atração de investimentos privados no setor terciário local, materializado no aumento de estabelecimentos comerciais nas ruas

²⁶ De acordo com o sítio eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. [...] Os valores dos benefícios pagos pelo PBF variam de acordo com as características de cada família - - considerando a renda mensal da família por pessoa, o número de crianças e adolescentes de até 17 anos, de gestantes, nutrízes e de componentes da família. (<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>)

asfaltadas, que por sua vez, estimulou a geração de empregos no bairro. Assim, fica claro: a implantação da infraestrutura urbana contribuiu para a melhoria das condições socioeconômicas dos habitantes do Dom Almir.

Desta forma, é possível realizar algumas conclusões a partir da correlação dos dados obtidos nas entrevistas durante a pesquisa de campo desta monografia com as informações conseguidas por meio das pesquisas acadêmicas realizadas sobre a situação socioeconômica do objeto deste estudo. Uma destas conclusões diz respeito ao fato da população do Dom Almir, não obstante marcada pela pobreza, ter melhorado sua situação de vida. O progresso foi alcançado pelo fato de quase todos os moradores terem conquistado a moradia própria, utilizando-se do movimento urbano de ocupação, um caminho para isso. Contudo, a pesquisa demonstrou também que o baixo nível de escolaridade entre os moradores, refletiu em baixas remunerações na maioria da população do bairro. Grande parte da população do Dom Almir foi absorvida pelo mercado de trabalho em funções as quais não exigia-se muita qualificação profissional. Um caso inspirador é o do líder comunitário que melhorou sua qualidade de vida depois que mudou-se para o bairro Dom Almir. Apesar da dificuldade em conseguir dados oficiais e absolutos sobre o número de habitantes do bairro, a pesquisa concluiu que a população do local manteve-se constante ao longo dos anos. Além disso, políticas assistencialistas federais e implantação de infraestrutura urbana pelo governo municipal contribuíram para a economia local, bem como favoreceram a melhoria das condições do bairro.

5.3 Condições do habitat urbano

Dentro da mesma perspectiva apresentada anteriormente, no qual a melhoria infraestrutural urbana é um fator que exerce efeitos positivos no crescimento da economia do bairro Dom Almir, o presente tópico tratará à respeito da trajetória histórica de implantação das benfeitorias no espaço urbano do local, permeadas pela luta reivindicatória dos moradores, pela luta do direito à cidade. No tocante, a história do bairro pode ser subdividida em duas grandes fases. A primeira que vai de 1990 a 1998, quando ainda não havia sido construída nenhuma melhoria. E a segunda, que concerne o período de 1999 até os dias atuais. O último ano da década de noventa é simbólico, pois foi o ano da construção da primeira infraestrutura no bairro Dom Almir.

As condições urbanas do início do bairro eram caracterizadas pela completa precariedade. A população era desprovida de qualquer serviço público. De acordo com o

estudo de Petuba (2001), após oito meses da ocupação das famílias, ou seja, quando ainda encontravam-se acampadas, o contingente recém-chegado expediu uma carta reivindicatória ao poder municipal. O documento objetivava solicitar a atenção do Estado para a miséria que viviam as famílias pertencentes ao movimento de ocupação, e visava assim, solicitar a instalação de infraestrutura urbana no local. No tocante, dentre as principais reivindicações, destacavam-se:

- Ligação de água urgente;
- Materiais para a construção de três cômodos e um banheiro;
- Que seja negociado com carência e de acordo com as condições das famílias o pagamento dos lotes e dos materiais de construção;
- Atendimento médico e medicamentos no local;
- Instalação de uma creche urgente;
- Instalação de uma escola para garantir o ano letivo das crianças;
- Doação de barracas, enquanto não iniciam as construções;
- Regularização do transporte com mais ônibus e maior frequência;
- Instalação de energia elétrica;
- Doação de cobertores e agasalhos. (PETUBA, 2001, p.75)

A reportagem datada de setembro de 1991, ou seja, um ano após primeira ocupação das terras do referido bairro, comprovava que o fornecimento de água por meio de caminhão-pipa figurava como uma medida isolada e paliativa da prefeitura a fim de amenizar a ausência de infraestrutura urbana do local “[...] o único melhoramento concedido pela Prefeitura foi um caminhão-pipa, já que a parte invadida continua sem água, esgoto, luz e apenas um ônibus em circulação.” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 1991, s/p)

FIGURA 06: Família transportando água fornecida por caminhão-pipa da Prefeitura. Dom Almir, 1991.



Fonte: Arquivo Municipal de Uberlândia (2010)

A figura acima retrata a problemática urbana evidenciada pela ausência de infraestrutura urbana durante o primeiro ano no Dom Almir. No tocante, de acordo com a moradora, que não participou da ocupação da área, porém reside há pelo menos quatorze anos no bairro, revela em entrevista durante a pesquisa de campo, a precariedade do princípio da trajetória do local: “O início do bairro foi bem difícil, às vezes nem água do caminhão-pipa tinha.”

Serviços urbanos, como a coleta de lixo, também não eram realizados no início da história deste local. Isto aliado à falta de qualquer infraestrutura urbana facilitava a proliferação de doenças e epidemias. Os moradores também eram obrigados a conviver com animais peçonhentos e a fome era um problema comum entre adultos e crianças. Neste sentido, entidades religiosas cumpriam o papel assistencialista ao distribuir alimentos nas mediações do Dom Almir. (CORREIO DO TRIÂNGULO, 1991, s/p)

Acerca das habitações nos primeiros anos, a reportagem do jornal Correio do Triângulo (1991) retrata o modo precário como eram construídas: “[...] Dos 383 barracos ali construídos, a maioria foi erguida por pessoas de outros bairros da cidade ou de fazendas da redondeza. As casas são verdadeiras choupanas, cobertas de lona plástica ou papelão, com suporte de madeira.” (s/p) Cabe ainda pontuar, com base em informações obtidas nas entrevistas, que grande parcela das residências era edificada no sistema de autoconstrução com ajuda de integrantes da família e vizinhos.

De acordo com a Shiki e Neder (1996), no ano de 1994, o bairro Dom Almir possuía cerca de 375 residências, das quais mais da metade das mesmas possuíam até 30 m⁴ de área construída. À respeito da classificação das casas, foi realizada pelos autores segundo o material empregado na edificação das residências. Desta forma, verificou-se que 285 eram de alvenaria, ou seja, “[...] a construção padrão (casa com tijolos, madeiras, telhas e janelas)” (SHIKI E NEDER, 1996, p. 84). A figura 02, logo a seguir, mostra um exemplo deste tipo de construção:

FIGURA 07: Casa de alvenaria. Bairro Dom Almir, 2000



Fonte: Arquivo Municipal de Uberlândia (2010)

Ainda segundo a avaliação realizada por Shiki e Neder (1996), 24 das 375 residências pesquisadas no ano de 1994, eram classificadas como barracos (Figura 03), em outras palavras,

[...] aquela habitação que embora possuísse algum material de construção padrão (placas de muro de cimento, por exemplo, tinha aspecto de tendas, ou cobertas de plásticos, papelão ou folhas de latas e/ou construídas com outro material qualquer que servisse de abrigo. (SHIKI E NEDER, 1996, p. 85)

FIGURA 08: Barracos de lona. Bairro Dom Almir, 1991



Fonte: Arquivo Municipal de Uberlândia, 2010.

Com o passar dos anos, após inúmeras e incansáveis manifestações da comunidade junto ao poder municipal, a infraestrutura urbana básica começou a ser implantada no Dom Almir. No tocante, segundo o líder comunitário relata em entrevista, o ano de 1999 é simbólico, pois foi o período em que iniciaram as primeiras instalações infraestruturais urbanas por meio das obras de instalação do saneamento básico, as quais perduraram por um ano. Ainda de acordo com o líder do bairro, esta foi a única benfeitoria realizada pela gestão municipal de Virgílio Galassi²⁷ (1997-2000).

A segunda obra que visou a urbanização do espaço do bairro foram as obras de implantação do asfalto, realizadas pelo prefeito Zaire Rezende (2001-2004), no ano de 2001, conforme já mencionado no subtópico anterior deste capítulo. No referido, demonstrou-se como a instalação da infraestrutura urbana contribuiu sobremaneira para aumentar a qualidade de vida no Dom Almir. Contudo, a trajetória desta e de outras obras de urbanização do local foi permeada pelo embate político entre o governo municipal vigente da época com o opositor, no qual os moradores ficavam numa espécie de “fogo cruzado”.

Tal situação é ilustrada pela reportagem com o seguinte título: “Moradores pressionam Prefeitura e Câmara: Obras de infraestrutura foram embargadas depois da ação da bancada de oposição do governo”²⁸, datada em 11/10/2001 do jornal Correio (2001). De acordo com o líder comunitário “Marquinho do Megabox”, durante entrevista de campo no ano de 2011, naquele momento da história do Dom Almir havia sido iniciada a instalação de saneamento básico na área, porém as obras foram permeadas pelo embate político, contribuindo para o protelamento da mesma. Tal informação vem ao encontro da reportagem mencionada, pois expos que a benfeitoria foi paralisada por uma liminar judicial expedida por vereadores opositores ao governo municipal de Zaire Rezende. (CORREIO, 2001).

Segundo a reportagem, a referida liminar, impedia a continuação das obras devido à origem fundiária das terras do bairro, as quais encontravam-se em processo de desapropriação para fins de utilidade pública – assunto o qual será amplamente discutido no próximo tópico deste capítulo “5.4 A Luta Pelo Direito à Cidade: a busca pela regularização fundiária no centro da análise”. A posição do então prefeito Zaire Rezende era de rejeição à liminar. Segundo o dirigente municipal, embora tal ação possuísse o intuito político de prejudicar a prefeitura, causaria danos somente às comunidades que seriam contempladas com a implantação da infraestrutura urbana, dentre elas o Dom Almir.

²⁷ Devido ao fato de ter condenado com veemência a ocupação urbana na área do Dom Almir, o prefeito Virgílio Galassi foi amplamente criticado pelos moradores do bairro Dom Almir.

²⁸ Para melhor entendimento visualizar a reportagem na íntegra nos Anexos desta monografia.

À respeito deste acontecimento, o que se verificou foi a união comunitária em prol de seus direitos, no qual numa ação conjunta e reivindicatória, poucos dias após a paralisação das obras de urbanização do Dom Almir, moradores desta localidade dirigiram-se à Câmara de Vereadores a fim de solicitar o retorno da construção das benfeitorias que haviam sido iniciadas. Num tom de revolta e desabafo, relata uma moradora do bairro, na reportagem: “A gente ‘sentou’ eles [os vereadores] lá, nossos impostos pagam os salários deles e eles nos viraram as costas, mas não faz mal, na próxima eleição eles vão procurar o povo humilde e nós vamos dar a resposta, nós não vamos eleger esse tipo de gente”. (CORREIO, 2001, p. A/8) Ademais, salienta-se o que foi dito no capítulo 2 desta monografia, no qual Corrêa (1993) explica a ação conjunta do Estado com o grupo social excluído, no caso do objeto deste estudo, o governo municipal uberlandense e o bairro Dom Almir, juntos produzindo o espaço urbano, modelando-o.

Ainda no ano de 2011, constatou-se durante a pesquisa de campo, que o asfalto no bairro Dom Almir foi implantado somente na via principal de circulação, denominada Avenida Solidariedade. Segundo entrevistados relatam, só há asfalto nos locais onde o transporte público transita. Na figura abaixo, o destaque para a principal via do bairro, a Avenida Solidariedade.

FIGURA 09: Dom Almir: Vista da Avenida Solidariedade



Fonte: Pesquisa de campo (2011)

Com base nas entrevistas durante a pesquisa de campo durante o ano de 2011, realizadas com os moradores, lideranças comunitárias e outros atores sociais que compõem a

dinâmica urbana do bairro Dom Almir, verifica-se que embora nos dias atuais o bairro disponha de água encanada, tratamento de esgoto, luz e asfalto, a população do local ainda carece de serviços urbanos que favoreçam seu desenvolvimento. Neste sentido, foram unânimes entre os entrevistados que as principais melhorias que o governo municipal deveria atender-se são: construção de escolas de segundo grau, creches, postos de saúde, quadra de esporte e rede pluvial.

Cabe aqui mencionar, que no Dom Almir a prefeitura construiu unidades escolares e um posto de saúde de atendimento ambulatorial, todavia não atendem com eficácia à demanda do local. No tocante, atualmente o bairro dispõe somente de uma escola municipal de ensino fundamental. Contudo, os estudantes que cursam o segundo grau têm que se deslocar para os bairros vizinhos para estudar. Utilizar o transporte público para isto constitui como um problema urbano, pois os ônibus em circulação não são suficientes para suprir as necessidades deste contingente. Quanto ao posto de saúde, elucida-se que a demora no atendimento e a falta médicos é motivo de reclamação da comunidade. O mesmo ocorre com a única creche municipal. A falta de vagas é recorrente.

Desta forma, conforme elucidado no marco teórico desta monografia, a união comunitária é um instrumento eficaz na luta pelo direito à urbanidade, pelo direito ao acesso aos serviços públicos de qualidade. Sobre o referido, a luta pelo direito à cidade realizada pela moradora é fundamental para a comunidade do Dom Almir. Ela é uma das coordenadoras da ONG “Arte e Consciência”, em funcionamento desde o ano de 2006. A ONG em questão dispõem de serviços como creche, atendimento médico, centro profissionalizante e fábrica de velas. De acordo com a coordenadora, todos estes serviços possuem o intuito de promover o desenvolvimento do bairro.

À respeito dos serviços prestados pela ONG “Arte e Consciência”, merece destaque o atendimento médico fornecido para as crianças do bairro, realizado por meio da parceria com a entidade religiosa “Pastoral da Criança”. A médica responsável pelos atendimentos na ONG, possui especialidade em pediatria e trabalha voluntariamente em projetos sociais no Dom Almir desde 1999. Segundo relato durante entrevista, a Dra. afirma que acompanhou o desenvolvimento do bairro e destaca a atuação da moradora coordenadora da ONG, na busca por soluções para os problemas do local. A médica ainda revela: “Em termos de pobreza, esse [Dom Almir] é o bairro mais pobre que eu atendo. Os outros locais são mais estruturados”. A médica atende cerca de 18 crianças em todas às visitas ao bairro. Além das consultas médicas, também fornece gratuitamente medicamentos para os pacientes. Sobre isto, a figura 05, logo abaixo, é ilustrativa:

FIGURA 10: ONG – Arte e Consciência – atendimento médico gratuito para a comunidade do Dom Almir



Fonte: Pesquisa de campo (2011)

Ainda à respeito das reivindicações, de acordo com os moradores, os políticos somente aparecem em época eletiva, contudo quando assumem o poder municipal poucas melhorias são realizadas para a população do bairro, motivo de revolta para os moradores. Um exemplo disto é a reivindicação pela construção da rede pluvial. A ausência da mesma causa inúmeros transtornos no cotidiano dos moradores do bairro, corroborando para a indignação dos mesmos, fato que está evidenciado na palavra do líder comunitário em vídeo de ampla circulação na internet:

O povo já não aguenta mais a falta de consideração pela comunidade aqui na região leste de Uberlândia. É um descaso da administração pública com a nossa comunidade. [...] Então o que acontece é o seguinte: é um verdadeiro descaso dessa administração que 'tá' aí. Fica aí o nosso apelo. [...] Fica o nosso registro aí, porque o povo já não aguenta mais. (Marquinho do Megabox, Líder comunitário do bairro Dom Almir, 2012. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=7uEC-GY3TPM>)

Em linhas conclusivas acerca do habitat urbano do Dom Almir, é relevante verificar que uma questão central no entendimento da problemática urbana do bairro é a situação jurídica constituir um fator impeditivo para os investimentos em infraestrutura urbana no local, o qual interfere na velocidade do desenvolvimento do bairro. Um exemplo simples e ilustrativo disto é que todos os estabelecimentos comerciais existentes no bairro estão localizados na única via asfaltada, a Avenida Solidariedade. Desta forma, conclui-se que o desenvolvimento da infraestrutura foi acompanhado pela melhoria na qualidade de vida da

população. Contudo, deve-se ressaltar que a instalação da infraestrutura urbana na área do Dom Almir foi toda implementada a partir das reivindicações da população local. Assim, a atuação da comunidade foi fundamental para o progresso econômico e social do bairro.

Nesse sentido, é possível inferir uma importante elucidação sobre o objeto de estudo desta monografia: a união comunitária mais uma vez mostrou-se eficaz na luta pelo direito à cidade. Sobre isso, a palavra do líder comunitário, durante entrevista de campo é pontual: “O desenvolvimento vem da comunidade, devido à luta da comunidade”.

5.4 A Luta Pelo Direito à Cidade: A busca pela regularização fundiária no centro da análise

A abordagem de Lefebvre (2011) apresentada no capítulo 2 deste trabalho autoriza, nesta altura do estudo, a seguinte postulação: a história do Dom Almir em Uberlândia (MG) é a busca pelo “Direito à Cidade” em sua essência. No ano 2012 completou-se 22 anos de existência do bairro e remontar sua trajetória é verificar como a união comunitária é eficaz na defesa dos direitos à urbanidade. Conforme abordado no capítulo teórico desta monografia, especificamente no tópico 2.4 “Contextualização dos Movimentos Urbanos na Busca Pelo Direito à Cidade”, evidenciou-se como a organização comunitária reforça o sentimento de pertencimento na dinâmica urbana (LEFEBVRE, 2011), e que esta relação presente dentro da comunidade, não só promove benefícios no âmbito político, social e econômico para o bairro, bem como demonstra que a boa vontade comunitária é um instrumento adequado na busca ao acesso de “bens coletivos” de forma igualitária. (HARVEY, 1980).

A partir desta linha argumentativa, é importante salientar que o Dom Almir é literalmente um bairro construído pela comunidade local, desde a escolha do nome do bairro até reivindicação para a construção da primeira infraestrutura no local, conforme já abordado neste capítulo. A participação da população do Dom Almir sempre foi recorrente, na qual por meio de assembleias, prevaleceu sempre o bem comum dos habitantes como um todo.

Segundo entrevista concedida na pesquisa de campo, a assistente social da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano relata sobre a população do Dom Almir: “Foi o povo que mais cresceu politicamente e socialmente em Uberlândia”. Tal afirmação é assertiva, portanto, pois vem ao encontro da elucidação teórica de Engels (1975) trabalhada no subtópico 2.2.1 “Da cidade à Sociedade Urbana: capitalismo, industrialização e pauperização”. No tocante, naquela passagem do texto foi demonstrado, sob o contexto da Revolução Industrial, como a consciência política emergiu e foi importante no processo de urbanização da Inglaterra, a

partir das reivindicações do movimento operário inglês ao colocar em pauta o descaso dos dirigentes com a situação da pobreza urbana que aprofundava-se.

Neste sentido, a conscientização política sobre os direitos à urbanidade é característica dos moradores do Dom Almir. Todos os habitantes do bairro, sem exceção, durante as entrevistas e visitas ao local, demonstraram estar a par do que lhe é devido enquanto cidadãos. Especialmente no que diz respeito aos aspectos à regularização fundiária de assentamentos urbanos, dispostos na lei federal nº 11.977 de 7 de Julho de 2009, artigo 46²⁹, pois representa uma questão de interesse comum aos moradores do bairro Dom Almir. Cabe ressaltar que, embora existam leis como esta, que regulamentem e assegurem aos cidadãos direito à regularização fundiária, até os dias atuais, a prefeitura municipal de Uberlândia não considera um bairro “propriamente dito”, devido a sua situação irregular.

Dentro desta perspectiva, conforme analisado no tópico 2.3, com base em Corrêa (2005), foi explicado que tais instrumentos utilizados pelo poder municipal – Plano Diretor e Estatuto da Cidade – representam um importante mecanismo de intervenção estatal na produção do espaço urbano, embora cumpram somente os interesses do grande capital e não da população carente. Assim, o que a realidade do bairro demonstrou foi que ainda não se configura como prioridade para a Prefeitura do município a regularização do loteamento onde o Dom Almir foi construído. Tal situação já perdura há pelo menos 20 anos.

É importante explanar que para a pesquisa desta monografia, foi foco realizar entrevistas com inúmeros atores sociais que compõem a *modelagem* do espaço urbano do bairro Dom Almir, seguindo a linha teórica sugerida por Corrêa (2003), fundamentada no capítulo 2. Dentro deste contexto, entrevistou-se, dentre outros *agentes modeladores*, os funcionários da Prefeitura Municipal de Uberlândia, enquanto representantes do Estado. No tocante, a partir de um relatório técnico³⁰ elaborado pela Secretaria de Planejamento em

²⁹ De acordo com o Congresso Nacional, por meio da lei federal nº 11.977 de 7 de Julho de 2009, no capítulo III “Da Regularização Fundiária de Assentamentos Urbanos”, artigo 46, são garantidas à população brasileira:

Art. 46. A regularização fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm).

³⁰ Para mais informações, verificar em “Anexo C”, o Relatório Técnico completo expedido pela Prefeitura Municipal de Uberlândia à respeito do Loteamento Residencial Dom Almir.

Urbano (SMPU) para fins de pesquisa deste trabalho, a coordenadora do Núcleo e Uso e Ocupação do Solo explica sobre a localização e a origem do loteamento:

O loteamento Residencial Dom Almir localiza-se no Setor Leste da cidade de Uberlândia, lindeiro ao loteamento Jardim Sucupira e próximo ao Aeroporto. [...] A gleba desse parcelamento é parte integrante de uma gleba maior, de propriedade de João Costa Azevedo, que faleceu em 1962, sem deixar testamento. Houve uma partilha desse imóvel, da qual resultaram algumas glebas, estando incluída a área do loteamento Residencial Dom Almir, porém alguns herdeiros contestaram esta partilha, sendo posteriormente anulada a divisão. Através do Projeto nº 2013, de 03/04/1991 é aprovado o loteamento Residencial Dom Almir entretanto em 1993, devido a anulação da partilha o loteamento é cancelado. Em decorrência da anulação da partilha ficou sem validade aprovação do loteamento Residencial Dom Almir, e até a presente data, não se conhece o desfecho do processo judicial referente a nova divisão do imóvel do Sr. João Costa Azevedo.

Diga-se de passagem, a gleba maior que a coordenadora faz menção concerne atualmente aos bairros irregulares tal como o Dom Almir, a citar: Celebridade, Joana D'Arc, Prosperidade, São Francisco e Zaire Rezende. (PMU, 2011) Assim, durante as entrevistas concedidas pela coordenadora do Núcleo e Uso e Ocupação do Solo fica claro a preocupação em não referir o bairro Dom Almir como um bairro propriamente dito. E é justamente esta questão que permeia toda a história do Dom Almir desde o princípio: a luta incessante dos moradores para a regularização fundiária da área. Esta é problemática principal do bairro e dela derivam outras, não menos importantes, como a construção de infraestrutura urbana adequada.

À respeito dos elementos jurídicos presentes na trajetória da constituição do bairro Dom Almir, o advogado da Pastoral da Terra, que move ação de 7.000 famílias em favor da regularização das áreas dos bairros irregulares da periferia leste de Uberlândia, em entrevista durante a pesquisa de campo em 2011, relata que a história das terras pertencentes atualmente ao Dom Almir são permeadas pelo clientelismo político. Ele ressalta que os moradores do Dom Almir não foram invasores. A área do Dom Almir na realidade é resultado de um remanejamento urbano promovido pelo Prefeito Virgílio Galassi durante a gestão 1989 a 1992:

Com exceção dos bairros Prosperidade e Dom Almir que respectivamente, foram frutos de um loteamento irregular promovidos pelos advogados dos inventariantes do João da Costa Azevedo que faleceu sem deixar bens e o outro que foi fruto da iniciativa do Prefeito Virgílio Galasse, que transferiu habitantes sem-teto do bairro Seringueira para esta região, todos os outros tiveram origem em invasões urbanas. Esses bairros irregulares, certamente, por serem partes de terras de um inventário não resolvido até hoje, motivou de modo decisivo as invasões urbanas nesta região de Uberlândia, pois como muitos sem-teto (pobres e sem condição de pagar o aluguel) sabiam dos rolos e injustiças ocorridas com as terras dos herdeiros "Costas", optaram por seguir lideranças locais que ocuparam essas terras de difícil identificação dos proprietários.

A oratória da moradora que reside no Dom Almir desde 1999 vem ao encontro das informações fornecidas pelo advogado da Pastoral da Terra, pois, em entrevista, ao ser indagada à respeito das origens das terras do bairro, relata:

Tem uma parte antiga, que é o Dom Almir mesmo e tem um assentamento. Uma família foi tirada lá do Seringueira e o bispo da época, que era o Dom Estevão, trouxe as famílias e assentou aqui no Dom Almir. Tanto é que uma briga entre a igreja e prefeitura, que não libera o documento.

Por meio desta declaração fica explícito a presença do embate entre a Prefeitura Municipal de Uberlândia e lideranças religiosas locais ligadas a igreja católica, ou seja, uma própria *arena de disputas* (LINS, 2009). O “documento” que a moradora faz menção diz respeito à escritura da casa, o qual nenhum habitante do Dom Almir detém e a moradora completa: “Toda a área, toda esta região aqui [Dom Almir], ninguém tem o documento da casa. Nenhuma casa tem escritura, só tem a planta.”

Paralelamente a tal *arena de disputas*, a mídia jornalística da época reportou para a população de Uberlândia que a situação do bairro Dom Almir era fruto do “Projeto de Desfavelamento” de 1990, promovido pela Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social e executado pela Empresa Municipal de Urbanização e Construções Populares (EMCOP). O projeto em questão pretendia eliminar focos de favelização em Uberlândia por meio da liberação de terreno, bem como o subsídio para compra do mesmo. Contudo, alguns pré-requisitos eram exigidos, como por exemplo, estar empregado e com os filhos matriculados na rede educacional. (JORNAL CORREIO DO TRIÂNGULO, 1991)

Ainda de acordo com reportagens do ano de 1991, em virtude da dificuldade em atender todas as exigências da Prefeitura e obter o auxílio oferecido por meio do “Projeto de Desfavelamento”, famílias de baixa renda, numa ação conjunta, ‘invadem’ terras devolutas na parte leste da periferia de Uberlândia em agosto de 1990, área esta que viria a se denominar “Dom Almir”. Segundo reportagem da época da ‘invasão’, “Todos os dias chegam novas famílias no Bairro Dom Almir. Estas pessoas não são desempregadas ou vadias. São pessoas cuja renda não lhes permite pagar o aluguel ou mesmo construir um imóvel em melhores condições”. (CORREIO DO TRIÂNGULO, 1991) O caso do vigilante Pedro Pereira da Silva, funcionário público municipal, retrata muito bem esta situação: “invadimos a área, uma vez que não nos enquadrámos nas exigências para comprarmos uma casa pela EMCOP.” (O TRIÂNGULO, 1991, p.3)

As ocupações nas terras que então vieram a constituir o bairro Dom Almir configuram segundo Pereira (2010)

Um novo comportamento social que se instalou decorrente da questão habitacional, manifestando-se através das invasões e favelizações. [...] Recrudesceram assim, movimentos populares, alimentados pelo desespero que traz o desabrigo, induzindo as pessoas a se unirem para ocupação de terrenos vagos. (PEREIRA, 2010, p.556)

No tocante sobre a tramitação jurídica em prol da regularização da área do Dom Almir, de acordo com o advogado da Pastoral da Terra, perdura desde o início da década de 90, ou seja, desde a origem o bairro. Assim, de acordo com documentos oficiais concedidos pelo referido advogado, o loteamento denominado Dom Almir foi desapropriado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia em 17 de Setembro de 1990 e perante escritura pública³¹ a prefeitura em 05 de Dezembro de 1990 doou a referida área a Empresa Municipal de Urbanização e Construções Populares – EMCOP. De acordo com a escritura de desapropriação expedida em 17 de setembro de 1990 pelo Cartório do Primeiro Registro de Imóveis da Comarca de Uberlândia, a desapropriação tinha como objetivo:

[...] este imóvel foi declarado de utilidade pública, para efeitos de desapropriação destinado à urbanização e construção de casas populares à famílias de baixa e média rendas, conforme o Decreto nº 4825 de 13/09/90, de acordo com o Processo Administrativo nº 15.560 de 14/09/90, os desapropriados reconhecendo ser justa e necessária a medida, concordam portanto com a desapropriação[...].

Contudo, conforme a informação dada pela coordenadora do Núcleo e Uso e Ocupação do Solo da Secretaria de Planejamento em Urbano (SMPU) elucidada no início do presente capítulo, informação esta comprovada pelo documento expedido pelo Cartório do Primeiro Ofício de Registro de Imóveis fornecido pelo advogado da Pastoral da Terra, em 08 de Junho de 1993, o Juiz de Direito em exercício da época deferiu o pedido de cancelamento da matrícula de regularização do loteamento Dom Almir, permanecendo sem alterações até os dias atuais.

Dentro desta perspectiva, pelo fato da irregularidade fundiária do loteamento periférico no qual localiza-se o bairro Dom Almir, era comum durante os dois primeiros anos de formação do bairro os moradores serem referenciados como sem-teto pela gestão municipal da época, bem como pela mídia jornalística, conforme mostrado na página anterior. Contudo, a partir das informações coletadas durante a pesquisa de campo, conclui-se que esta característica não se aplica aos habitantes do Dom Almir, visto que quando mobilizaram-se em direção a área, o loteamento estava em processo de desapropriação e o próprio prefeito os

³¹ A referida escritura pública está disponível nos Anexos desta monografia.

transferiu para aquela área. Os sem-teto são de fato o contingente que veio após este primeiro momento. Estes, quando tomaram conhecimento de que a prefeitura estaria fornecendo facilidades para a compra de terrenos e construção da casa própria, acamparam nas redondezas do loteamento do bairro Dom Almir, áreas a qual viria a se constituir o restante dos bairros irregulares.

Neste sentido, vale destacar a postura de total repúdio do prefeito da época Virgílio Galassi com relação à situação das famílias do Dom Almir. O título da reportagem datada em 21 de Janeiro de 1992 fica claro isto: “Virgílio reafirma que não dará apoio a invasores sem-teto”. De acordo com o Prefeito, a prefeitura não possuía intenção alguma em promover o assentamento das mesmas e que a responsabilidade do poder municipal era somente com a população uberlandense. Além disso, segundo a fala do Prefeito: “[...] Eu recomendo que voltem para casa; voltem para o local de onde vieram, porque estas pessoas saíram de algum lugar e vieram para cá para pesar em cima da sociedade uberlandense.” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 1992, p.92)

Como contraponto, o frei Rodrigo de Castro Amédée Péret, coordenador da Pastoral e Social no Meio Rural, que defendia o assentamento urbano das famílias no Dom Almir, criticou a postura do Prefeito Virgílio Galassi ao afirmar que “O prefeito está abdicando de suas responsabilidades como prefeito ou se esquece da Constituição.” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 1992, p.9) Ainda nesta reportagem o Frei explanou que o prefeito ao condenar as famílias acampadas do Dom Almir como “invasores” se exime da “Lei do Fundo Municipal de Habitação Popular”³² que garante a compra de terreno para a população de baixa renda. No tocante, o Frei também analisou que tal posicionamento do prefeito traduz sua má vontade política em resolver a situação dos moradores sem-teto e sugeriu na época: “Em vez de entrarmos em conflitos com essa população, devemos resolver esta questão, as famílias necessitam de uma solução”. (CORREIO DO TRIÂNGULO, 1991, p.9)

Destoando da postura do poder municipal, João Batista da Fonseca, então assessor do deputado estadual Gilmar Machado, possuía a seguinte avaliação sobre os acampados do Dom Almir, o “acampamento é um reflexo do déficit habitacional de Uberlândia, da especulação imobiliária e a política de negligência por parte da Prefeitura Municipal”. (CORREIO DO TRIÂNGULO, 1991, s/p) O assessor ainda afirmou sobre o posicionamento do Prefeito Virgílio Galassi: “Ele se recusa a receber as comissões dessa população carente, há políticos fazendo um trabalho clientelista e tudo indica que a situação vai perdurar por muito tempo”.

³² A descrição completa da Lei nº 5413 do “Fundo de Habitação Popular” expedida em 29 de Novembro de 1991, encontra-se disponível nos Anexos desta monografia.

(CORREIO DO TRIÂNGULO, 1991, s/p) O passar dos anos demonstrou que a opinião do assessor estava correta, pois até os anos 2012 o loteamento o qual o bairro Dom Almir é localizado ainda é considerado pela Prefeitura de Uberlândia como irregular por todos os motivos supracitados.

Foi a partir deste preâmbulo que pairava nos primeiros anos do bairro, ou seja, entre 1990 e 1992: espera e angústia por parte dos moradores, repúdio da Prefeitura, a opinião crítica do poder estadual e o apoio de entidades religiosas em prol das famílias do Dom Almir.

Após duas décadas sem respostas contundentes advindas do poder municipal acerca do processo de regularização fundiária, no ano de 2011, as famílias residentes no bairro Dom Almir, bem como do restante dos bairros irregulares de seu entorno – São Francisco, Joana Darc, Zaire Rezende, Celebridade e Prosperidade –, também em situação irregular, uniram esforços e criaram a Associação dos Bairros Irregulares de Uberlândia (ABIU). Tal movimento comunitário, liderado por “Marquinho do Megabox”, objetivou a elaboração de uma petição judicial solicitando a legalização dos lotes por meio do projeto “A minha casa agora é minha”. Segundo a liderança, foi o caminho encontrado pelos moradores para agilizar o processo de legalização das terras, bem como garantir o direito da população periférica ao acesso à moradia e benfeitorias públicas: “Entramos com a petição para garantir os nossos direitos, porque nós achamos que temos direito sim à moradia. Temos também direito à escola, saúde, saneamento básico. Nós temos todos estes direitos.”

Ainda segundo a liderança comunitária da ABIU:

Entramos com a petição para solicitar para a Prefeitura Municipal de Uberlândia a emissão da posse, pedimos à justiça, fazer com que a prefeitura fizesse a legalização dos imóveis para nós, porque há mais de sete anos que a prefeitura já tinha a posse dos imóveis. Já tinha, porque já tinha desapropriado. A prefeitura que é dona do imóvel e nada foi feito pela gente. [...] Então, o que a gente fez? A gente procurou a justiça através do nosso movimento comunitário aqui da associação junto com o povo.

Para tanto, foi contratado um escritório de advocacia, já mencionado neste tópico. Segundo relata o advogado responsável pelo escritório, em entrevista, durante o período de elaboração da petição, foram realizados atendimentos personalizados às famílias, que objetivavam esclarecer as estratégias legais que poderiam ser utilizadas no processo de regularização dos terrenos. Sobre isto, o líder comunitário ressalta que estar à par dos aspectos jurídicos que contemplam a problemática fundiária do local é um importante instrumento em defesa aos direitos da comunidade.

O líder ressalta que o povo do local não pode mais esperar a boa vontade política dos dirigentes municipais em busca de soluções para a regularização, até porque, segundo ele, em entrevista, legalizar as terras é um direito do povo: “[...] Ninguém aqui está fazendo favor para ninguém. Aqui estamos fazendo o que já teria sido feito há cinco anos atrás, a legalização para nós. Só que fica aí esperando, esperando as políticas para fazer média com o sofrimento do povo pobre daqui da região leste da região de Uberlândia.” Ainda de acordo com a opinião da liderança comunitária, a legalização dos loteamentos do bairro Dom Almir e redondezas trará o desenvolvimento da região, que até agora foi promovido sobremaneira pela própria comunidade do bairro Dom Almir, como foi demonstrado ao longo deste capítulo.

Assim, a luta dos moradores continua, priorizando os interesses comuns comunitários na defesa pelo direito à cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre o “direito à cidade”, incitado por Henri Lefebvre, vem tornando-se temática recorrente no contexto das atuais questões que revestem a problemática urbana comum aos países que experimentaram a urbanização recente. Com efeito, a trajetória histórica do bairro Dom Almir mostrou-se não ser um fato isolado na história da produção do espaço urbano brasileiro, e o conhecimento adquirido sobre a realidade estudada por meio do estudo de caso, propiciou esta pesquisa concluir, precipuamente, que o objeto de estudo desta monografia representa um caso ilustrativo de que a organização comunitária é um poderoso instrumento político na promoção do desenvolvimento de locais caracterizados pelo contexto da pobreza em seu espaço.

A partir dessa exposição, o enfoque analítico da produção social do espaço elaborado por Lefebvre (2011) mostrou que indubitavelmente, devido à própria natureza da intensificação das forças capitalistas – desencadeadas principalmente pelo setor industrial – culminam no processo de interpenetração do urbano no espaço. Contudo, tal fenômeno vem acompanhado pela formação de problemáticas urbanas, que no ponto de vista da bibliografia utilizada, nada mais é do que a constituição do "ponto crítico lefebvriano". Dentro desta perspectiva, além de Lefebvre (2011), autores como Harvey (1980), Corrêa (1995) e Gottdiener (1997) chamam a atenção para a importância da atuação de movimentos urbanos, principalmente sob o ponto de vista comunitário, na busca pelo direito de habitar e ao habitat da cidade, ou até mesmo visando amenizar as precariedades advindas da problemática urbana comum no sistema capitalista de produção. Sumarizando, a ação política consciente dos atores sociais revela-se essencial perante a situação urbana precária.

No que diz respeito à transformação do espaço brasileiro, concluiu-se por meio de pesquisas bibliográficas e estatísticas, que a evolução do urbano no Brasil ganhou velocidade a partir da segunda metade do século XX, tendo a década de 1970 como período de inflexão, pois foi neste momento em que pela primeira vez a população urbana ultrapassou a população rural em termos absolutos e relativos. A ocorrência intensa e acelerada deste fenômeno foi comum não só no Brasil, mas também aos países externos ao centro do capitalismo e correspondeu a um reflexo das transformações estruturais econômicas vivenciadas, especialmente quando o capital industrial entrou em cena, ou seja, a partir dos anos 50. (FARIA, 1991; IBGE, 2012; MARICATO, 2012; OLIVEIRA, 2006)

Cabe ressaltar ainda que o crescimento das áreas urbanas ter sido concomitante ao aumento das áreas carentes nas cidades. Em outras palavras, a urbanização foi acompanhada

pelo surgimento/agravamento da situação de pobreza nos espaços urbanos. (MARICATO, 2012)

Assim, em linhas conclusivas acerca do processo de urbanização ocorrido no território brasileiro, a pesquisa demonstrou que o mesmo foi marcado pela ocorrência de duradouros deslocamentos espaciais populacionais intra-regionais e inter-regionais (SINGER, 1998). Foram movimentos migratórios em direção às metrópoles, principalmente nas pertencentes à região Sudeste, e para as cidades médias, como o município de Uberlândia no Triângulo Mineiro. De acordo com Faria (1991) “Disso vem resultando um sistema urbano dinâmico e crescentemente integrado sob o comando funcional das áreas metropolitanas nacionais de São Paulo e Rio de Janeiro.” (p.103)

Em razão da proximidade da região do Triângulo Mineiro com o circuito industrial de São Paulo e entorno, de 1950 à 1970, Uberlândia passou a cumprir o papel de intermediador comercial e de complementariedade à economia paulista. (SILVA et al, 2001) Este aspecto foi essencial para a consolidação do município uberlandense como o núcleo principal de seu aglomerado urbano. Outra questão que favoreceu para a centralidade regional de Uberlândia foi a construção de Brasília entre 1957 e 1960, período de implantação infraestrutural de energia, transportes, comunicações e armazenamento na região. O setor industrial uberlandense respondeu bem a este processo, e no limiar da década de 1970 já tinha seu parque industrial construído e em pleno funcionamento. Esses fatores, segundo Soares (1988), projetaram Uberlândia no cenário regional, nacional e até internacional.

Reflexo de seus atrativos econômicos, Uberlândia transformou-se na principal “cidade-destino” dentro da dinâmica dos movimentos migratórios regionais do Triângulo Mineiro ocorrido desde 1970 (SILVA et al, 2001). A pesquisa de campo realizada no Dom Almir verificou que os moradores oriundos de movimentos migratórios, mudaram seu local de residência para o município uberlandense motivados pela chance de ocupar uma vaga no mercado de trabalho formal, e também, de construir a moradia própria. A própria história do líder comunitário “Marquinho do Megabox” serve de referência para isso. Migrante inter-regional, instalou-se em Uberlândia com a esperança de melhores condições de vida, e atualmente é proprietário do maior comércio do bairro.

Neste sentido, a pesquisa concluiu que o surgimento do bairro Dom Almir, sem dúvida alguma, é um reflexo da centralidade regional de Uberlândia. No tocante, por meio de um estudo de caso, utilizando-se entrevistas e constantes visitas ao local como recursos de coleta de dados, foi possível verificar que as principais transformações no espaço urbano, em aspecto de melhorias infraestruturais e fornecimento de serviços públicos foram

alavancadas pelos seus moradores, num constante movimento reivindicatório pela busca do “direito à cidade”. Assim, dentro desta dinâmica, a questão da liderança local ganha força, pois é dela que provém o desenvolvimento da economia do bairro.

Vale ressaltar, que a pesquisa documental, durante a pesquisa de campo, foi uma importante ferramenta metodológica para resgatar a memória do bairro. Fotografias e documentos oficiais aliados aos depoimentos obtidos nas entrevistas puderam reconstruir a trajetória histórica do Dom Almir, desde o movimento de ocupação das terras até a transformação urbana dos dias atuais.

Além disso, também foi possível identificar por meio do estudo de caso do bairro Dom Almir, que muito do que a teoria selecionada para este trabalho vem ao encontro do empírico. Revela-se aqui, que das elucidações mais importantes sobre isso, são que os problemas sociais contemporâneos provenientes do aprofundamento das forças capitalistas, estão cada vez mais articulados aos problemas de natureza espacial. Um exemplo eloquente é a problemática urbana do bairro Dom Almir estar centrada essencialmente na questão da regularização fundiária das terras desta localidade, realidade a qual atua como uma espécie de “freio” para o desenvolvimento da economia do bairro. Outra questão relevante identificada a este respeito, foi acerca dos custos locacionais e de acessibilidade estudados por Harvey (1980). Conclui-se que os mesmos afetam sobremaneira a renda dos moradores do bairro Dom Almir. Esta situação foi ainda mais recorrente no início da trajetória do local. Tal realidade também representa ser recorrente em muitos bairros periféricos pobres de cidades brasileiras.

Outra importante articulação entre a teoria e a realidade estudada foi entender a produção do espaço urbano do Dom Almir como uma verdadeira escultura social, produzida e reproduzida por vários agentes sociais, e também, identificar a ótica do grupo social excluído dentro desta dinâmica. (CORRÊA, 1993) No caso do objeto deste estudo, ocupação urbana foi a maneira que seus moradores encontraram para pertencer à cidade de fato.

Em termos gerais, o desenvolvimento desta monografia encontrou dificuldades para conseguir dados oficiais sobre a trajetória do bairro, isto porque diante do Estado o Dom Almir não é um bairro propriamente dito, devido sua situação de irregularidade fundiária. Assim, para quantificar e qualificar a população do bairro inicial e atual, por exemplo, foi necessário investigar estes dados por meio de entrevistas.

Portanto, o estudo sobre a trajetória do bairro Dom Almir em Uberlândia/MG é um caso ilustrativo acerca do debate do “direito à cidade” elaborado por Henri Lefebvre. A partir do enfoque da produção social do espaço, conclui-se que a irregularidade fundiária é a

principal problemática urbana vivenciada no bairro, e delas derivam outras, não sem menos importância, conforme abordado no capítulo 5 desta monografia.

Seria ainda salutar em possíveis trabalhos futuros, investigar outros movimentos sociais urbanos, com trajetórias semelhantes ao objeto de estudo deste trabalho, dentro do estado de Minas Gerais que visem o “direito à cidade” no sentido empregado por Lefebvre (2011). O estudo de caso da ocupação da “Comunidade Dandara” em Belo Horizonte, por exemplo, poderia ser interessante, pois representa igualmente um movimento de renovação urbana, colocando em pauta a questão do “ponto crítico lefebvriano” e as alternativas encontradas pelos extratos sociais pauperizados para sobreviver dentro da dinâmica da produção social do espaço.

REFERÊNCIAS

BERTOLUCCI JR., Luiz et al. **Urbanização, migração e emprego: uma análise de municípios no Triângulo Mineiro e no Sul de Minas**. Seção temática: O social, o econômico e o político no contexto dos fluxos migratórios. Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP: Caxambu, 2006.

BESSA; Kelly C. F. O. Constituição e expansão do meio técnico-científico-informacional em Uberlândia: o local na era das redes. In: SANTOS, Rosselvelt J.; RAMIRES, Júlio C. de L. (Org). **Campo e cidade no Triângulo Mineiro**. Uberlândia: EDUFU, 2004. p. 59-91.

BUONFIGLIO, Leda Velloso. **O 'direito à cidade' apropriado: da utopia dos sem-teto ao modelo de gestão do Estado**. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis, Brasil. Artigo. Florianópolis: Ufsc, 2007. p. 266 - 284. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/leda_buonfiglio.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2012.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CEPES. **Uberlândia: Painel de Informações Municipais 2011**. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/sites/ie.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/%20Painel%20de%20Informa%C3%A7%C3%B5es%20Municipais%20-%20Uberl%C3%A2ndia%20-%202011_a.pdf> Acesso em 21 jan. 2013

CEPES. **Perfil da indústria no município de Uberlândia-MG: Relatório Final de 2004**. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/sites/ie.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Anexos_PerfilIndustria.pdf> Acesso em: 01 fev. 2013

CÉZAR, Clovis. **UBERLÂNDIA: dinamismo e progresso**. Revista Uberlândia Ilustrada, 1961.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 2. ed. São Paulo (SP): Atica, 1993

_____. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo (SP): Atica, 1995

_____. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo (SP): Atica, 2003

CORRÊA, Geovana de Medeiros. **A habitação social em foco: Uma abordagem sobre o programa minha casa, minha vida**. 2012. 192 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa De Pós-graduação Em Economia, Universidade Federal De Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global Editora, 1975.

FARIA, V. E. **Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas.** Novos Estudos, 29 p. 98-119, mar. 1991.

FREITAS, Ruskin. **Regiões Metropolitanas: uma abordagem conceitual.** Humanae, v.1, n.3, p. 44-53, Dez. 2009. Disponível em: <http://www.esuda.com.br/revista_humanae.php> Acesso em: 16 abr. 2012

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Centro de Estatística e Informação Mapa do mercado de trabalho: estrutura e evolução da ocupação formal em Minas Gerais / Fundação João Pinheiro.** Centro de Estatística e Informação – Belo Horizonte, 2008.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** 18º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: GASKELL, George. *Et al.* **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis. Vozes, p.64-89, 2003

GIL, Antônio Carlos Gil. C. **Técnicas de Pesquisa em Economia.** São Paulo: Atlas, 2002. (Cap. 2, p. 31-43; cap. 3, p. 44-61)

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano.** 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1997. 310p

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: Integração nacional e consolidação regional.** Uberlândia: Edufu, 2010.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade.** Sao Paulo: HUCITEC, 1980. 291p.

IBGE. **Censo demográfico de 1940-2007.** Rio de Janeiro, 2007.

IBGE. **PIB dos municípios revela concentração e desigualdades na geração de renda.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=354>. Acesso em: 10 ago. 201

IBGE. **Séries históricas e Estatísticas: População por situação de domicílio (população presente e residente).** Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD91>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

JULIANO, Adir Aparecida; LEME, Heládio José de Campos. **Transformações econômicas e dinâmica migratória recente na área de Uberlândia: um perfil sócioeconômico da população migrante.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002, Ouro Preto. Anais... Ouro Preto: ABEP, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução urbana.** Belo Horizonte, MG: UFMG, 2008

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2011

- LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Cornwall: Blackwell, 1991. 454p.
- LINS, Hoyêdo Nunes. **Economia regional e urbana**. Florianópolis: UFSC/CSE/Departamento de Ciências Econômicas, 2009. 104p.
- LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988. 209p.
- LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. 2.ed. São Paulo (SP): Martins Fontes, 1997. 359p
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro ; O rendimento e suas fontes : a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 242p. (Os economistas)
- MARICATO, Erminia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000400004&script=sci_arttext#tabela1>. Acesso em: 10 fev. 2012.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano Diretor Participativo: Guia para elaboração pelos municípios e cidadãos**. Brasília: The Sans, 2004.
- MIOTO, Beatriz Tamasso. **Movimentos migratórios em Santa Catarina no Limiar do século XXI**. Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- OLIVEIRA, C. A. de. **Crescimento das cidades brasileiras na década de noventa**. *Economia*, Brasília, v. 7, n. 3, p. 431-452, set/dez 2006.]
- PEREIRA, Oscar Virgílio. **Das sesmarias ao polo urbano: formação e transformação de uma cidade / Oscar Virgílio Pereira**. Imprensa: Uberlândia, [s.n], 2010.
- PETUBA, Rosângela Maria Silva. **Pelo direito à cidade: Experiência e Luta dos Ocupantes de Terra do Bairro D. Almir Uberlândia (1990-2000)**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp000238.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2012. PETUBA, 2001
- PMU. **Uberlândia - Número de Empregados em 31/12 segundo Tamanho do Estabelecimento e Grandes Setores IBGE**. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/sites/ie.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/numeroempregados1.pdf> . Acesso em: 02 nov. 2012
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **LEI Nº 11.977, DE 7 DE JULHO DE 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm>. Acesso em: 12 dez. 2012.
- QUEIROZ, Diego. **Evento na SUFRAMA debate redução de custos logísticos para o PIM a partir da utilização do entreposto da ZFM em Uberlândia**. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/suf_pub_noticias.cfm?id=11174>. Acesso em: 23 jan. 2012.

RAMIRES, Julio Cesar de Lima; SANTOS, Márcia Andréia F.. EXCLUSÃO SOCIAL EM UBERLÂNDIA: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DO BAIRRO DOM ALMIR E SEU ENTORNO. **Caminhos De Geografia - Revista On Line Programa De Pós-graduação Em Geografia**, Uberlândia, n. , p.73-87, Não é um mês valido! 2001. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15284>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

RIBEIRO, Rosana et al. O MERCADO DE TRABALHO NA CIDADE DE UBERLÂNDIA. In: SEMINÁRIO DE ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina. **Sessão Temática X – Violência, Saúde e Mercado de Trabalho**. Belo Horizonte: Cedeplar, 2002. p. 1 - 26.

RODRIGO, Jonas. **Estudo de caso - Fundamentação Teórica: TRT 18ª REGIÃO Analista Judiciário**. Disponível em: <<http://www.vestcon.com.br/ft/3116.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos. **Educação ambiental em espaços de exclusão social: os bairros Dom Almir e Joana D'Arc**. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/26/posteres/gelzecamposrodrigues.rtf>. Acesso em: 13 mar. 2012.

SANTOS, André Luiz. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Geografia. **Do mar ao morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis**. Florianópolis, SC, 2009. xix, 639 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Florianópolis, 2009

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos..** 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SHIKI, Shigeo; NEDER, Henrique Dantas. **Condições socioeconômicas das famílias na periferia de Uberlândia**. Uberlândia: Cepas/ie-ufu, 1996. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/sites/ie.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Anexos_Condicoes1996.pdf>. Acesso em: 25 out. 2012.

SILVA, Vitorino Alves da, GUIMARÃES, Eduardo Nunes et al. Aglomeração Urbana de Uberlândia (MG): Formação Sócio-Econômica e Centralidade Regional : In: HOGAN, Joseph, et al (orgs.) Migração e ambiente nas Aglomerações Urbanas. Campinas: Núcleo de Estudos Populacionais/UNICAMP, 2001.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 10a ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Economia política da urbanização**. 14 ed. Revisada. São Paulo: Contexto, 1998.

TAVARES, Maria da Conceição Tavares; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. "Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil". In: **Desenvolvimento capitalista no Brasil - Ensaios sobre a crise**. vol. 1, São Paulo, Brasiliense, 1983.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As Três Metodologias: acadêmicas, da ciência e da pesquisa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

TRIÂNGULO, Correio do. **Cidade entra em processo de “favelamento”**. Uberlândia, 19 nov. 1991.

TRIÂNGULO, Correio do. **Virgílio reafirma que não dará apoio a invares sem-teto**. Uberlândia, 21 jan. 1992.

TRIÂNGULO, Correio do. **Bairro Dom Almir continua atraindo novos habitantes**. Uberlândia, 16 jun. 1991.

TRIÂNGULO, Correio do. **Câmara quer decretação de “emergência” no Dom Almir**. Uberlândia, 12 out. 1991.

TRIÂNGULO, Correio do. **Sem-teto do Dom Almir vivem dias de angústia e tristeza**. Uberlândia, 10 out. 1991.

TRIÂNGULO, Correio do. **D. almir, a miséria à margem da cidade: 354 famílias vivem no bairro em precárias condições de higiene**. Uberlândia, 24 nov. 1991.

TRIÂNGULO, Correio do. **Virgílio reafirma que não dará apoio a invasores “sem-teto”**. Uberlândia, 21 jan. 1992.

UBERLÂNDIA, Jornal Correio de. **Entrepósito da Zona Franca de Manaus em Uberlândia tem treze empresas em operação**. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/entrepосто-da-zona-franca-de-manaus-em-uberlandia-deve-movimentar-r-15-bi-por-ano/>>. Acesso em: 23 jan. 2011.

UBERLÂNDIA, Jornal Correio de. **PIB de Uberlândia supera o de 5 capitais do País: Cidade teve o 30º maior desempenho econômico, em 2006, segundo o IBGE**. Disponível em: <http://www2.correiodeuberlandia.com.br/texto/2008/12/17/33913/pib_de_uberlandia_supera_o_de_5_cap.html>. Acesso em: 23 fev. 2011.

UBERLÂNDIA, Jornal Correio de. **Moradores pressionam Prefeitura e Câmara: Obras de infraestrutura foram embargadas depois da ação da bancada de oposição do governo**. Uberlândia, 11 out. 2001.

UBERLÂNDIA, Prefeitura Municipal de. **11 Motivos para se investir em Uberlândia**. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=investa>>. Acesso em: 07 ago. 2012.

ANEXOS

ANEXO A – TABELA : População Residente na Aglomeração Urbana de Uberlândia de 1970 a 2000 em números absolutos

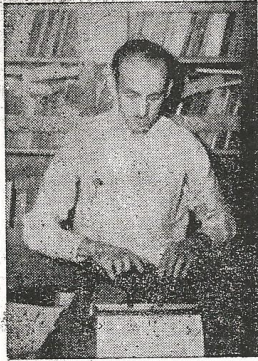
Município	1970	1980	1991	2000
Araguari	64.190	83.519	91.283	101.519
Araxá	36.493	53.414	69.911	78.848
Campina Verde	22.191	21.152	20.080	18.985
Campo Florido	5.132	4.962	4.519	5.325
Canapólis	9.858	7.084	16.278	10.638
Capinópolis	14.324	13.160	15.060	14.371
Cascalho Rico	3.413	2.447	2.629	2.623
Centralina	8.354	11.229	13.820	10.212
Comendador Gomes	3.779	3.224	2.964	2.843
Estrela do Sul	8.612	7.350	7.233	6.881
Frutal	31.128	34.271	41.424	46.577
Guimarânea	5.550	5.447	5.739	6.385
Indianópolis	3.919	3.678	4.861	5.387
Iraí de Minas	3.655	3.427	4.476	5.883
Ituituaba	66.774	74.240	84.577	88.823
Monte Alegre de Minas	14.859	15.110	17.919	17.987
Monte Carmelo	20.710	26.870	34.705	43.894
Nova Ponte	6.500	5.325	10.147	9.216
Patos de Minas	77.290	86.121	102.946	123.708
Patrocínio	36.283	44.376	60.753	73.060
Pedrinópolis	2.561	3.670	4.391	3.352
Perdizes	10.154	9.238	10.735	12.345
Prata	18.700	19.559	24.638	23.424
Romaria	2.141	2.832	3.392	3.722
Santa Juliana	5.591	6.031	7.780	8.074
Tupaciguara	25.887	25.241	26.527	28.430
Uberaba	126.600	199.208	211.823	256.143
Uberlândia	126.112	240.967	367.062	500.095
Veríssimo	4.225	3.414	2.942	2.575
Total Aglomerado	764.985	1.016.566	1.270.613	1.511.325
Minas Gerais	11.487.415	13.378.553	15.743.152	17.835.488
Brasil	93.139.037	119.002.706	146.825.475	169.544.443

Fonte: Adaptação da autora, com base em dados de Silva et al (2001, p.208): IBGE – Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000

ANEXO B – Reportagem sobre o vigoroso crescimento de Uberlândia na década de 1961

Uberlândia - dinamismo e progresso

Clóvis César



Com os seus 70 000 habitantes no perímetro urbano, Uberlândia praticamente viu sua população duplicada em uma década.

Uma das vantagens deste crescimento demográfico é que a duplicação dos meios de habitação que o acompanharam se fez ordenadamente, a ponto de ser uma cidade linda e agradavelmente plantada com supervisão e esmero.

Vários arranha-céus de 12 a 20 andares estão construídos ou em andamento, salientando-se o Edifício Tuvil, o grande Hotel Presidente Juscelino, dois grandes edifícios da "CEGEB", o grande edifício Itaporã de 13 andares na avenida Floriano Peixoto, em fase de acabamento, afora

outros planos já definidos neste setor.

No setor residencial as vivendas luxuosas são simplesmente admiráveis, patentando a enormidade da riqueza particular e o muito bom gosto de seus possuidores.

No âmbito das diversões, possuímos o Uberlândia Clube, o mais afamado do interior do país, o Praia clube, com o maior ginásio com área coberta para festas.

Na esfera da cultura, sobressai a Faculdade de Direito, a Faculdade de Filosofia, a Escola de Engenharia (cujo decreto já foi sancionado) e um grande número de estabelecimentos de ensino secundários e três escolas de comércio.

É de instalação recente a "Bracinvest" - grande companhia de investimentos, com o capital Cr\$50 000 000,00. O movimento bancário é excepcional, tendo-se em vista que o nosso comércio é o mais portento do interior de Minas,

Eis o que podemos sintetizar em uma página de revista, do que se nos oferece à apreciação, sobre esta cidade cujo futuro e possibilidades são ilimitados.



Trecho da avenida Afonso Pena destacando-se o edifício T.V.
Página 34

ANEXO C – Ofício expedido pela Prefeitura Municipal de Uberlândia para a execução da monografia: Pelo “Direito à Cidade”: Estudo Sobre a Trajetória do Bairro Dom Almir (Uberlândia, MG)



Ofício/SEPLAN/DU/NUOS nº 526/2011

Uberlândia, 03 de Outubro de 2001

Prezada Requerente,

Em atenção à solicitação contida no Ofício s/ nº de 24/08/2001, referente ao loteamento Residencial Dom Almir, encaminhamos em anexo Relatório Técnico, Mapa com os Loteamentos Irregulares do Espólio de João Costa Azevedo e Mapa do entorno do loteamento Residencial Dom Almir, conforme solicitação.

Atenciosamente,


RUBENS KAZUCHI YOSHIMOTO
Secretário Municipal de Planejamento Urbano

À Senhora
Juliana Pena Ferrari
Graduanda do curso de Economia da UFSC
Uberlândia - MG


MAA/egn

RELATÓRIO TÉCNICO
LOTEAMENTO RESIDENCIAL DOM ALMIR
(Parcelamento Irregular)

O loteamento Residencial Dom Almir localiza-se no Setor Leste da cidade de Uberlândia, lindeiro ao loteamento Jardim Sucupira e próximo ao Aeroporto.

O loteamento está inserido em Zoneamento, onde são adequados os usos residenciais, comércio e serviços de âmbito local e geral, pequenas indústrias, bem como a edificação de equipamentos sociais e comunitários, tais como escola, posto de saúde e de segurança, lazer, entre outros.

A gleba desse parcelamento é parte integrante de uma gleba maior, de propriedade de João Costa Azevedo, que faleceu em 1962, sem deixar testamento. Houve uma partilha desse imóvel, da qual resultaram algumas glebas, estando incluída a área do loteamento Residencial Dom Almir, porém alguns herdeiros contestaram essa partilha, sendo posteriormente anulada a divisão.

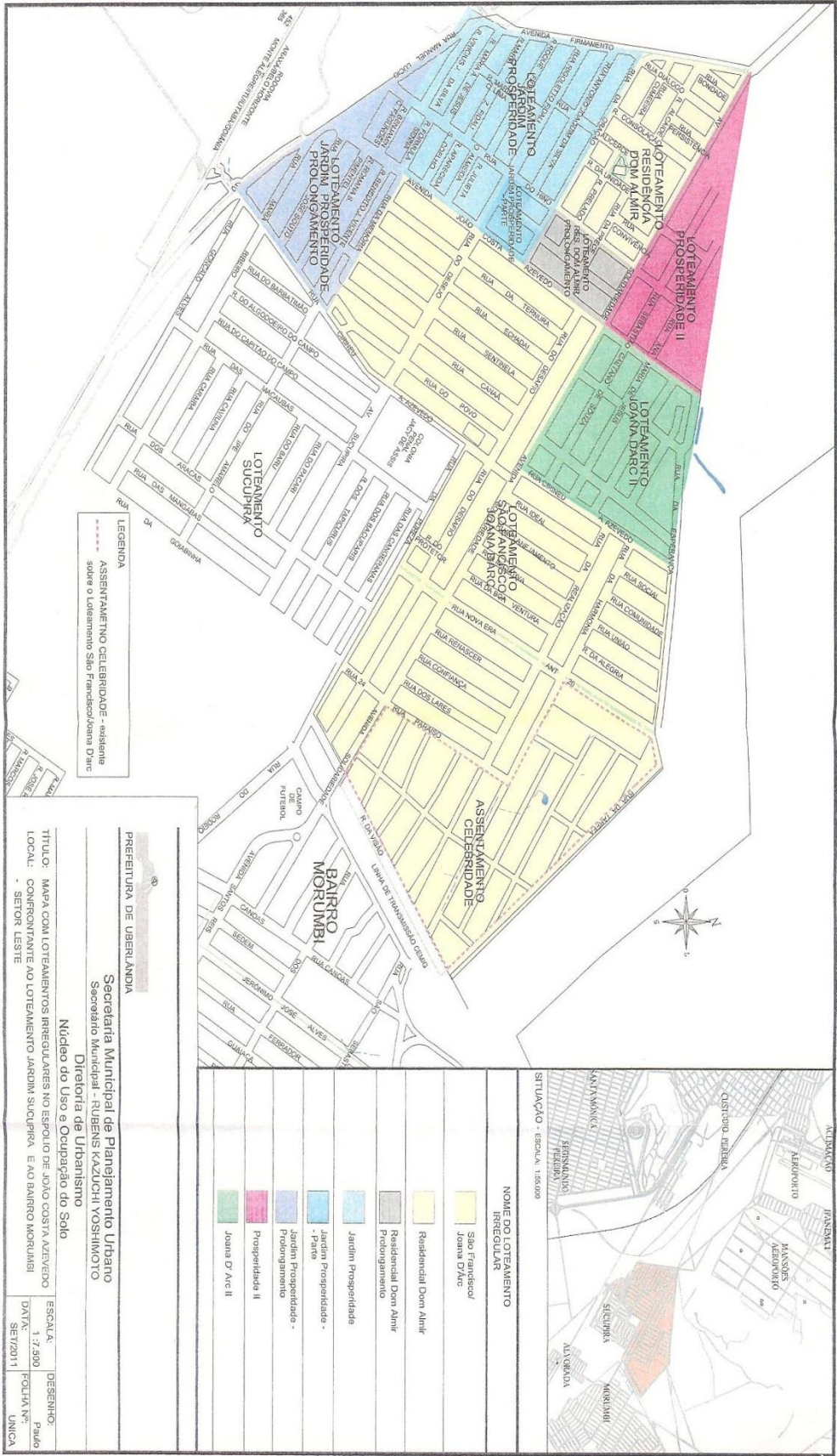
Através do Projeto nº 2013, de 03/04/1991 é aprovado o loteamento Residencial Dom Almir, entretanto em 1993, devido a anulação da partilha o loteamento é cancelado.

Em decorrência da anulação da partilha, ficou sem validade aprovação do loteamento Residencial Dom Almir, e até a presente data, não se conhece o desfecho do processo judicial, referente à nova divisão do imóvel do Sr. João Costa Azevedo.

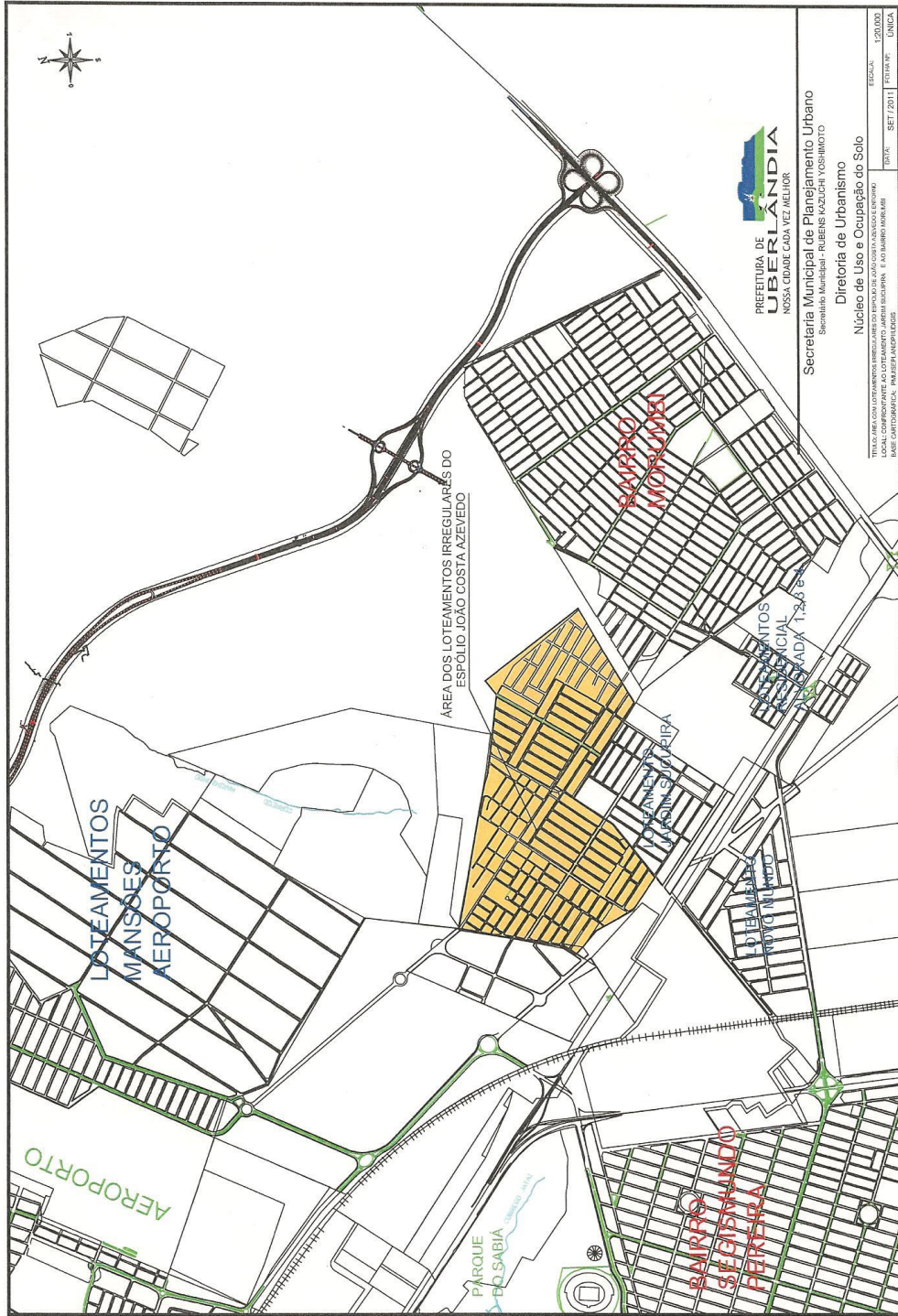
Uberlândia, 30 de Setembro de 2011



MARIA ANGÉLICA DE ALMEIDA
Coordenadora do Núcleo de Uso e Ocupação do Solo

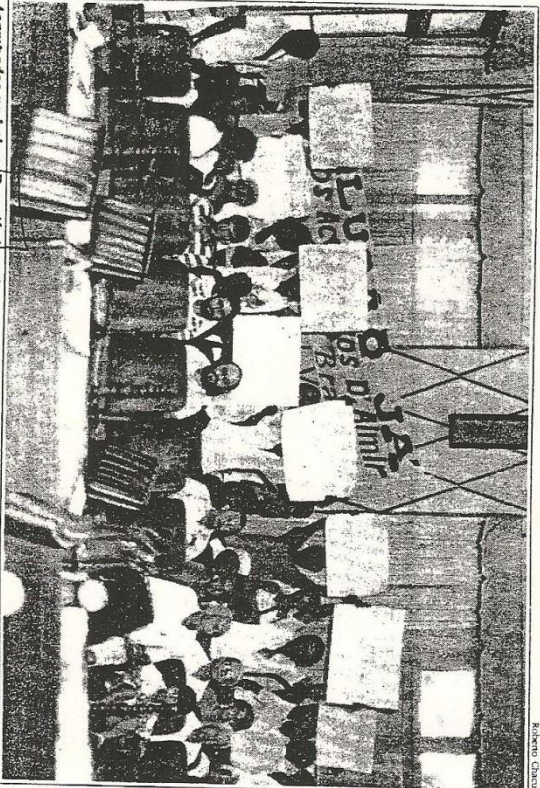


Loteamentos Irregulares do espólio de João Costa Azevedo.dwg

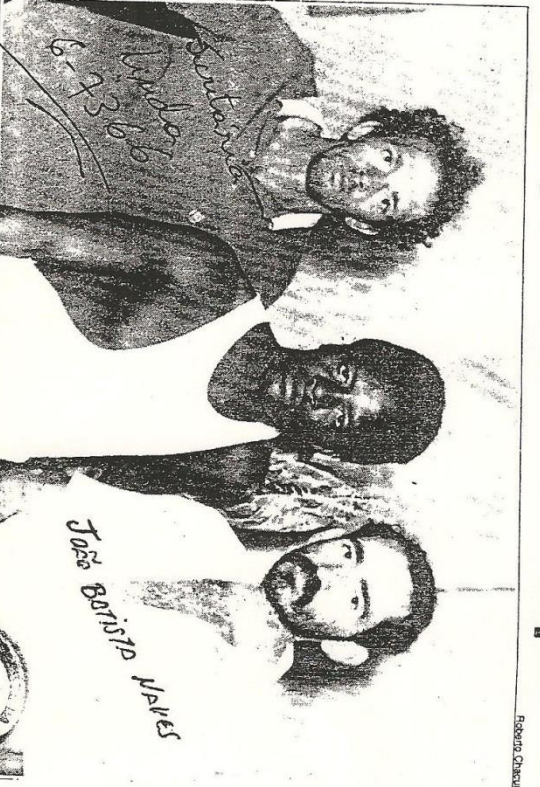


ANEXO D – Reportagens datadas entre 1990 a 1992, período de constituição do Bairro Dom Almir

Acampados estão em cor, passo de espera



Acampados no bairro Dom Almir estiveram na Câmara Municipal pedindo proteção e solução para os problemas



A comissão dos sem-telo com João Batista Naves, à esquerda, e Carlos Henrique Izidio, à direita.

Uberlândia
Tânia Martins

Complicações respiratórias e diarreia nas crianças, fome, frio, sede e subnutrição começam a fazer parte da vida diária dos acampados do bairro Dom Almir, segundo declarações de João Batista Naves, membro da Comissão de Moradores, formada por nove pessoas, encarregada de dialogar com as autoridades. Segundo ele, desde junho, o número de sem-telo saltou de 280 para 400 famílias morando em barracos de lona preta sustentados por barbantes e pedras. Ao longo desse tempo, pressionados pela falta de transporte e a distância, conforme informou Carlos Henrique Izidio, outro membro da Comissão, os acampados desenvolveram ações coletivas visando proteger crianças e idosos tais como: transportar água em carros de aluguel e colherem restos de comida no Cesta para uma cozinha comunitária improvisada a despeito disso, e promessas feitas pelas autoridades, com a exigência de que desocupem a área antes de qualquer solução, os dois sem-

teio afirmaram que a chegada das chuvas em meados de setembro converteu-se em mais uma preocupação.

Com esse espírito, os sem-telo ocuparam a galeria da Câmara Municipal, quarta-feira, pedindo ajuda aos vereadores. Foi indicada da vereadora Nilza Alves (PCB), dois secretários Municipais compareceram à sessão, o da Ação Social e o da Secretaria de Habitação e Meio Ambiente, Joel Cupertino e Ivan Pereira. Ambos voltaram a insistir na legalidade como principal entrave para resolver o problema dos moradores. A Secretaria de Ação Social alegou falta de pessoal para, inclusive, fazer um levantamento das condições dos acampados, porém, admitiu que poderia acionar a Defesa Civil caso a situação o exija no período chuvoso.

Por seu lado, a Secretaria de Habitação e Meio Ambiente informou que os acampados poderão credenciar-se junto às bancas da Encoop, que pertencem os bairros e, como todos os interessados, aguardar a liberação de empréstimo para financiamento de cinco mil terrenos e 14 mil casas pleiteado junto à CEF. Também a Comissão de Vereadores, formada há mais tempo, para intermediar a discussão com o prefeito Virgílio Galassi, prestou conta aos moradores afirmando que, na próxima segunda-feira, deverá acontecer a primeira reunião entre as partes. No entanto, tal reunião não foi confirmada, até ontem, pelo Chefe de Gabinete Sérgio Ribeiro. Os integrantes da comissão de moradores declararam estar cientes de que o prefeito Galassi declarou que não discute o assunto.

Cupertino, secretário da Ação Social, lembrou que o governo federal tem sido responsável pela situação caótica da moradia na cidade e no país, ao considerar como mutante em potencial pessoas com renda de 25 salários-mínimos em diante. João Batista Naves, membro da comissão, lançou um apelo às autoridades no sentido de que a desapropriação dos terrenos e dez outros itens de atendimento emergencial sejam atendidos, ressaltando que os sem-telo estão dispostos a pagar pelo benefício dentro das suas possibilidades.



Bairro Dom Almir continua atraindo novos habitantes

Uberlândia
Da Reportagem Local

Todos os dias chegam novas famílias para se alojarem no Bairro Dom Almir. Estas pessoas não são desempregadas ou viúvas. São pessoas cuja renda não lhes permite pagar aluguel ou mesmo construir um imóvel em melhores condições. Dos 383 barracos ali construídos, a maioria foi erguida por pessoas de outros bairros da cidade ou de fazendas da redondeza. As casas são verdadeiras

choupanas, cobertas de lona plástica ou papelão, com suporte de madeira. Cada barraco abriga casais que têm em média três filhos. As crianças andam descalças, sujas e são mal-nutridas. Sem a infraestrutura necessária, os habitantes (principalmente as crianças) do bairro caminham de um lado para o outro no meio do esgoto exposto e dos montes de lixo. Isso tem provocado dores de cabeça e vômitos nas crianças, levando as mães a temerem que sejam sintomas de Cólera. O local

que está sendo invadido não tem sequer água potável. As mulheres conseguem água junto aos vizinhos que já estão instalados há mais tempo e o problema se complica ainda mais, porque ainda existem pessoas que tentam tirar proveito da situação e cobram até Cr\$ 500,00 por balde de água. Na maioria dos barracos as pessoas usam redes para dormir, sustentadas por pedaços de madeira velha. Além da falta de água, também não há energia elétrica e o transporte coletivo é deficitário.



...des como
...o último
...os pela
...s e eventos
...o acesso
...ública nas

...osito
...os

...Govern
...sistentes,
...onsultada
...do deste
...nu e está
...endo, a
...em que o
...tos outros
...zando o
...termina a
...sados em
...municipi
...sidual e
...termina a
...di apenas
...es
...as no dia
...estas
...sindica

Brasil e a carga aberta

A última reunião do diretório do PMDB uberlandense resolveu aumentar os encontros do partido. As reuniões agora serão quinzenais e não mais mensais. O pedido foi feito pelo deputado Geraldo Rezende, que ainda mantém contatos internos para tentar consolidar sua candidatura a prefeito.

Diretor será apresentado hoje, às 15 horas, na Prefeitura. Planejamento preparou cópias para entidades de classe e populares, para os vereadores, secretários e deputados da cidade, para o vice-prefeito e para jornais. Partidos sem representação não receberam suas cópias na semana que vem.

O Governo deve procurar soluções para crise, se p...

Transf

Ituiubata
Willian Marques

O Juiz Eleitoral nº 144 Eleitoral de Ituiubata, Aurélio de Medeiros publicou na última semana comunicando ter recebido denúncias de que o Prefeito Eleitoral do município Cachoeira Dourada, José Ferreira de Menezes, teria em mãos formulários de inscrição eleitoral à terceiros, interessados em transferir eleitores de



Rumo para os sem-teto

O secretário municipal de Habitação, Ivan Pereira (foto), esteve ontem na Câmara Municipal. Ele foi convocado para falar sobre a construção de casas para famílias de 150 famílias que vivem em barracos no Bairro Dom Almir desde o ano passado.

Takif

Câmara quer decretação de "emergência" no Dom Almir

Uberlândia
Da Redação
CORREIO

30.10.91
"O Dom Almir está pior do que cenário de filme sobre a Guerra do Vietnã". A afirmação é do vereador Izaías Alves (PMDB), que teve aprovado ontem, na Câmara Municipal, um requerimento endereçado ao prefeito Virgílio Galassi (PDS), no sentido de que seja decretado estado de calamidade no bairro. O vereador afirmou que esteve no local pela manhã e constatou que a situação dos moradores do Dom Almir é "grave".

DOC-13
O Dom Almir não é um bairro propriamente dito. Ele foi criado no ano passado para que famílias de sem-teto que invadiram uma área no Parque São Jorge, saíssem do local. Não existe infra-estrutura básica do Dom Almir e as cerca de 300 famílias que hoje moram lá não contam sequer com água e esgoto. Nos últimos dias, as chuvas destruíram ruas e barracos. Segundo Izaías, decretado o "estado de calamidade" no bairro, a Prefeitura poderá acionar a defesa-civil para dar assistência aos moradores. O requerimento foi aprovado por unanimidade.



Quinta-feira, 10 de outubro de 1991

Cidade Geral

100-09



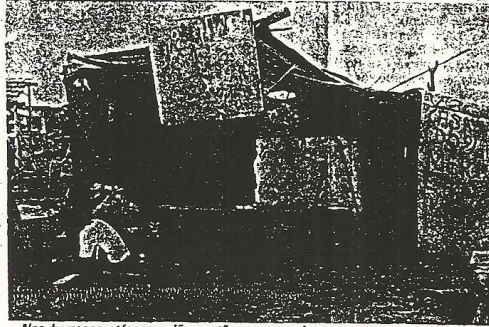
TRIÂNGULO

Sem-teto do Dom Almir vivem dias de angústia e tristeza



A situação vivida pelos sem-teto que invadiram uma área de terra no conjunto Dom Almir, em Uberlândia, tem piorado, sobretudo com a chuva que tem caído sobre a cidade nos últimos dias. Tanto sem-teto, quanto moradores do conjunto oficial, têm demonstrado preocupação, não só no que diz respeito a uma definição por parte das autoridades municipais, mas também quanto à questão de saúde e segurança sanitária no local. A fome, o barro e a miséria têm se alastrado e tomado conta do local, rovocando uma triste vida, que só se piora algumas vezes por sem-teto quando uma perua Kombi e uma instituição espírita chega ao local levando a sopa para os famintos.

O vigilante Pedro Pereira da Silva, funcionário público municipal, relata que "invadimos a área, uma vez



Nos barracos até escorpiões estão aparecendo, para pavor dos sem-teto

que não nos enquadraram nas exigências para comprarmos uma casa pela Emcop". Ele é empregado da Prefeitura e relata também que mora em Uberlândia há nada menos

do que dezoito anos. Seu salário atual é de Cr\$ 54 mil, o que segundo ele é insuficiente para conseguir sua casa própria.

Por outro lado, a situação da maioria dos que lá se encontram é a mesma, ou seja, a falta de condições para comprar a casa própria.

A sopa

A fome também vem sendo outro problema enfrentado pelos moradores, uma vez que o dinheiro é insuficiente. No entanto, duas vezes por semana, voluntários do Lar Espírita Maria Lobato de Freitas chegam ao bairro, onde filas são formadas, num terreno ainda não ocupado, para a distribuição de sopa.

Adultos e crianças, com vasilhas nas mãos, aguardam os minutos que antecedem a chegada da Kombi com os caldeirões ferventes e os sacos de pães. A cena se repete toda quarta-feira e sábado. "Eles

dão a sopa para todos que estão nas filas, sem se importarem", relatou uma menina que molhava o pão na sopa e o levava à boca."

Barro

Sem nenhuma pavimentação, até mesmo os moradores do conjunto oficial têm enfrentado dificuldades para chegarem ao bairro, pois com a chuva, tanto a avenida que leva ao Dom Almir, quanto as ruas do local se tornaram lamacentas e alagadas. Poucos são os cantos de rua livres da água e da lama formada. Transitar segundo os próprios moradores "é quase impossível".

Escorpiões

Rosely Evangelista Campos, que invadiu um terreno há três meses, relata que "agora temos que caçar escorpiões". Conta ela que ultimamente os bichos tem aparecido em maior número, levando "pânico e medo a nós que temos crianças".



Na sopa, a esperança nos olhos da criança



Pedro Pereira da Silva, servidor municipal, "invasor"

19/11/91 TELAP-FEPA

Cidade entra em processo de "favelamento"

DOC-14

Uberlândia
Da Reportagem Local

"Em Uberlândia não há favelas e, sim, população em processo de favelamento, que todas as administrações se preocupam e tentam solucionar esses problemas". Esta declaração é de Niza Ribeiro da Luz da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social, baseada na pesquisa realizada por alunos de Serviço Social, no período de 20 de outubro a 9 de novembro na área dos acampados do bairro Dom Almir.

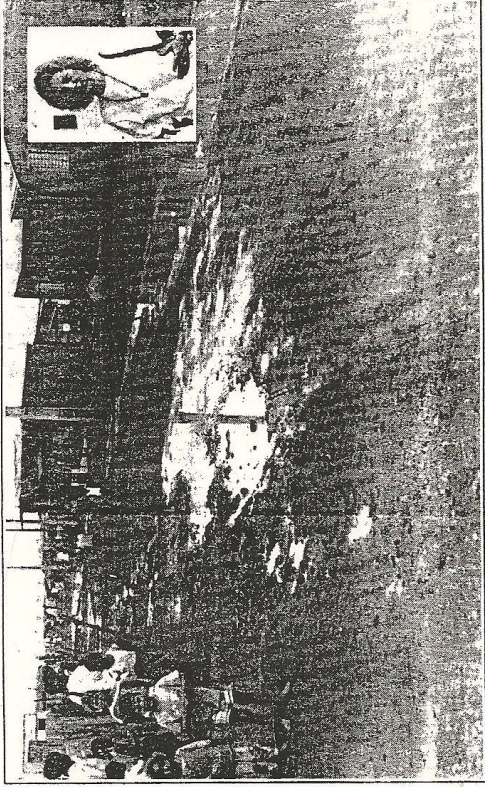
Das 354 famílias acampadas no bairro Dom Almir, 245 foram entrevistadas num total de 1.070 pessoas. Desse total 21% são crianças de zero a seis anos que, pela ausência de infra-estrutura e saneamento básico são propensas às doenças mais frequentes como os vermes, desidratação, problemas respiratórios e no sistema nervoso. Foi constatado que 70% dessas pessoas são de Uberlândia. Niza explicou que a maioria dos trabalhadores recebe de um a dois salários-mínimos, o

que impossibilita qualquer empréstimo para construção de casas.

"A maioria dos trabalhadores é da construção civil e serviços gerais (70%) e 69% das mulheres não trabalham fora de casa.

"Para ela, o problema dos acampados existe em vários outros bairros da cidade.

A secretária disse que na pesquisa apenas 7% são analfabetos, 18% sem escolaridade e 60% com também é um problema, o que se pretende é dar um tratamento digno a essas pessoas, mas não específico, elas serão atendidas da mesma forma que outras pessoas foram atendidas e encaminhadas. "No lado dos acampados há 103 famílias morando debaixo de lomas e o restante em lugares de madeira, placas. "Isso é preocupante, por isso a iniciativa de se fazer um levantamento para se planejar concretamente em relação às populações com sub-habitação, para ter condições de esquentar a quantidade de lotes necessários e para quem



Manoel Saratim

O Bairro Dom Almir ainda não é considerado como "favela" pela Ação Social (no destaque, a secretária Niza Luz)

eles são necessários, já que se for priorizar toda invasão, as Secretarias ficariam somente por conta disso. "Niza informou que diante da pesquisa ainda não se tem um projeto específico, definido para solucionar esse problema. Ela disse que o município faz a regionalização das áreas para poder atender a número consideravelmente, mas até o início do próximo ano haverá um projeto concreto para atender à população mais carente."

"Dom Almir reflete a especulação"

Uberlândia
Da Reportagem Local

O assessor do deputado estadual Gilmar Machado, João Batista da Fonseca, discorreu na pesquisa realizada pela secretaria municipal de Trabalho e Ação Social referente aos acampados do bairro Dom Almir. Para ele o "acampamento é um reflexo do déficit habitacional de Uberlândia, da especulação imobiliária e política e da negligência por parte da Prefeitura Municipal."

Fonseca afirmou haver por parte do prefeito um descomprometimento nessa questão pelo fato de o terreno não pertencer à Prefeitura. "Ele se recusa a receber as comissões dessa população carente, há políticos fazendo um trabalho clientelista e tudo indica que a situação vai perdurar por muito tempo."

Para o assessor, a vida dos sem-teto está crítica demais para ser negligenciada. "Fome, doenças e agora com as chuvas há um sério risco de propagação de doenças nessa população."



D. Almir, a miséria á margem da cidade

354 famílias vivem no bairro em precárias condições de higiene

Ana dos Guaranyas
Especial para o Correio

Colpa do destino. Falha de um sistema político e econômico que permite que o salário-mínimo seja hoje o menor mínimo de toda a história brasileira e, ainda, que especuladores consigam elevar os preços dos alugueis a níveis insuportáveis. Negligência por parte das autoridades municipais, estaduais e federais, que ainda não sabem ou não querem trabalhar com a social. Responsabilidades à parte, o fato é que cresce o número de desassistidos pela sorte, que se vêem obrigados a deixar suas casas e ficar barracões de lona debaixo de viadutos ou em terrenos que eles acreditam que um dia poderão tomar posse.

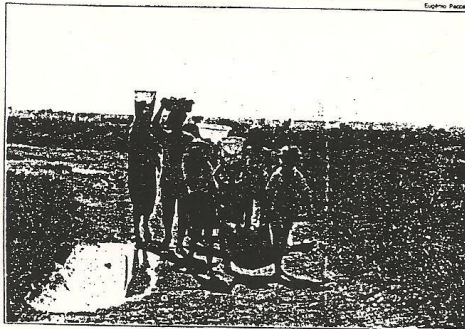
Como é o caso das 354 famílias que armaram seus barracões no bairro Dom Almir há quase um ano, segundo uma outra leva de 400 famílias que invadiram uma área ao lado, mas que já conseguiram a liberação dos lotes e estão com suas casas em ponto de entrega. A questão do Dom Almir virou política. Uns acham que o local é favela, mas a secretaria municipal de Ação Social, Niza Ribeiro Lutz, é categorica em afirmar o contrário, que o bairro está em processo de "favelamento".

Para a professora Cunha, que se levanta sua caninha, mas sofre extrema penúria aqui dia o terreno, falar que o Dom Almir é favela, é deixar indignados os moradores. "Não o nosso lado nem o lado dos barracões pode ser chamado de favela. As dificuldades são muito grandes, mas isso vai ser por pouco tempo porque o que todo mundo quer é ter um lugar decente para morar e as casas daqui, estão ficando bonitas", tem até umito de dois andares, "justificou".

O sonho coletivo é um passo para a melhoria do bairro. Há quem tem o lote do Dom Almir e está da situação em que se encontram para morar num lugar digno, como já viveram anteriormente, pagando aluguel. Por força das circunstâncias, a maioria desistiu de uma ideia de futuro e tem que viver aqui e agora, especialmente com relação às despesas com alimentação. A maior parte das famílias vive com um salário-mínimo e tem que dividir o dinheiro entre os gastos gerais e ainda restando o transporte.

Vera Lúcia Pinheiro Ribeiro, dois filhos e seu marido moravam antes no Distrito Industrial, onde pagavam um aluguel de Cr\$ 15 mil. Ela conta como as famílias da área invadida vão conseguir levar o alívio reduzido dos preços nos últimos trocados. "As emprestadas durante o mês e só no final é que a gente tem condições de descer ao centro para fazer as compras, porque as mercadorias por perto exploram muito e vendem pelo preço que querem". Segundo ela, um boiúda de gás, por exemplo, é vendido por preços variados, entre Cr\$ 2 mil e Cr\$ 3 mil e a água que usam, carregada em baldes e latas, tem que ser comprada dos vizinhos e merecem uma pesquiza de preço.

Aliais, lembra Roseli Pereira Boaventura, "se não fosse a nossa amizade e solidariedade, não sei como iríamos nos arranjar". A mistura ali é muito grande, com pessoas vindas de várias partes, cada qual com seu padrão moral, e, por isso, a "barra" pesa frequentemente, o que obriga uns a zelarem pelos barracos das outras. Se alguém tem que sair e deixar a casa sozinha (por força de costume ainda chamam as barracas de casa), um fica encarregado de tomar conta, para que a lona não seja regada e o boiúda tudo o mais que conseguirem levar seja roubado, o que pode acontecer a qualquer hora, do dia ou da noite.



A volta para casa com os restos de comida

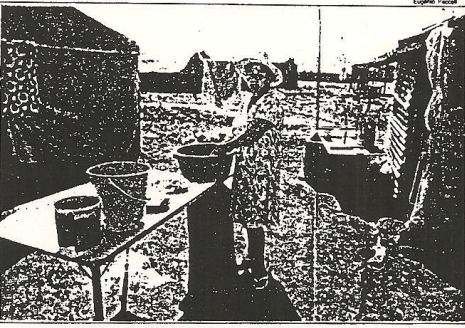
Fotos denunciam drama das famílias

Uberlândia
Especial Para o Correio

As fotos mostram a realidade dura dos moradores do D. Almir: no alto, adultas e crianças voltam do Ceasa com os restos de frutas e verduras que são jogados fora pelos comerciantes. Ao lado, a enorme quantidade de moscas denuncia as precárias condições de higiene. Maria Nélida, abaixo, afirma que "lava roupa não tem jeito, só dá para tirar o grasso". O desfiladeiro de Vera Pinheiro, moradora, resume o estado de espírito de quem mora em condições de escassez de espaço no D. Almir: "Estamos aqui porque precisamos, porque não temos outro jeito de morar, mas isso aqui não é lugar de gente".



As moscas, que aumentam o desconforto e o risco de doenças



"Lavar roupa não tem jeito. Só dá pra tirar o grasso"

Mobilização tenta garantir casa própria

Uberlândia
Especial para o correio

Problemas não faltam no Dom Almir. Mas esperança também não. João Batista Naves, 72 anos, quando cinco fazem parte de uma comissão dos sem-terra que estão lutando para conseguir alguma forma de ter "onde colocar a sua casa". João Naves esteve há semana passada em Brasília para participar da entrega ao governo federal do Projeto Nacional de Moradia Popular,

o primeiro no gênero no país, que prevê a construção de um milhão de casas por ano para trabalhadores de baixa renda. Com orgulho, sua mulher, Marlene Castro Naves, conta que a maioria dos scampados do Dom Almir assinou tal projeto, que é agora a maior esperança de todos. "Chega de tanto sofrer, de tanto pagar", disse, sensível como é, se arrependendo novamente enquanto falava da luta. Também o "seu" Manoel, Lucas Gomes, mentor dos

scampados, faz parte da comissão e acredita que a união faz a força. Com os seus 67 anos de experiência, ele atua no local como conciliador e conselheiro e todos os passos que o pessoal pretende dar em qualquer negociação ou reivindicação não são decididos antes de terem a sua aprovação. Mas para Euripedes Medeiros Rocha, membro da coordenação do Fórum de Entidades Populares e coordenador do Comitê Regional Profundo Nacional de Moradia Popular e que fez parte da comissão que entregou o projeto em Brasília, "é melhor que os scampados do Dom Almir não criem, por enquanto, muita expectativa" pois nada vai de graça e ainda temos muita luta pela frente".

Segundo ele, o movimento quer a tramitação urgente do projeto no Congresso e pedir a sua votação e aprovação em três meses. Para garantir uma rápida tramitação, ele informa que há uma comissão em Brasília encarregada de acompanhar os desdobramentos e cobrar dos parlamentares pouques

Muito calor, pouca água e pouco lazer

Uberlândia
Especial para o Correio

Lazer foi uma palavra praticamente riscada do cotidiano daquela gente do Dom Almir, que passou a "dormir com as galinhas" logo depois que a noite cai. Ninguém toca violão, ninguém canta. Alguns jogam truco ou buraco nos fins de semana enquanto outros, principalmente os que não têm família, saem para beber nos bares próximos. São esses, apontam, que voltam bêbados e arranjam mais é cansaço, muito calor, fono, doenças e uma certa amargura de vida estampada nos rostos.

Das 354 famílias, a de Iolanda Batista Silva é a única que pode contar com o privilégio de ter uma televisão preto e branco funcionando, movida a bateria de carro que seu marido improvisou. As suas três crianças, duas gêmeas, por aqui estão recolhidas com a televisão há sete meses, não viram mais um parquinho ou uma praça, por absoluta falta de condições para essas passioes.

Iolanda Silva morava no Tibery, onde pagava um aluguel de Cr\$ 40 mil numa meia-água de quatro metros de comprimento e largura (incluindo água e luz). Com um salário e meio, não vive ali tomou-se impossível. "Por isso vim parar aqui", disse.

As crianças do Dom Almir que repressam

esses dias e está com medo de voltar do hospital e não conseguir se recuperar devido ao calor. Maria Helena Alves está com o marido internado há uma semana e, desempregada, não sabe como arranjar dinheiro para alimentar os três filhos pequenos. Maria Nélida Araújo, 45 anos, tem pressão alta e teve que trocar o plástico preto por telhas para conseguir sobreviver ali.

Quando elas não estão sozando raais, improvisam diversões catando lata para vender e comprar pão para a família ou emoldreçam vidros por algo do doce. Mas geralmente, diz uma mãe, os vidros são insuficientes e o pequeno estapo disponível. Criança gosta de algo do doce. Como naquele velho ditado que diz que "pobre enquanto descansa, carrega peso", as crianças do Dom Almir também se "divertem", carregando água ou restos de verduras, frutas e legumes do Ceasa, (alimento do dia-a-dia), numa caminhada de meia hora para ir e meta hora para voltar.

Sopão quinzenal

Não fosse um sopão que é servido de quinze em quinze dias, às sextas-feiras para os scampados por uma instituição filantrópica eles estariam sem o gosto de carne na boca há vários meses. Mesmo no sopão só há mesmo o churrinho, pois não há como colocar mais carne para alimentar tantas bocas. É de falar no assunto e Marlene Maria de Castro Naves, mãe de quatro filhos, atrepa-se por inteiro. "Há muito tempo não sabemos o que é carne", confidencia.

Segundo as mulheres do Dom Almir, não há condições para se fazer almoço devido ao intenso calor e ao grande número de mosquitos que avançam sobre qualquer alimento exposto, informando ainda mais a vida do pessoal. Eles preferem fazer jantar

seguinte, mais rápido, quando nem precisa ser esquentado, pois o calor se encarrega da tarefa.

"O calor é tão forte, que só estando vivendo para ver", disse Roseli Boaventura. Eles contam que os baixos barracos fazem na medida em que o sol vai se deslocando, pois não existe nenhuma árvore nas imediações. A água de morma para durante o dia e os scampados, a maioria com geladeira de enfeite dentro do barracos, sonham com uma água ou um suco geladinho.

Juvenice Pimentel, mãe de cinco filhos e separada do marido, vivida o Dom Almir porque não conseguia mais pagar aluguel no bairro Nossa Senhora das Graças. Os vizinhos a têm como uma pessoa de "boa paz", de "espírito elevado", pois está sempre pronta a ajudar, a confortar todos, sempre com uma palavra de otimismo e fé. "Muitos, por aqui estão recolhidos com a televisão mas eu tenho muita fé. Deus vai iluminar prefeito Virgílio para que ele resolva o nosso problema", disse. Juvenice diz que é cozinheira de "não chora" e já trabalhou muitos anos numa cozinha industrial, da Luz Forte Metalúrgica.

Rose e Boaventura vão ser operada por um bom emprego e com o dia em que teremos novamente uma casa para morar.

Rose e Boaventura vão ser operada por um bom emprego e com o dia em que teremos novamente uma casa para morar.

Cláudio Lutz da Silva tem dois filhos, mas um terceiro que nasceu há uma semana, e ganha salário-mínimo. Um outro bebê nasceu por esses dias e ainda permanece debaixo das lonas todo o tempo para não contrair "o mal de sete dias", que dizem, mata a criança que sair de casa antes de uma semana e se for vista por outras pessoas que não sejam da família.

A água utilizada pelas famílias para banho (de canco), lavagem de roupas e outras necessidades, é restrita e conseguida com muita dificuldade. Alguns têm acesso à água puxada por mangueira e poucos têm tanque para lavar roupa. Mas a grande maioria, busca água em baldes e latas mas, invariavelmente, ele é paga, muitas vezes de forma injusta, quando a família que cede divide e conta com os que recebem. "Mas favela ou quê?", comenta uma mãe, não precisamos da água e não podemos reclamar."

Féla ausência de infra-estrutura e saneamento básico, principalmente as crianças são propensas a muitas doenças como vermes, desidratação, problemas respiratórios e do sistema nervoso. Há cerca de dois meses, três crianças do Dom Almir morreram por desidratação e os casos de diarreia, tanto em crianças como em adultos, é frequente atualmente e por isso fazem uso de soro caseiro e outros medicamentos específicos. Segundo Maria Nélida Araújo, ela e outras pessoas têm reclamado de dor de cabeça, enjojo e até febre, devido ao calor, à água, no mau cheiro que exala das lonas e o próprio ambiente, com quantos onde o

RADIO RECORD
AM - 1.390 KHZ
A RADIO COMPLETA, COM GOSTO DE BRASIL.

DEPARTAMENTO COMERCIAL
FAX: (034) 236-2679 - TELEFONES: 236-8868 e 236-6320

10 □ Cidades 2110/199

Virgílio reafirma que não dará apoio a invasores sem-teto

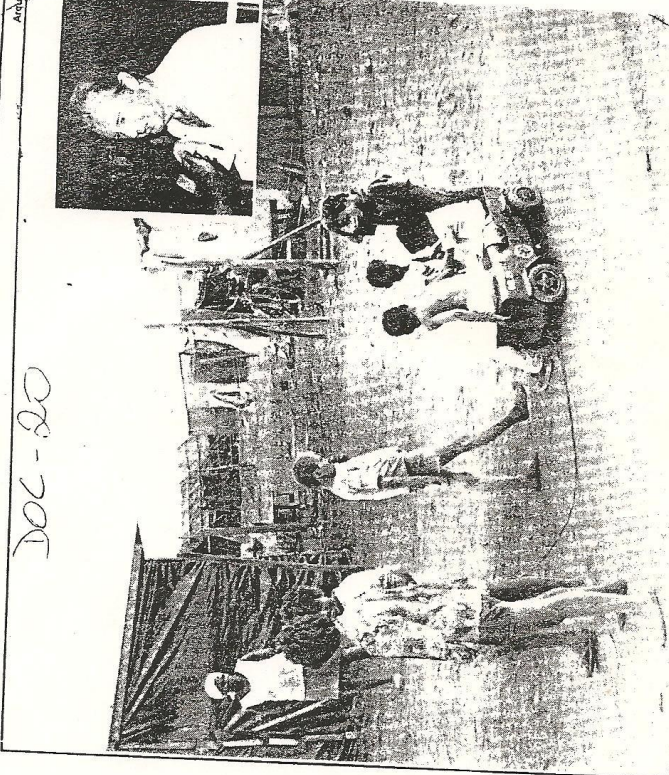
Uberlândia Especial para o Correio

"Eu quero deixar claro - e que não fique nenhuma dúvida -, que não vou dar apoio a invasores sem-teto. Eu recomendo que voltem para casa; volte para o local de onde vieram, porque essas pessoas saíram de algum lugar e vieram para cá para trabalhar e viver em Uberlândia. A declaração, feita ontem pelo prefeito Virgílio Galassi, mostra claramente que a Prefeitura de Uberlândia não vai promover o assentamento das famílias que invadiram uma área próxima ao bairro Dom Almir e nem qualquer outro tipo de invasão. Na opinião do prefeito, a Prefeitura de Uberlândia e que seu compromisso é somente com a população uberlandense e o...

município já absorveu o que podia. "Daqui para a frente, cada um que cuide de si e Deus de todos", diz.

Segundo Virgílio Galassi, no ano passado foi feito um acordo com a igreja Católica, para a Prefeitura absorver o problema de invasão que já existia em Uberlândia, mas com o compromisso de que aquela seria a última vez que a Administração Municipal iria intervir no assunto. "E nós realmente fizemos muito mais do que prometemos, dando um atendimento muito bom a aquele grupo", conta Virgílio Galassi, lembrando que na época, havia um compromisso moral, sério de que não haveria mais invasões em Uberlândia. Isso, no entanto, não aconteceu e segundo o prefeito, o mesmo grupo de agiadores que promoveu a primeira invasão, promoveu esta segunda, agora nas proximidades do bairro Dom Almir.

A sugestão do prefeito para a solução do problema, é no sentido de que aquelas pessoas da sociedade uberlandense ou mesmo algumas facções políticas ou religiosas que acham que os invasores devem ser atendidos, que atendam elas mesmas. "E muito bonitas as pessoas ficarem fazendo do mago e recomendando atendimento. Então, elas que paguem. Se é vereador, que pague do seu próprio salário e se é uma instituição religiosa, tire da sua própria instituição", recomenda. Para Virgílio Galassi, o que não pode acontecer é essas pessoas criarem o problema para a Prefeitura resolver e absorver indevidamente aquilo que a sociedade não aguenta, já que a cidade possui aproximadamente 400 mil habitantes que precisam ser atendidos. "O nosso compromisso é com a população de Uberlândia e os invasores não são população de Uberlândia", conclui.



O prefeito Virgílio Galassi (no destaque) criticou entidades e instituições que cobram solução para os invasores



ANEXO E – Escritura Pública de Desapropriação do Loteamento onde está localizado o bairro Dom Almir – 17/07/1990

LIVRO N.º 030

CARTÓRIO DE PAZ E NOTAS
MARTINESIA

107

ESTADO DE MINAS GERAIS

MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA

Zoalbe Rodrigues do Nascimento Oliveira Bernardes

=SEGUNDO TRASLADO=
=LIVRO Nº. 030=
=FLS. 107 e Vº.=

Escritura Pública de Desapropriação que entre si fazem, o MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA, e, ÁLVARO TEIXEIRA, e S/Mr., na forma abaixo declarada:-

SAIBAM QUANTOS esta pública escritura de -
desapropriação virem que, aos dezessete (17) dias do mes de setembro do ano de mil novecentos e noventa (1990) neste Distrito de Martinesia, Município e Comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, em meu Cartório, perante mim, tabeliã, compareceram partes entre si justas e contratas a saber: de um lado como DESAPROPRIANTE, o MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA com sede em Uberlândia-MG, na Rua Bernardo Guimarães nº. 125, inscrito no CGC/MF sob o nº. 18.431.312/0006-20, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. VIRGILIO GALASSI, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado em Uberlândia-MG, portador da identidade nº. 363.005-SSP-MG, inscrito no CIC nº. 004.989.636-91; e de outro lado como DESAPROPRIADOS, ÁLVARO TEIXEIRA, engenheiro agrônomo, CREA nº 189, CIC nº. 036.494.826-49, e sua mulher, FLORESTA DE MORAIS TEIXEIRA, do lar, portadora da identidade nº. 771.090-SSP-DF, CIC nº. 036.494.826-49, ambos brasileiros, casados sob o regime da comunhão universal de bens, residentes e domiciliados na Cidade de Araguari-MG, na Rua Mauá, nº. 1535, neste ato representados por seus procuradores, JOSÉ ROBERTO MARTINS, brasileiro, casado, advogado, portador da OAB-MG nº. 56.495, e inscrito no CIC 366.521.996-53, e, ROBERTO HIPOLITO SILVEIRA, brasileiro, casado, advogado, portador da OAB-MG nº. 54.292, inscrito no CIC nº 288.412.556-68, ambos domiciliados em Uberlândia-MG, na Av. Afonso Pena nº. 547, sala 52, conforme procuração lavrada pelo Cartório do Primeiro Ofício de Notas, da Cidade de Araguari-MG, em 14/08/90, no livro 141-C, fls. 145, cujo traslado se encontra arquivado nestas Notas. Os presentes reconhecidos entre si e mediante documentos apresentados identificados por mim, tabeliã, do que trato e dou fé. E, me foi dito pelos DESAPROPRIADOS, na pessoa de seus representantes legais, que são legítimos proprietários de UM (01) IMÓVEL RURAL, situado neste município, no lugar denominado "MARIMBONDO" constituído da GLEBA Nº.04, com área de 09.68.00 hectares de terras, tendo os seus limites ao Norte confronta-se com Rui de Castro Santos - Imobiliária Jardim Umarama Ltda., o Condômino Odilon Costa Azevedo e outro na Gleba nº. I-A, ao Sul com a Condômina Divina Fernandes Martins e seus filhos, a Leste com Odilon Costa Azevedo, e outro, Gleba I-A e Divina Fernandes Martins, e seus filhos, a Oeste com Divina Fernandes Martins e Filhos. Seu perímetro apresenta-se em topografia plana e terras de serrados, tendo o seu ponto de partida no marco M-17, cravado na margem direita da antiga estrada para Tapuírama, confrontando com Rui de Castro Santos - Imobiliária Jardim Umarama Ltda, daí seguiu-se pela margem da antiga estrada para Tapuírama no sentido centro Conjunto Alvorada, e confrontando com a Gleba I-A de Odilon Costa Azevedo e Outro, medindo-se 480,00 metros até o marco M-18 cravado na margem esquerda da antiga estrada para Tapuírama e já no canto da divisa com a Gleba II da Condômina Divina Fernandes Martins, e filhos; daí defletindo-se a direita, no rumo magnético de 50º00' SW., medindo-se 226,58 metros até o marco M-19 no canto dividindo com a Condômina Divina Fernandes Martins, e filhos; daí defletindo-se a direita no rumo magnético de 40º00' NW, medindo-se 374,40 metros até o canto no marco M-13 cravado a beira da cerca com o confrontante Rui de Castro Santos - Imobiliária J. Umarama Ltda., daí seguiu-se a direita no rumo magnético 25º00' NE, medindo-se 250,00 metros, até o marco M-17 onde teve princípio estas divisas. Fica preservado o direito de servidão de estrada, acesso esses que se farão pela antiga estrada para Tapuírama, para esse quinhão e contra ele, para os demais condôminos; havido conforme formal

LIVRO N.º 030

**CARTÓRIO DE PAZ E NOTAS
MARTINÉSIA**

ESTADO DE MINAS GERAIS

MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA

Zoalbe Rodrigues do Nascimento Oliveira Bernardes

TABELIA

extraído em data de 13/03/90, e de escritura pública de divisão amigável em 13/09/90, pelo preço de CR\$5.200.000,00 e devidamente matriculado no Cartório do Primeiro Registro de Imóveis desta Comarca, sob o nº. 57.950. Livro 2-Registro Geral; e, que este imóvel foi declarado de utilidade pública, pra efeitos de desapropriação destinado à urbanização e construção de casas populares à famílias de baixa e média rendas, conforme Decreto nº. 4825 de 13/09/90, de acordo com o Processo Administrativo nº. 15.560 de 14/09/90, os desapropriados reconhecendo ser justa e necessária a medida, concordam portanto com a desapropriação: que as partes acordam com o valor de indenização num total de CR\$5.200.000,00 (cinco milhões e duzentos mil cruzeiros), conforme laudo de avaliação devidamente elaborado pela comissão de avaliação designada pelas Portarias nºs. 1481 de 13/03/89 e 1554 de 01/12/89, que será pago em moeda corrente do País, no ato de assinatura da respectiva escritura mediante procedimento normal adotado pela Secretaria Municipal de Administração e Tesouraria Municipal valendo suas assinaturas nos respectivos documentos e nesta escritura, como plena, geral, definitiva e irrevogável quitação, e ainda renunciam o direito de retrocessão previsto no artigo 1.150 do Código Civil; que assim por esta escritura e na melhor forma de direito os desapropriados, transmitem ao Município de Uberlândia, toda posse, domínio, direito e ação que sobre o mencionado imóvel vinham exercendo, obrigando-se a fazer a presente transmissão boa, firme e valiosa a qualquer tempo, respondendo pela evicção de direito quando chamados à autoria. Pelo Prefeito Municipal, Sr. Virgílio Galassi, me foi dito que nos termos do citado Decreto, aceitava esta escritura tal qual nela se contém para uso, guarda e conservação dos direitos do Município de Uberlândia; foram me apresentados para serem transcritos os seguintes documentos: GA de pagamento da taxa de expediente no valor de CR\$19,00 autenticação nº. 265 em 17/09/90, pelo Banco 150. Certificações: Certificação Prefeitura Municipal de Uberlândia, que o contribuinte Alvaro Teixeira, e sua mulher, estão quites com os cofres municipais de Uberlândia, 14/09/1990. Certificamos que em nome dos requerentes não consta até a presente data, débito Uberlândia, 10/09/90. a.) Maria de Lourdes Oliveira AP-Paranaíba. Pelos Desapropriados representados por seus representantes legais, me foi dito sob pena de responsabilidade civil e criminal, que não existem outras ações reais ou pessoais reais persecutórias, ou quaisquer ações judiciais referente ao imóvel ora desapropriado. I.N.C.R.A: Exercício 1989. Declaram também os Desapropriados na forma de como se apresentam que estão isentos da apresentação do CND para com o IAPAS nos termos do Decreto Lei 1958/82, por não se tratarem de contribuintes Obrigatórios, respondendo civil e criminalmente por estas declarações. E, por assim haverem convencionado me pediram as partes lhes lavrasse esta escritura que lhes sendo lida acharam conforme aceitaram, outorgaram e assinam. Foram dispensadas as testemunhas nos termos da lei 6952 de 06/11/81. a.) ZOALBE RODRIGUES DO NASCIMENTO OLIVEIRA BERNARDES, Tabela que datilografei, subscrevo e assino. Martinésia, 17 de setembro de 1990. a.a.) JOSÉ ROBERTO MARTINS: ROBERTO HIPOLITO SILVEIRA: VIRGÍLIO GALASSI: NADA MAIS. Traslada em 09 de julho de 1999. Eu, Zoalbe R. do Nascimento O. Bernardes, tabelia que datilografei, subscrevo e assino em público e raso. Em test. ZO da verdade.

Tabelião de Notas e Registro Civil
das Pessoas Naturais
Zoalbe R. do N. O. Bernardes
Oficial de Registro Civil e Notas
Martinésia-MG - Comarca de Uberlândia-MG

Zoalbe R. do Nascimento O. Bernardes
ZOALBE RODRIGUES DO NASCIMENTO OLIVEIRA BERNARDES
Tabela

4
3
2
1

ANEXO F – Escritura pública de doação do loteamento do Dom Almir para a Empresa Municipal de Urbanização e Construções Populares – EMCOP – 05/12/1990

LIVRO N.º 030

ESTADO DE MINAS GERAIS

Cartório de Notas e Registro de Imóveis
 Rua das Flores, 100
 26060-000 - Uberlândia - MG
 OAB nº 10.000 - OAB nº 10.000
 Matrícula nº 10.000

CARTÓRIO DE PAZ E NOTAS
 MARTINESIA

Nº 132

MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA

Rodrigues do Nascimento Oliveira Bernardes

TABELIA

=SEGUNDO TRASLADO=
 =LIVRO Nº. 030=
 =FLS. 132/133=

-ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO que entre si -
 fazem, o MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA, e a EMPRE-
 SA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E CONSTRUÇÕES -
 POPULARES-EMCOP, na forma abaixo declarada:

SAIBAM QUANTOS esta pública escritura virem que aos cinco (05) dias do mês de dezembro (12) do ano de mil novecentos e noventa (1990) em meu Cartório, neste Distrito de Martinesia, Município e Comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, perante mim, tabelião, compareceram partes entre si justas e constratadas a saber: de um lado, como Outorgante Doador, o MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA, com sede em Uberlândia-Mg, à Rua Bernardo Guimarães, 125, inscrito no CGC sob o nº. 18.431.312/0006-20, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. VIRGÍLIO GALASSI, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado em Uberlândia-Mg, portador da identidade nº. 363.005-SSP-MG inscrito no CPF 004.989.636-91; e de outro lado, como Outorgada Donatária, a EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E CONSTRUÇÕES POPULARES - EMCOP com sede em Uberlândia-Mg, na Av. José Andraus Gassani, nº. 4655, inscrita no CGC sob o nº. 20.721.999/0001-75, representada neste ato por seus Diretores Presidente: RAUL PEREIRA DE REZENDE, brasileiro, casado, comerciante, portador da identidade nº. M-272.484-SSP-MG, inscrito no CPF 004.987.426-87; Diretor Financeiro: SERGIO RIBEIRO CUNHA, brasileiro, casado, empresário, portador da identidade nº. M-1.779.562-SSP-MG, inscrito no CPF 288.326.638-72; e, Diretor Técnico Administrativo: TÓLIO REGIS SIMÃO, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da identidade nº. M-1.714.538-SSP-MG, inscrito no CPF 446.322.156-00; Os presentes reconhecidos entre si, e mediante documentos apresentados identificados por mim, tabelião, do que trato e dou fé. E, me foi dito pelo Outorgante - Doador, através de seu representante legal, que é legítimo proprietário dos seguintes imóveis: 1.) UM (01) IMÓVEL RURAL situado no município de Uberlândia-Mg, no lugar denominado "Marimbondo", constituído pela gleba nº. 04, com a área de 09 hectares, 68 ares de terra, tendo os seus limites ao Norte confronta-se com Rui de Castro Santos - Imobiliária Jardim Umuarama Ltda.; o condomínio Odilon Costa Azevedo e outro na Gleba I-A; ao Sul com a condômina Divina Fernandes Martins e seus filhos; a Leste com Odilon Costa Azevedo, e outro, Gleba I-A e Divina Fernandes Martins e seus filhos, a Oeste com Divina Fernandes Martins e Filhos. Seu perímetro apresenta-se em topografia plana e terras de serrados tendo o seu ponto de partida no marco M-17, cravado na margem direita da antiga estrada para Tapuirama, confrontando com Rui de Castro Santos-Imobiliária Jardim Umuarama Ltda., daí seguiu-se pela margem da antiga estrada para Tapuirama no sentido centro conjunto Alvorada, e confrontando com a Gleba I-A de Odilon Costa Azevedo e Outro, medindo-se 480,00 metros até o marco M-18 cravado na margem esquerda da antiga estrada para Tapuirama e já no canto da divisa com a gleba II da condômina Divina Fernandes Martins e filhos, daí defletindo-se a direita, no rumo magnético de 50º00' SW, medindo-se 226,58 metros até o marco M-19 no canto dividindo com a condômina Divina Fernandes Martins e filhos; daí defletindo-se a direita no rumo magnético de 40º00' NW, medindo-se 374,40 metros até o canto no marco M-13 cravado a beira da cerca com o confrontante Rui de Castro Santos - Imobiliária Jardim Umuarama Ltda.) daí seguiu-se a direita no rumo magnético 25º00' NE, medindo-se 250,00 metros, até o marco M-17 onde teve principal estas divisões; havido conforme matrícula nº. R-2 - 57.950 de 19.09.90 do Cartório do 1º. Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, pelo custo de CR\$5.200.000,00 (cinco milhões e duzentos mil cruzeiros); 2.) UMA (01) ÁREA situada no perímetro urbano de Uberlândia-Mg, antiga Fazenda Campo Alegre, designado por Quinhão B1;

LIVRO N.º 030

CARTÓRIO DE PAZ E NOTAS

P. 157-13200

AMARTINE S NA

ESTADO DE MINAS GERAIS

MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA

Zolaine Rodrigues do Nascimento Oliveira Bernardes

TABELIA

com a área de 189.900,00m², ou seja, 3 alqueires, 73 litros e 535,00m², ou ainda, 18 hectares e 99 ares, com as seguintes confrontações: "Começa no marco A2.6 na divisa com a Gleba D (parte - Bairro Parque São Jorge II); daí segue pelo azimute 157º55'11,99" numa extensão de 266,74 metros até o marco A2.4, confrontando com a gleba D (parte-Bairro Parque São Jorge II); daí vira-se à direita e segue pelo azimute 266º55'56,63" numa extensão de 753,00 metros até o marco 26F3, confrontando com a Gleba A1; daí segue pelo azimute 337º53'15,63" numa extensão de 266,74 metros até o marco 26F5, confrontando com a Gleba F; daí segue pelo azimute 86º55'43,20" numa extensão de 753,14 metros até o marco A2.6, - marco inicial desta descrição, confrontando com a Gleba C1. Os azimutes desta descrição referem-se ao Norte Magnético"; havido conforme matrícula nº. R-2- 47.457 de 03.08.90 do Cartório do 1º. Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, pelo custo de CR\$12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros). 3.)-UMA (01) ÁREA situada no perímetro urbano de Uberlândia antiga Fazenda Campo Alegre, designado por Quinhão A1, com a área de - 189.900,00m², ou seja, 3 alqueires, 73 litros e 535,00m², ou ainda, - 18 hectares e 93 ares, com as seguintes confrontações: "Começa no marco A2.4 na divisa com a Gleba D (parte-Bairro Parque São Jorge II); daí segue pelo azimute 157º55'11,99" numa extensão de 267,68 metros até o marco A2.1, confrontando com a Gleba D (parte-Bairro Parque São Jorge II) daí vira-se à direita e segue pelo azimute 267º15'28,70" numa extensão de 304,37 metros até o marco D2, confrontando 29,12 metros com a Gleba A (Parque São Jorge I - área verde E) e 275,25 metros com a Gleba F; daí segue pelo azimute 266º42'17,48" numa extensão de 317,21 metros até o marco E2; daí segue pelo azimute 266º44'55,97" numa extensão de 131,29 metros até o marco 26F; daí segue pelo azimute 337º53'15,63" numa extensão de 267,68 metros até o marco 26F3, sendo que do marco D2 ao marco 26F3 confronta com a Gleba F; daí segue pelo azimute 86º55'56,63" numa extensão de 754,00 metros até o marco A2.4, marco inicial desta descrição, confrontando com a Gleba B1. Os azimutes desta descrição se referem ao Norte Magnético"; havido conforme matrícula nº. R-6- 47.458, de 03.08.90 do Cartório do 1º. Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, pelo custo de CR\$12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros). 4.)- UM (01) IMÓVEL RURAL situado no município de Uberlândia-Mg, na Fazenda Campo Alegre, constituído de uma gleba de terras com a área de oitenta e dois (82) hectares e vinte e oito (28) ares, dentro do seguinte perímetro: "Começa no canto da cerca de domínio de faixa da BR-050 na extensão de 277,00 metros pela dita cerca; daí, segue com deflexão à esquerda de 25º por 870,00 metros, dividindo com propriedade da Universidade Federal de Uberlândia; daí, segue-se com deflexão à esquerda de 70º30' por 750,00 metros, dividindo com a gleba J; daí, segue-se com a deflexão de 83º10' à esquerda por 650,00 metros; daí, segue-se com deflexão de 88º50' à esquerda, por 607,00 metros; daí, segue com deflexão à direita de 87º por 277,00 metros, até aí confrontando com terras remanescentes de AM- Empreendimentos Agro-Pecuários Ltda.; daí, com deflexão à esquerda de 87º40' por 524,00 metros, dividindo com a gleba H; até o ponto onde teve início esta descrição"; havido conforme matrícula nº. R-2- 48.188 de 11.10.90 pelo Cartório do 1º. Registro de Imóveis desta Comarca, pelo custo de CR\$32.300.000,00 (trinta e dois milhões e trezentos mil cruzeiros); que por esta escritura e na melhor forma de direito o MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA, através de seu representante legal, o Prefeito Municipal, Sr. Virgílio Galassi, devidamente autorizado pela Lei nº. 5181 de 23 de novembro de 1990, doa, como de fato doado tem o referido imóvel à EM COP. Empresa Municipal de Urbanização e Construções Populares, transmitindo-lhe desde já toda posse, domínio, direito e ação que sobre os mesmos vinha exercendo, obrigando-se a fazer a presente doação boa firme e valiosa a qualquer tempo, respondendo pela evicção de direi

6
4
3
2
1

LIVRO N.º 030

ESTADO DE

Tabionato de Notas e Registro Civil das Pessoas Naturais
Zoaibe R. do N. O. Bernardes
Martinsia - Comarca de Uberlândia - MG

CARTÓRIO DE PAZ E NOTAS
MARTINÉSIA

MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA

Zoaibe Rodrigues do Nascimento Oliveira Bernardes

TABELIÃ

133

302

to quando chamado à autoria; que os imóveis ora doados serão destinados à urbanização, loteamento e construção de unidades habitacionais à população carente e de baixa renda; e que serão conferidos ao patrimônio da donatária, passando a integrar o seu capital social; e que para efeitos fiscais deu-se a esta doação o valor de CR\$61.500.000,00 (sessenta e um milhão e quinhentos mil cruzeiros), conforme processo administrativo s/nº. e laudo de avaliação elaborado pela comissão de avaliação, designada pelas portarias nºs. 1481 de 13.03.89 e 1554 de 01.12.89. Pela Outorgada Donatária me foi dito que aceitava a presente escritura tal qual nela se contém para uso, guarda e conservação dos seus direitos, agradecendo ao MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA, pela doação ora recebida. Pela partes foram me apresentados para serem transcritos os seguintes documentos GA de pagamento da taxa de expediente no valor de Cr\$19,00 autenticação nº. 015 em 05/12/1990 pelo Banco 150. Certidões: Certifica a Prefeitura Municipal de Uberlândia, que o Município de Uberlândia, esta quites com os cofres municipais. Uberlândia, 03/12/90. a.) Dreyfus Rodrigues, Sale-nave - Paulo Mouricio C. Silva. AF-Uberlândia: Certifico que o contribuinte Município de Uberlândia, esta quite com a Fazenda Estadual com referencia ao imóvel objeto da presente transação. Uberlândia, 30/11/90 a.) Juventino Martins de Moura. Foram me apresentadas as certidões negativas de ônus reais, exigidas de conformidade com a lei 7433/85. INCRA O 19. Imóvel Rural, devidamente cadastrado no INCRA sob o nº.414.123.022.756-7, exercício 1989, devidamente quitado. O 2º. Imóvel, cadastrado, sob o nº. 414.123.022.004-0, também com o exercício 1989 devidamente pago. Pelo doador na pessoa de seu representante legal me foi declarado sob pena de responsabilidade civil e criminal que os imóveis objeto da presente escritura não possuem ações reais ou pessoais de quaisquer natureza; E, por assim haverem convencionado me pediram as partes lhes lavras se esta escritura que lhes sendo lida acharam conforme, aceitaram, outorgaram e assinam, conforme minuta apresentada. Foram dispensadas as testemunhas nos termos da lei 6952 de 06/11/81. a.) ZOALBE RODRIGUES DO NASCIMENTO OLIVEIRA BERNARDES, tabeliã que a datilografei, subscrevo e assino. Martinsia, 06 de dezembro de 1990. a.a.) VIRGÍLIO GALASSI RAUL PEREIRA DE REZENDE:- SÉRGIO RIBEIRO CUNHA:- TÚLIO REGIS SIMÃO:- NADA MAIS. T r a s l a d a d a em 09 de julho de 1999, tudo conforme o original. Eu, Zoaibe R. do Nascimento O. Bernardes, tabeliã que datilografei, subscrevo e assino em público e raso. Em testº. ZB da verdade.-

Zoaibe R. do Nascimento O. Bernardes
ZOALBE RODRIGUES DO NASCIMENTO OLIVEIRA BERNARDES:

Tabeliã
Tabionato de Notas e Registro Civil das Pessoas Naturais
Zoaibe R. do N. O. Bernardes
Oficial do Registro Civil e Notas
Martinsia - MG - Comarca de Uberlândia - MG

5
4
3

ANEXO G – Descrição da Lei nº 5413 de 29/11/1991: Fundo Municipal de Habitação Popular

MOD. 2



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA

Vide
Dec. 5364/92
Lei 5538/92
Lei 5524/92
Lei 6373/93
Lei 6671/96

LEI Nº 5413 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1991.

DISPÕE SOBRE O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Uberlândia, por seus representantes, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Fundo Municipal de Habitação Popular - FUMHAP é destinado a financiar e implementar programas habitacionais à população carente, com renda familiar de até dois salários mínimos.

Art. 2º Entendem-se como programas habitacionais, para efeito desta Lei:

- I - construção de moradias;
- II - aquisição de material de construção;
- III - aquisição de terrenos.

§ 1º - As moradias construídas através do programa habitacional deverão conter, no mínimo, um banheiro, um dormitório e uma cozinha e serem ligadas ao sistema de energia elétrica e à rede de água e esgoto.

§ 2º - Os terrenos deverão ser urbanizados, integrados à malha urbana existente e terão área mínima de cento e cinquenta metros quadrados.

Art. 3º O FUMHAP será vinculado à Secretaria Municipal de Habitação e Meio Ambiente e terá como órgão gestor deliberativo e controlador um Conselho com mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 1º - O Conselho será composto de cinco membros, sendo dois eleitos pela Câmara Municipal e três indicados

